



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

A Economia Solidária, o Desenvolvimento Local Sustentável e as Redes Locais de Prosumidores: o papel das Redes Locais de Prosumidores no Desenvolvimento Local Sustentável

Paulo Germano Vieira de Melo

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de

Mestre em Economia Social e Solidária

Orientador:

Professor Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,
ISCTE-IUL

Outubro, 2015

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus familiares que me deram todo o apoio e suporte para que este projeto se tornasse possível. Sem o apoio e o carinho deles, a pesquisa não seria concretizada.

Agradeço igualmente aos meus colegas que me apoiaram e dividiram comigo suas experiências, acertos e erros, durante todo o curso. Um agradecimento especial a Joana Serpa por ter sido decisiva durante o processo de entrega.

Um especial agradecimento a Eduardo Noronha e Tiziana di Zio pelo suporte e apoio durante minha permanência em Lisboa.

Uma enorme gratidão por todos aqueles que fazem parte da Rede Cidadania de Montemor-o-Novo e de outros grupos de Montemor-o-Novo que fazem da economia solidária uma realidade.

Agradeço toda paciência dos professores e a disponibilidade com que todos sempre me atenderam, ajudando-me a superar as dificuldades encontradas durante todo o percurso.

Por fim, um especial agradecimento ao Professor Rogério Roque Amaro pela paciência e disposição que procurou dedicar-me ao longo da pesquisa e durante os encontros que tivemos, abrindo mão de seu escasso tempo para orientar-me neste trabalho.

Resumo

Este trabalho discute a questão da sustentabilidade do que vem sendo chamado de uma nova forma de se fazer Economia. A economia solidária é considerada uma alternativa a atual economia de mercado que revelou-se causa primária de inúmeros problemas que assolam a nossa sociedade. Contudo, para que um novo modelo econômico se estabeleça, precisamos de um novo mercado, ou melhor, de uma reestruturação deste mercado que agora atende as necessidades de um modelo capitalista de desenvolvimento.

É dentro desse contexto que surge a economia solidária e as experiências que dão vida a esse novo modelo econômico. O trabalho foi buscar duas práticas, a ASMOCOMP e A Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo, criadas em ambientes distintos, e as transporta para o universo desta nova economia, relacionando-as a partir da ideia das redes locais de prosumidores como promotoras da sustentabilidade dessas experiências. Através da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo, ficou demonstrado que as redes locais de prosumidores podem ser uma alternativa para a sustentabilidade da economia solidária, promovendo o desenvolvimento local sustentável, sendo as redes em si mesmas uma alternativa de mercado.

Este trabalho trata desse elo que conecta essas experiências com a economia solidária, que são as redes locais de produtores e consumidores (prosumidores). É por meio dessas redes que poderemos criar o mercado que dará sustentabilidade a uma economia inovadora e solidária.

Palavras-Chave: Economia Solidária; Prosumidores; Desenvolvimento Local Sustentável; Redes Locais de Prosumidores.

Abstract

This paper discusses the issue of sustainability, which has been called a new way of doing economics. The Solidarity Economy is considered an alternative to the current market economy, which has proven to be a primary cause of numerous problems that plague our society. However, for a new economic model to be established, we need a new market, or rather a restructuring of this market that now meets the needs of a capitalist model of development.

It is within this context that the Solidarity Economy and the experiences that give life to this new economic model are growing. This work is focused in two practices, the ASMOCONP and The Network Montemor-o-Novo Citizenship, created in different environments, and transports them to the universe of this new economy by relating them from the idea of local prosumers networks as promoters of sustainability of these experiences. Through bibliographical research and field research, it was shown that the prosumers local networks can be an alternative to the sustainability of solidarity economy by promoting sustainable local development, which is in themselves an alternative as new market.

This work is about the link that connects these experiences with the solidarity economy, which are the local networks of producers and consumers (prosumers). It is through these networks that we can create the market that will give sustainability to an innovative and solidarity inclusive economy.

Keywords: Solidarity Economy; Prosumers; Local Sustainable Development; Networks of Local Prosumers.

Índice

Introdução.....	1
PARTE I	9
Enquadramento Teórico	9
Apresentando os Conceitos	10
Capítulo I - A Economia Solidária	11
1.1 Aspectos Históricos da Economia Solidária.....	11
1.2 Construindo um Conceito.....	13
Capítulo II - O Desenvolvimento Local (DL)	17
2.1 O Conceito de Desenvolvimento Local	17
2.2 Coesão Social	22
2.2.1 O Conceito.....	22
2.2.2 A Coesão Social como parte do Desenvolvimento Local	25
2.3 O Desenvolvimento Local Sustentável	25
Capítulo III – Os Prosumidores, as Redes e a Economia Solidária	29
3.1 As Redes – uma perspectiva histórica	29
3.2 Redes de Colaboração Solidária (RCS)	31
3.3 Consumo Solidário.....	33
Capítulo IV - Rede de Produtores e Consumidores (Prosumidores).....	37
4.1 Prosumidores – aspectos históricos – e a Economia Solidária.....	37
4.2 Redes Locais de Prosumidores - RLP's.....	39
4.3 Conclusões Preliminares	40
PARTE II	43
Estudo de Caso	43
Capítulo V – Apresentação dos Casos.....	43
5.1 O Contexto Socioeconômico da Economia Solidária no Brasil e em Portugal	44
5.2 Novos Desafios Econômicos da Economia Solidária	51
5.3 A Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras	55
5.4 A Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo	57
5.5 A relação entre os casos.....	60

Capítulo VI – Metodologia: recolha dos dados e métodos de análise.....	63
6.1 Coleta de dados	64
6.1.1 Pesquisa Bibliográfica.....	64
6.1.2 Observação Flutuante e Entrevistas	66
6.2 Método de Análise.....	68
6.3 Vantagens e Limites da Metodologia	70
Capítulo VII – Análises das Entrevistas e Apresentação dos Resultados.....	71
7.1 Análise das Entrevistas.....	71
7.2 Apresentação dos Resultados	75
Conclusão	79
BIBLIOGRAFIA.....	83
ANEXOS.....	87

Índice de Tabelas

Tabela 7.1: Quadro expositório com os resultados da análise..... 76

Tabela 7.2: Quadro expositório com os resultados da análise (continuação)..... 77

Índice de Figuras

Figura 2.1: Esquema do DLS segundo Sergio Buarque	27
Figura 3.1: Diagrama de Baran	32

Glossário de Siglas

BMT – Boletim Mercado de Trabalho

CS – Coesão Social

EPES – Empreendimentos de Economia Solidária

ESS – Economia Social e Solidária

ES – Economia Solidária

DLS – Desenvolvimento Local Sustentável

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PBSM – Programa Brasil Sem Miséria

RCS – Rede de Colaboração Solidária

RLP – Redes Locais de Prosumidores

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

Introdução

A economia solidária surge para muitos no atual cenário de crise mundial como uma alternativa e uma esperança para se alcançar uma vida digna e autônoma. Nasce como uma resposta, mas acima de tudo, como uma proposta para uma ação coletiva, integrada e autogerida. Esta proposta de articulação se apresenta de muitas formas, e esse trabalho está focado em uma destas manifestações que são as Redes de Produtores e Consumidores Locais, mais tarde aqui tratadas como *Redes Locais de Prosumidores (RLP's)*. O objetivo é demonstrar a relevância das RLP's, tanto para o processo de Desenvolvimento Local Sustentável (DLS), quanto para a sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária. Sendo assim, buscaremos, através da análise de dois casos, em contextos socioeconômicos distintos, responder a seguinte pergunta: *Dentro do contexto da economia solidária, qual o papel exercido pelas Redes Locais de Prosumidores no Desenvolvimento Local Sustentável?* O que nos remete à formulação de duas hipóteses. A primeira seria: *dentro do tecido socioeconômico local existe a predisposição para a formação de uma rede local de prosumidores verificada a partir da dinâmica e da conectividade existente entre os grupos.* A segunda hipótese é relacionada diretamente com a primeira e consiste na seguinte suposição: *a existência da rede contribui para o desenvolvimento local sustentável a partir do momento em que fomenta a utilização dos recursos endógenos.*

Por meio da análise de um caso concreto, envolvendo atividades relacionados com a economia solidária, buscaremos algumas respostas para a nossa questão de partida e a comprovação das hipóteses levantadas. Posteriormente, analisaremos a experiência em fase embrionária de uma tentativa de articulação para fortalecer o tecido socioeconômico local, através da formação de uma rede de cidadania solidária em Montemor-o-Novo, Portugal. Por intermédio desta avaliação, tentaremos compreender o processo de formação dessas iniciativas para que, em futuro, venha a contribuir na elaboração de estratégias que auxiliem no processo de criação de novas RLP's. Acreditamos que a análise do processo de construção dessas redes poderá contribuir para que outras iniciativas sejam empreendidas, no sentido de incentivar a proliferação das RLP's como agentes promotores da sustentabilidade dos

empreendimentos da economia solidária.

Contudo, o tema central deste estudo sugeriria, no futuro, ainda uma reflexão de um dos paradigmas do nosso atual modelo econômico, *A Lei da Oferta e da Demanda*, uma vez que o tema trata, em parte, da ruptura desse paradigma no que diz respeito à dinâmica da produção e do consumo. A discussão seria focada na possibilidade de se encontrar o equilíbrio de mercado idealizado pelos economistas de uma maneira onde o preço estivesse desvinculado do fator *Produção e Consumo* e que tal equilíbrio seria possível de ser alcançado através das *Redes Locais de Prosumidores*, onde a produção e o consumo estão focados primeiramente na satisfação das necessidades básicas, *Valor de Uso*; e a geração de excedentes, *Valor de Troca*, aconteceria apenas como instrumento para se alcançar a própria sustentabilidade, como componente do *buen-vivir*, e não com o propósito de acumulação do capital. Porém, não sendo esta discussão e nem as teorias econômicas o foco central deste trabalho, não nos aprofundaremos neste tema.

Quanto à justificativa, relevância e pertinência deste estudo, do ponto de vista pessoal, social, político e científico, podemos começar por chamar em causa os danos causados pelos efeitos provenientes das últimas crises financeiras, com os quais temos sido vitimados direta e indiretamente, uns mais que outros, mas de certa forma fomos todos atingidos. Já com esta introdução, poder-se-ia responder à questão relacionada aos interesses pessoais, claramente para mim aqui justificada por me considerar parte deste contexto.

Dentre os inúmeros efeitos causados pelas crises, em boa parte reflexo das políticas econômicas que predominam no mundo atual, e as medidas geradas a partir destas e baseadas em um pensamento neoliberal, o desemprego é um dos males que mais afligem a população mundial, sendo talvez superado apenas pela fome. Sendo assim, retomando a partir da relevância social, dependendo da perspectiva pela qual desejamos afrontar esse mal, podemos considerá-lo como um enorme problema social, ou uma oportunidade para se reconstruir o tecido socioeconômico desintegrado em consequência das últimas crises financeiras, propondo um novo modelo de sociedade construída a partir da dimensão social, econômica, política e cultural respectivamente, e promovendo a inclusão daqueles que se viram excluídos

desta sociedade baseada no consumo que hoje afrontamos.

Afrontar tais efeitos como uma oportunidade para se trabalhar a promoção da coesão social em um território significa vê-lo pela perspectiva de que, muitas vezes, é em tempos de crise que surgem em diversas sociedades, a partir dos indivíduos que as compõem, experiências solidárias coletivas que desencadeiam verdadeiras evoluções no sistema social dessas sociedades, limitadas a princípios em seus territórios. Em alguns casos, *a posteriori*, estas experiências são transferidas para outros territórios, sendo adotadas por outras sociedades, causando evoluções e revoluções, algumas a nível global. Aqui estamos falando de três elementos distintos, mas que se complementam: Economia Solidária (ES), Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) e a Coesão Social (CS). A economia solidária¹ é uma destas experiências que tem sido adotada em muitas sociedades como uma alternativa para a superação da crise social, econômica, política e cultural que encontramos no mundo. Por relacionarmos todos esses elementos, justificando os aspectos sociais deste trabalho, entendemos que o tecido social é em si mesmo formado por uma série de relações internas e externas ao próprio, e interligados com outros tecidos onde as relações entre esses são constantemente alteradas a partir de mudanças sofridas em qualquer um desses.

O desemprego, como um exemplo concreto, reflexo direto da crise, está relacionado diretamente à exclusão social, econômica, política e cultural sofrida pelo indivíduo que não possui uma forma de subsistência que lhe permita suprir as suas necessidades básicas. Neste caso o emprego, ou uma ocupação digna, constitui-se não apenas como uma forma de sobrevivência para o trabalhador - *fator econômico* -, mas exerce também uma função social ao introduzi-lo em atividades coletivas - *fator social* - sejam elas ligadas ao seu ambiente de trabalho, sejam elas realizadas nas comunidades onde reside ou frequenta. Por esta razão, o combate ao desemprego está na base conceitual de inúmeras iniciativas de se construir políticas públicas voltadas à promoção da inclusão social, focando na integração do indivíduo

1 As Economia Solidária é também conhecida por outros nomes, tais como economia social e solidária, economia dos pobres, economia popular, etc. Na Europa, ela é chamada com mais frequência por Economia Social e Solidária.

ao mercado de trabalho para reintegrá-lo na sociedade. Esta é uma visão muito difundida e que tem provocado vários questionamentos quanto à sua eficácia na promoção da inclusão social. Aqui adentramos no ambiente político, onde vemos uma clara justificativa quanto à pertinência política para realização deste estudo.

Paralelamente ao poder público, o qual teria o dever de apresentar alternativas, a sociedade civil, ou ao menos parte dela, está engajada em muitos projetos na tentativa de amenizar as questões da exclusão social, econômica, política e cultural que atinge grande parte das pessoas. O que vemos hoje é um engajamento de vários setores da sociedade civil que estão efetivamente preocupados em resolver muitas das questões que o poder público se mostrou incapaz de encontrar uma resposta, ou de promover soluções eficazes, duradouras e com alto impacto social. Nesta dimensão, setores diversos dentro da sociedade buscam alternativas para responder às demandas que surgem das classes excluídas e de extrema fragilidade social, econômica, política e/ou cultural. Aqui começa a existir uma clara distinção entre iniciativas ligadas ao setor público e à classe política, das iniciativas de outros setores da sociedade. A distinção se faz na forma de focalizar os problemas e no rumo tomado na elaboração das propostas, na tentativa de resolvê-los. Enquanto que o poder público e a classe política estão focados nas questões muitas vezes ligadas a inclusão econômica para se atingir a inclusão social, guiados por parâmetros neoliberais, outros grupos estão mais centralizados na solução das questões sociais como forma de se alcançar a inclusão na sociedade, através da educação, e a começar de uma formação profissional adequada e integrada ao território, questões básicas, para que só então, a partir da solução dessas questões é que se possa atingir a emancipação econômica, ou seja, o autossustento.

É nesta perspectiva que nos aproximamos da economia solidária como agente inclusivo enquanto socializador, agente formador enquanto educador, político enquanto conscientizador, e por fim, agente emancipador enquanto promotor da autonomia econômica.

É a partir desta distinção e graças à inquietude e insatisfação de parte da sociedade, que grupos começaram a se organizar em diversas partes do mundo, muitas vezes de forma autônoma e desarticulada, para buscar soluções aos efeitos devastadores das políticas

expansionistas da economia neoliberal que nos levou à globalização econômica e ao aumento da desigualdade social no planeta. Essa movimentação, que envolve a sociedade como um todo, diz respeito a uma forma diferente de se fazer economia e de gerir os recursos escassos e, sobretudo, de como podemos conviver e compartilhar os recursos do planeta de forma consciente e sustentável. Nesta perspectiva, a economia solidária surge como uma forma alternativa e complementar, sem querer apresentar-se como antagonista, do modelo capitalista que vivemos atualmente. Quanto à possibilidade da coexistência de ambos modelos, isto seria um outro objeto para futuras análises. Desta forma, e respondendo quanto à pertinência científica, nada mais justificado do que a ciência, em primeiro lugar, estar interessada em entender tal fenômeno Social, Econômico, Político e Cultural, apenas para citar algumas das dimensões que reconhecemos como inerentes à Economia Solidária. Ao nosso ver, a Ciência tem a responsabilidade de estudar os fenômenos existentes de forma a colaborar com a melhoria da Vida e a sobrevivência em nosso planeta.

Em relação ao ambiente compreendido pela pesquisa, o universo da Economia Solidária (ES) e as Redes Locais de Prosumidores (RLP's) para o Desenvolvimento Local Sustentável (DLS), entendemos que ele acontece simultaneamente em dois cenários distintos. Um predominantemente rural, desenvolvido a partir das organizações e atores que atuam longe dos centros urbanos, e em grande parte ligados ao setor produtivo rural focado no desenvolvimento local com sustentabilidade; e outro urbano, caracterizado pelo seu aspecto inclusivo e emancipador, a partir de atividades relacionadas aos setores de transformação e de serviços, e desenvolvidas para suprir a demanda nos centros urbanos, localizados em muitos casos próximos, dentro e/ou entorno das grandes cidades e igualmente focado no desenvolvimento local e na sua sustentabilidade. Contudo, esta distinção aqui feita tem o propósito meramente delimitador para efeito desta pesquisa, uma vez que essa distinção no território é complexa e de difícil verificação por não existir uma distinção conceitual entre a Economia Solidária desenvolvida no ambiente rural da que se aplica no ambiente urbano, pelo menos até o momento.

É como parte simbiótica desta nova forma de se gerir a economia local que encontramos o

ambiente propício para o surgimento das Redes Locais de Prosumidores (RLP's). A palavra *Prosumidor* surge da junção das palavras Produtor e Consumidor, e o termo foi apresentado por Alvin Toffler (1980) em seu livro *A Terceira Onda* (do título original *The Third Wave*) para designar uma mudança nos hábitos dos indivíduos que passavam de passivos consumidores para produtores e consumidores - Prosumidores (Toffler, 1980: 269). O que Toffler descreveu foi uma nova forma de se consumir e produzir, onde grupos com interesses comuns se organizam para interagirem de forma mais ativa na produção e consumo de bens e serviços (Toffler, 1980: 269). Daí a chegar as atuais Redes Locais de Prosumidores foi uma questão de tempo, ou melhor, de anos. Atualmente o termo, ainda pouco utilizado no universo da economia solidária, é empregado para fazer referência às redes locais de produção e consumo, *Redes Locais de Prosumidores*, para promover a sustentabilidade do desenvolvimento local e sustentável em benefício da geração atual e das futuras. Fazemos aqui esse breve referimento por acharmos necessário esclarecer que há diferenças entre as várias tipologias de redes. No entanto, não será objeto deste trabalho definirmos cada tipologia. O que faremos, porém, será apresentar uma definição descritiva do que usaremos como pré-conceito, teorizado a partir de suas características, quando nos referirmos às RLP's.

Nesse nosso caso específico, as RLP's são redes que estão envolvidas tanto na produção quanto no consumo, dentro de um mesmo espaço delimitado e onde seus integrantes agem de forma incorporada e cooperada para o fortalecimento de todos os seus participantes, focando suas atividades no desenvolvimento local sustentável. Mas esse é apenas um exemplo ilustrativo de uma RLP, porque assim como ocorrem com outros tipos de redes, as variedades são inúmeras, e cada rede é criada dentro e em relação a contextos diversos. Dentro da ideia de rede serão as necessidades de cada grupo que determinarão a estrutura e a organização de cada uma, gerando distinção entre elas e criando o universo imenso de tipologias de redes. Seria como dizer que cada rede possui seu próprio DNA.

Contudo, a tipologia de rede abordada neste trabalho diz respeito as redes criadas a partir da necessidade de desenvolver o ambiente local, de proximidade, com base nos recursos endógenos, seja no processo produtivo através do compartilhamento dos meios e das técnicas

de produção; seja na reconstrução do tecido socioeconômico, através do resgate da cidadania e abrangendo, muitas vezes, a dimensão cultural por resgatar e preservar técnicas produtivas relacionadas com a cultura local.

Porém, ao lidarmos com a produção e consumo estamos entrando na dimensão de um paradigma consolidado culturalmente na sociedade moderna e revisitando um dos pilares da economia de mercado que é a Lei da Oferta e da Demanda – *The Law of Supply and Demand* – que descreve a dinâmica do mercado a partir da relação entre a oferta, a demanda e o preço aplicado no mercado. Com isso, surge a ideia da rotura deste paradigma através da prática da economia solidária, onde produção, demanda e preço são elementos relativos e não determinantes, uma vez que o excedente deixa de ser objetivo e passa a ser condição para sustentabilidade.

Neste ponto chegaremos ao nosso primeiro exemplo concreto de estudo de caso, que está relacionado ao ambiente urbano e desde onde a rede local de prosumidores abre precedente para a ampliação do conceito e para o alcance de sua influência. Partindo da dimensão social, até atingir a esfera cultural, a Rede Local de Prosumidores do Conjunto Palmeiras, representada pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras – ASMOCNP, na cidade de Fortaleza, Nordeste brasileiro, é um exemplo de uma organização comunitária voltada para o desenvolvimento local. Em nosso segundo caso veremos a Rede Cidadania de Montemor-o-Novo, uma experiência na fase embrionária, onde, a partir dos resultados da análise do caso citado anteriormente, criaremos uma linha analítica para encontrarmos a resposta para a questão de partida. A começar daqui, como último elo relacionado com a nossa pesquisa, entramos no espaço do desenvolvimento local, acrescentando ao conceito elementos como a sustentabilidade e a endogeneidade.

Concluindo, este trabalho está dividido em duas partes. A primeira inteiramente dedicada a apresentação dos conceitos e do pré-conceito, e a discussão teórico conceptual dos mesmos. A segunda parte está dedicada a apresentação da metodologia, dos casos abordados e dos resultados do trabalho de campo, seguido da conclusão, onde iremos abordar os resultados da pesquisa e refletir sobre as respostas encontradas para a nossa questão de partida e as

hipóteses levantadas, através da perspectiva do observador externo, e à luz dos conceitos, do pré-conceito e dos dados coletados ao longo da pesquisa.

PARTE I

Enquadramento Teórico

A partir da escolha do tema, ficou praticamente delineado o perfil teórico da pesquisa. A apresentação dos conceitos, que serão descritos a seguir, procura inserir o leitor no contexto teórico que foi realizado este trabalho, bem como dar suporte lógico ao que apresentaremos ao longo do texto. Entretanto, antes da descrição dos conceitos, faremos uma breve explanação quanto à relevância que detêm o embasamento teórico neste trabalho e da sua estruturação contextual.

O embasamento teórico é peça fundamental para a construção da linha analítica que nos auxiliará no momento da elaboração da análise dos resultados. Por abranger conceitos largamente discutidos em inúmeros trabalhos acadêmicos, como é o caso do conceito de Economia Solidária, e um pré-conceito ainda com pouca fundamentação científica, como é o caso das Redes Locais de Prosumidores, nos parece pertinente dedicarmos boa parte da nossa energia e atenção na discussão teórico conceptual desses conceitos e do pré-conceito.

No enquadramento teórico trataremos de três conceitos específicos nos quais fundamentaremos a nossa pesquisa e o pré-conceito das Redes Locais de Prosumidores, todos essenciais para o entendimento e êxito desta pesquisa. O primeiro a ser discutido será o conceito de economia solidária, um dos pilares desta investigação; o segundo e terceiro conceito abordados, Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Local Sustentável respectivamente, dizem respeito à temática do desenvolvimento e a apresentação desses se dará através de uma discussão conceitual entre ambos. Quanto às Redes Locais de Prosumidores, que aqui apresentaremos na forma de um pré-conceito por encontrar-se, no nosso entendimento, em formação, será apresentado a partir de conceitos e definições que estão relacionadas entre si e fundamentadas dentro do universo da economia solidária, pois ao nosso entender, e que será exposto a seu tempo, a falta de elementos necessários ao

reconhecimento do termo *Prosumidor*² como conceito cientificamente sustentado não nos permite por assim tratá-lo.

Concluindo, faremos uma breve discussão teórico conceptual desses conceitos, para assim demonstrar a interdisposição destes a dialogarem entre si, em uma dinâmica simbiótica, na elaboração e aplicação dos mesmos.

Apresentando os Conceitos

Nas páginas que seguem, iremos abordar alguns conceitos e definições relacionados diretamente com o nosso tema de pesquisa. É importante ressaltar que os conceitos aqui apresentadas e cientificamente estabelecidos, em nada diminuem a relevância do pré-conceito que iremos apresentar. No que diz respeito ao termo *Prosumidor*, quando relacionado com outros termos e conceitos devidamente fundamentados, trata-se apenas de uma questão de semântica, pois se decompuermos o termo *Prosumidor* em *Produtores* e *Consumidores*, ambos devidamente fundamentados cientificamente, e acrescentarmos elementos relacionados a estes dois conceitos que são inerentes à Economia Solidária, tais como a sustentabilidade, endogeneidade, dentre outros, tal termo estaria devidamente fundamentado. O uso do termo *Prosumidor* nos parece pertinente por ser uma realidade utilizada na prática e conceitualmente aceitável, dependendo apenas de cumprir alguns requisitos para que seja cientificamente fundamentado.

Sendo assim, acreditamos estarem teórica e concetualmente admissíveis as definições utilizadas para fundamentar o enquadramento teórico no que tange às Redes Locais de Prosumidores (RLP's).

2 No Brasil, a palavra encontra-se grafada com apenas um “s”, *Prosumidor*, já em Portugal encontra-se mais comumente grafada com duplo “s”, *Prossumidor*. Como na origem ela é grafada com apenas um “s”, optamos por seguir o mesmo formato.

Capítulo I - A Economia Solidária

Neste capítulo apresentaremos o conceito de economia solidária. Partiremos de uma perspectiva histórica até chegarmos ao momento atual, com o objetivo de proporcionar ao leitor elementos históricos e conceituais para se familiarizar com a proposta que nos traz a economia solidária, nomeadamente aqui apresentada como uma nova forma de se fazer economia.

1.1 Aspectos Históricos da Economia Solidária

As mudanças e desequilíbrios provocados por uma globalização regida principalmente por interesses econômicos, e que provocaram reações globais generalizadas e em diversos contextos, culminaram em processos autônomos para buscar alternativas à crise social, política, cultural e econômica que se instalara.

Dentre os muitos protagonistas neste processo, damos aos movimentos sociais destaque na América Latina e Europa pela proliferação e expansão destes processos, onde ocorreram em maior frequência e que foram eficazes para o resgate da cidadania em ambos os continentes. O que infelizmente não ocorreu na mesma proporção em outros continentes, ou ocorreu de forma bem mais reduzida, seja por questões políticas, como na Ásia, onde os movimentos sociais sofrem maior repressão; seja por questões humanitárias, onde calamidades como as guerras tornam difíceis o surgimento e a organização de movimentos sociais para lutar por melhores condições de vida, como é o caso da África e do Oriente Médio. Deixamos aqui espaço para as exceções que possam existir.

É dentro deste cenário que a economia solidária recebe reconhecimento e notoriedade dentro dos movimentos sociais como elemento identificador e aglutinador destas atividades, e que tem sua origem no século XIX. Segundo Paul Singer, em seu livro *Introdução à Economia Solidária (2002)*, a ES nasce pouco depois do Capitalismo Industrial como resposta a crise deflagrada pela revolução industrial que provocou o empobrecimento dos artesãos em consequência da industrialização do processo fabril (Singer, 2002: 24). Sua origem remonta

ao início do século XIX, quando surgiram as primeiras experiências cooperativistas inspiradas nas ideias de Robert Owen, e que viriam a se transformarem no movimento cooperativista que hoje conhecemos (Singer, 2002).

Robert Owen era um industrial britânico do setor têxtil e possuidor de um enorme complexo produtivo em New Lanark. Preocupado com as condições de saúde que se encontravam os trabalhadores e suas famílias, os quais eram submetidos a longas jornadas de trabalhos em condições desumanas, não poupando nem mesmo as crianças, Owen inovou na forma de tratar os operários ao introduzir melhorias significativas para os trabalhadores e suas famílias (Singer, 2002). Para os operários, Owen limitou a jornada de trabalho; para as crianças, além de proibir o trabalho infantil, ele criou escolas. Estas mudanças causaram uma enorme transformação na vida dos operários e de suas famílias, que de contrapartida tornaram-se mais produtivos. Essa mudança de atitude não só lhe retornou em forma de lucro financeiro, com o aumento da produtividade, mas lhe proporcionou também uma enorme notoriedade (Singer, 2002).

Como referência a primeira cooperativa owenista, temos a que foi criada por George Mudie, que juntos com alguns companheiros decidiram formar a London Co-operative Society e publicaram o primeiro jornal cooperativo, o *The Economist*, entre 1821 e 1822 (Singer, 2002). Mas em se tratando das cooperativas de consumo, foi a dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, fundada em 1844, a que hoje é considerada como a mãe de todas. É nos princípios cooperativos adotados por Rochdale que muitos se inspiram e praticam a ES. Um dos mais inspiradores é o da democratização das tomadas de decisão, representado pelo princípio de um membro um voto (Singer, 2002).

Os princípios cooperativistas podem inspirar os praticantes da ES, mas essa forma de se fazer economia é bem mais abrangente. Ela não só incorpora princípios do passado, como no caso de Rochdale, mas igualmente outros contemporâneos como a sustentabilidade, desenvolvimento local sustentável, preservação ambiental, além de outros. Porém, além do contexto histórico, temos também a relevância da ES na contemporaneidade que representa, tanto no contexto econômico quanto no social, e que será apresentado a seguir.

1.2 Construindo um Conceito

Nos nossos dias, partindo de um contexto econômico, a ES representa uma alternativa ao que hoje temos como predominante no mundo globalizado, e influenciado por correntes neoliberais, que é a economia de mercado. Contudo, ela aqui não surge como antagonista ou substitutiva, como nos sugere França Filho & Laville (2004) quando nos diz, “A Economia Solidária é bem mais uma tentativa de articulação entre a economia mercantil, não mercantil e não monetária, do que um processo, ou projeto, antagônico que viria a substituir a economia de mercado, tornando-se ela mesma dominante” (França Filho, 2004: 187).

No contexto social, ES traz uma nova forma de nos relacionarmos com a atividade laboral onde o emprego não se limita a sua realização funcional e monetária, mas sim em um meio para se alcançar uma realização social e bem mais complexa, onde a interação entre os atores é bem mais representativa em termos de valores pessoais do que a concretização e satisfação dos interesses monetários. É o que também nos sugere França Filho & Laville quando nos diz “que a Economia Solidária refere-se ainda a experiência em que o emprego não representa um fim em si mesmo” (França Filho, 2004: 187).

Ainda no contexto social, Singer nos diz que conceitualmente a ES se refere as organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc, que se distinguem por duas especificidades: (a) solidariedade entre os membros através da autogestão e (b) solidariedade para com a população trabalhadora em geral, através da assistência aos mais desfavorecidos (Singer *in* Cattani, 2003: 116).

Dentro de uma outra perspectiva, agora entre o social e o econômico, e numa aproximação mais pedagógica e humanista, no livro *A Economia Solidária como Práxis Pedagógica* (2009), o filósofo e educador Moacir Gadotti descreve a economia solidária dizendo que “trata-se, na verdade, de uma desmercantilização do processo econômico, programa básico de construção de um novo socialismo hoje. Essa desmercantilização não significa uma desmonetização ou o fim do mercado, mas sim ‘a eliminação do lucro como categoria’” (Gadotti, 2009: 26).

Sendo assim, temos uma descrição da ES que nos permite concluir que se por um lado, como aponta França Filho & Laville (2004), trata-se de uma articulação no contexto econômico aproximando-se do contexto social a partir da economia não monetária; por outro, Singer (2003) e Gadotti (2009) nos trazem uma perspectiva mais política e pedagógica, no sentido de ser formadora de uma nova sociedade a partir de princípios éticos e solidários.

Por seu caráter multidimensional, e conseqüentemente multiconceitual, a economia solidária nos abre uma infinidade de possibilidades na sua aplicabilidade e funcionalidade. Como ação inovadora, ela não é rígida como outras ações contemporâneas por reconhecer o excedente como um produto do trabalho, desde que não praticado como propósitos acumulativos, uma vez que a distribuição dos excedentes de forma equitativa é um dos seus pilares. Nem é tão pouco excludente, pois a adesão voluntária e aberta para qualquer pessoa as suas práticas e atividades, juntamente com a democratização dos processos decisórios, fazem parte dos princípios que a regem, princípios estes herdados de Rochdale.

A Economia Solidária, se assim quisermos definir, é uma ferramenta inclusiva e dinâmica, por sua capacidade de incorporar novas funcionalidades, aplicabilidades, práticas pedagógicas e conceitos, onde se reinventa, atualiza e se reformula simultaneamente com a sociedade contemporânea.

Os elementos conceituais expostos acima nos traz uma relação do ponto de vista econômico e pedagógico da economia solidária. Contudo, como nos refere Razeto (1999), em seu artigo intitulado *La Economía de Solidariedad: Concepto, Realidad y Proyecto*, a tarefa de conceitualizar a ES vem a ser também um exercício intelectual e prático que requer um diálogo constante e aberto dentro do próprio ambiente acadêmico, sempre atrelado a realidade contida na sociedade.

Poner unidas en una misma expresión la economía y la solidaridad aparece, pues, como un llamado a un proceso intelectual complejo que debiera desenvolverse paralela y convergentemente en dos direcciones por un lado, se trata de desarrollar un proceso interno al discurso ético y axiológico, por el cual se recupere la economía como espacio de realización y actuación de los valores y fuerzas de la solidaridad; por otro, de desarrollar un proceso interno a la ciencia de la economía que le abra espacios de

reconocimiento y actuación a la idea y el valor de la solidaridad. (Razeto, 1999)

No texto acima referido, Razeto reflete que o esforço de se querer unir Economia e Solidariedade, em um mesmo espaço, é um desafio a ser colgado sob muito trabalho, uma vez que a ideia de economia imperante parece dificultar o exercício da cooperação sem o escopo da lucratividade mercantil. Digo parece, pois, de fato, a cooperação entre partes, necessária para a construção de uma nova forma de se fazer economia, já existe de certa maneira na identidade do mercado, porém sob outras razões que não a da solidariedade.

Por conseguinte, Razeto nos alerta para a necessidade da construção desse diálogo, que de certa forma já existe fora do ambiente acadêmico, para recuperação da visão original tanto da Economia quanto da Solidariedade, e que estes dois elementos sejam integrados e que os preceitos da Solidariedade seja incorporado a Economia, e não um ato subsequente a esta como expressão muitas vezes confundida como caridade. O que se busca, segundo Razeto, é que a Solidariedade esteja presente nas diversas fases do ciclo econômico (Razeto, 1999). Porém, ele é decisivo quando nos diz que reconhecer a existência de elementos de cooperação na economia atual não significa que ela seja solidária, mas justifica tal reconhecimento pelo menos por três distintas razões: primeiro, por uma questão de objetividade científica; em segundo, porque se não existisse nada de solidariedade na economia não seria possível, segundo o autor, pensar na economia solidária como um projeto possível; e em terceiro, para que se evite um mal entendido, ou seja, que a economia solidária seja vista como um projeto antagonista a economia de mercado, o que não o é. Para Razeto, a economia solidária “expressa uma orientação fortemente crítica e decididamente transformadora respeito as grandes estruturas e os modos de organização e de ação que caracterizam a economia contemporânea” (Razeto, 1999). Tal reflexão está em concordância ao que antes nos referimos, citando França Filho & Laville, onde a economia solidária não se apresenta como antagônica a Economia de Mercado buscando ela mesma torna-se hegemônica (França Filho, 2004).

Capítulo II - O Desenvolvimento Local (DL)

Antes de entrarmos na discussão do conceito de Desenvolvimento Local, acreditamos importante fazermos algumas considerações quanto ao que julgamos ser relevante na discussão que faremos a seguir. A primeira é quanto a relação entre o Desenvolvimento Local e a Coesão Social (CS), isso por considerarmos ambas as coisas como parte de um mesmo corpo. Após a apresentação do conceito de DL, discutiremos o conceito de CS de forma breve, inserido aqui apenas como conceito auxiliar, para situarmos o leitor na perspectiva compartilhada pelo autor ao conectar o DL a CS. Seguindo a isso, apresentaremos três distintas perspectivas do DL nas visões da CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina (2007), do sociólogo Eugênio Tironi (2008) e da União Europeia (Tironi, 2008).

2.1 O Conceito de Desenvolvimento Local

Para abrirmos a discussão e apresentarmos o conceito do Desenvolvimento Local, começamos por introduzir a definição que mais nos parece adequada para o nosso trabalho, criando assim, o espaço para uma reflexão sobre algumas perspectivas que encontramos ao longo da nossa pesquisa bibliográfica e que estão relacionadas com o conceito de DL. A definição de Desenvolvimento Local é aqui mostrada como sendo um desenvolvimento sustentável gerado a partir dos recursos endógenos pertencentes a um território específico, com a utilização, ou não, de técnicas e recursos gerados a partir de fontes exógenas (Jara, 1998; Buarque, 2002). O que iremos buscar, através de pesquisa de campo e bibliográfica, bem como através da análise de casos específicos, é descobrir até que ponto a Economia solidária pode contribuir neste processo de desenvolvimento, que envolve impreterivelmente o Desenvolvimento Local, sendo ele mesmo uma parte importante desse processo, no que diz respeito à reconstrução do tecido social, econômico, político, cultural, acrescentando a essas as perspectivas ambientais e de sustentabilidade, nos territórios envolvidos. Ao mesmo tempo, buscaremos entender se as Redes Locais de Prosumidores (RLP's) são de fato uma resposta efetiva para a sustentabilidade dos empreendimentos da ES, se tornando igualmente parte fundamental dentro deste processo de DL.

Sem nos aprofundarmos no conceito de Coesão Social (CS), pois iremos visitá-lo brevemente na próxima sessão, *a priori*, entendemos que para que haja um DL efetivo em um dado território, em muitos casos, faz-se necessário um estágio avançado de CS dentro do espaço, aqui entendido como *locus*, antes da intervenção propriamente dita. Neste sentido, tanto o processo da realização do DL em si pode servir para fomentar um estado de coesão dentro do território, quanto a coesão dos atores dentro deste pode desencadear um processo de desenvolvimento criado a partir do mesmo e baseado em recursos endógenos. Logo, podemos dizer que tanto um quanto o outro se enquadrariam no que Jara (1998) e Buarque (2002) definiram como Desenvolvimento Local.

Assim, nos parece oportuno acrescentarmos à discussão a questão da utilização dos recursos endógenos e que foi apresentado de forma clara no conceito exposto por Carlos J. Jara (1998), em seu livro *A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local: Desafios de um Processo em Construção*, quando resume o DL da seguinte forma:

Estamos falando de um desenvolvimento aplicado num âmbito espacial delimitado [...]. Estamos falando de desenvolvimento endógeno, ou seja, baseado no aproveitamento dos recursos, das oportunidades e das capacidades locais. O fato de ser um processo endógeno não significa que não precisa de recursos exógenos. Significa aprender a caminhar com as próprias pernas, [...], no fundamental, sustentar sua economia e desenvolver-se a partir de seus próprios recursos. (Jara, 1998: 72)

De certa forma, nos parece claro que, para o autor acima citado, o desenvolvimento e a sustentabilidade estão implícitos no conceito de Desenvolvimento Local e não podemos falar no mesmo excluindo tal disposição. O que também nos parece igualmente claro é que estamos falando de um processo, algo que ocorre ao longo de, em decorrer de, e que nos remete a ideia de movimento. Ora, sendo um processo, é algo que nos traz também a ideia de uma ação contínua, é algo que possui um começo, um meio, e possivelmente um fim, mas não inevitavelmente. Tratando-se de uma ambiente social, ou seja, da relação de inúmeros elementos que interagem entre si, dando origem a outros elementos, este processo é infinito enquanto houver elementos que interajam. Levando-se esta perspectiva para o conceito de DL, *mutatis mutandis*, podemos dizer que temos um processo contínuo enquanto houver

elementos que interajam, interna ou externamente, em relação ao território, mantendo o foco na endogeneidade do processo de desenvolvimento, caso contrário será um outro processo, mas não o DL como foi anteriormente descrito por Jara (1998).

O desenvolvimento local, enquanto processo, acontece em um espaço específico e delimitado, como já foi mencionado. Por isso, faz-se necessário, ao nosso ver, situarmos o leitor dentro da perspectiva espacial onde se desenvolvem as experiências de ES e das RLP's, como partes relevantes do mesmo processo de DL, e por serem estes dois dos três pilares da nossa pesquisa. Isto se dá pelo fato da delimitação do espaço nessas experiências ser fator fundamental, bem como uma característica primordial, para a construção e manutenção destas práticas dentro do processo de desenvolvimento local.

A começar pela ideia de 'Local', queremos salientar o sentido que damos a ele quando nos referimos a ideia de espaço quando relacionado com o *locus*. Para Fragoso (2005), o local pode ser entendido com um duplo sentido e que o caracteriza, “por um lado, o *locus* da vida social, o lugar onde os acontecimentos, fenômenos e práticas sociais adquirem visibilidade, mas por outro lado, não pode escapar às formas de relação que lhe são externas (Fragoso, 2005: 63). Outra questão relevante é quanto a ideia de território. Não queremos aqui simplificar demasiadamente o conceito de território, mas por ser um conceito utilizado em vários ramos das ciências sociais, citamos Marques (2010) para delimitar, e porque não dizer limitar, a sua abrangência quando nos diz que o conceito “pode ser definido como um espaço socialmente construído, possuidor de recursos naturais e detentor de uma história construída pelos homens que nele habitam, através de convenções de valores e regras, de arranjos institucionais que lhes conferem expressão, e de formas sociais de organização da produção” (Marques, 2010).

Até aqui demos prioritariamente foco a dimensão social do desenvolvimento local, mas existem outras dimensões, dentre as quais está a dimensão econômica do desenvolvimento, que é tão importante quanto a dimensão social. O foco de ambas estão no promover o desenvolvimento, isto é um fato. Porém, o que as difere é exatamente no caminho traçado para atingir o objetivo. Temos aqui pelo menos duas perspectivas distintas, uma humanista e

outra economicista. Não sendo essa discussão o foco de nossa pesquisa, acrescentaremos apenas como informação complementar duas outras definições que dizem respeito ao emprego do termo *Desenvolvimento*, uma defendida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e outra proposta pela União Europeia (EU).

A primeira definição é dada a partir do conceito proposto pela OIT, no qual a dimensão econômica é evidenciada na nomenclatura, passando a ser definida como Desenvolvimento Econômico Local (DEL)³ e apresentada da seguinte forma:

DEL es un proceso de desarrollo participativo que estimula las asociaciones entre los principales actores sociales públicos y privados en un territorio definido, permitiendo tanto el diseño como la implementación de una estrategia de desarrollo común, que haga uso de los recursos y ventajas competitivas locales en un contexto global con el objetivo de crear trabajo decente y estimular la actividad económica. (Gasser *at al.* 2004)

O que não significa que a dimensão econômica já não fizesse parte do conceito, mas que apenas não fora evidenciada desta forma. O que nos leva a segunda definição, ainda mais específica, esta utilizada pela União Europeia, e descrita por Martins (2002), no dossiê preparado pelo Comitê Econômico e Social (CES):

Na Europa, o Comitê Econômico e Social das Comunidades Europeias (Comitê, 1995), concebe o desenvolvimento local como um processo de reativação da economia e de dinamização de uma sociedade local, com base no aproveitamento ótimo dos recursos endógenos, objetivando o crescimento da economia, a criação de emprego e a melhoria da qualidade de vida. (Martins, 2002: 53)

A partir deste ponto, está claro que estamos falando de distintas perspectivas para um mesmo objeto. De uma parte está a visão economicista trabalhada pela União Europeia e, até certo ponto, dividida em alguns casos por governos latino-americanos, como é o caso do Brasil; e de outra parte está a visão humanista defendida pelos movimentos sociais, igualmente compartilhada por alguns governos, e com um maior consenso de uma forma geral na

3 O texto é aqui exposto na língua original pelo autor entender que as similaridades entre o português e o espanhol permitem a compreensão do sentido do texto sem que haja a necessidade da tradução.

América Latina.

Feitas as devidas considerações, é a perspectiva humanista que gostaríamos de abordar neste trabalho e que nos remete a questão do Desenvolvimento Local Sustentável (DLS), e que será outro objeto discutido na sessão específica.

Em algum momento, ao falarmos de Desenvolvimento Local, parece-nos estar fazendo confusão com o Desenvolvimento Local Sustentável. E de fato, podemos identificar esta ambiguidade em muitos textos que trata do tema. Isto acontece, talvez, pelo fato de que para alguns autores, tais como Jara e Buarque, apenas para citar os que estamos utilizando neste trabalho, a ideia de desenvolvimento local e a sustentabilidade estão intrinsecamente relacionados, como já aludimos anteriormente.

Em relação a sustentabilidade, ao dialogarmos entre Buarque e Jara, encontramos o caminho para chegarmos até o DLS. Para Buarque (2002), em seu livro *Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável*, o DL pode ser conceituado como “um processo endógeno de mudanças, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos” (Buarque, 2002: 25). A visão exposta por Buarque vem reforçar o que Carlos J. Jara já havia exposto anteriormente em seu livro e mencionado anteriormente. Considerando este modelo de desenvolvimento como sendo baseado nos recursos endógenos, nada mais coerente do que preservá-los de forma a proporcionar a sustentabilidade do desenvolvimento por serem estes recursos a base de todo o processo.

Buarque vai mais além e nos fornece também o caminho para conectarmos o DL a CS: “esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de *organização* e *mobilização* da sociedade local, explorando as suas *capacidades e potencialidades* próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade” (Buarque, 2002: 26). Ainda citando Buarque (2002), “qualquer estratégia para o desenvolvimento local deve se estruturar em, pelo menos, três grandes pilares: organização da sociedade (...), agregação de valor na cadeia produtiva (...), e reestruturação e modernização do setor público

local” (Buarque, 2002: 27). Tudo isso nos remete mais uma vez a um princípio básico da economia solidária, a democratização dos processos decisórios através de uma democracia participativa e de cidadãos ativos, tanto socialmente, quanto politicamente.

Como conclusão, podemos dizer que o DL está para a CS e sustentabilidade, e *vice-versa*, assim como a utilização dos recursos endógenos estão para o desenvolvimento sustentável. Ao pensarmos no desenvolvimento local temos que pensar na capacidade da sociedade local de gerir seu próprio crescimento e de como os recursos endógenos podem dar suporte a este crescimento, logo, estamos falando de um desenvolvimento local sustentável.

2.2 Coesão Social

Por entendermos que a Coesão Social está, de certa forma, intrínseca no processo do desenvolvimento local e que, no nosso caso mais especificamente, ao percorrermos o caminho inverso, observando os parâmetros antes apresentados, o desenvolvimento local planejado de forma sustentável pode nos levar a instauração de processos que podem contribuir para a consolidação de um território socialmente coeso. Considerando que a dimensão social do desenvolvimento local é a que nos interessa para este trabalho, tal como o DL, temos aqui algumas visões distintas do que podemos entender como Coesão Social. Apresentaremos algumas destas visões a seguir e concluiremos com uma discussão do papel da CS dentro do processo de DL.

2.2.1 O Conceito

Segundo o pensamento de Émile Durkheim, a coesão social seria derivada de dois tipos distintos de solidariedade, uma mecânica e outra orgânica, e que por ser um fato social, só poderia ser bem conhecido através dos seus efeitos sociais (1930). Em seu livro *Da Divisão do Trabalho Social*, ele nos diz que “a solidariedade é algo demasiadamente indefinido para que se possa alcançá-la facilmente” (Durkheim, 1999: 35). Ele nos diz ainda que mesmo nesse estado de indeterminação, a solidariedade, necessária para a construção de tal coesão, dependeria de condições sociais que a explicasse e das quais não pode ser desassociada. E

mais, “ao mesmo tempo que é, antes de mais nada, um fator social, depende de nosso organismo individual” (Durkheim, 1999: 34). Ou seja, mesmo sendo uma ação de base coletiva, a coesão de uma dada sociedade dependeria de como seus membros se sentem parte desta sociedade ao compartilharem valores e princípios, sejam eles subjetivos, como é o caso das crenças, ou objetivos, como no caso das normas estabelecidas mediante contratos sociais.

No caso da Solidariedade Mecânica, Durkheim nos diz que ela deriva de uma *Consciência Coletiva*, formada segundo ele, por um conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade (Durkheim, 1999). Por outro lado, é na solidariedade derivada da divisão do trabalho, a qual Durkheim denominou de orgânica, àquela onde encontraríamos elementos que correspondem ao estado de coesão social no qual seria propício o desenvolvimento da economia solidária. Isso se daria pelo fato de que na coesão social derivada da solidariedade orgânica, como foi descrita por Durkheim, “a individualidade do todo aumenta ao mesmo tempo que a das partes; a sociedade torna-se mais capaz de se mover em conjunto, ao mesmo tempo em que cada um de seus elementos tem mais movimentos próprios (Durkheim, 1999: 108). Sendo assim, revisitando o pensamento de Durkheim, podemos encontrar sejam aproximações, quanto distanciamentos, da sua visão nas definições adotadas por algumas correntes existentes na Europa e na América Latina, as quais apresentaremos brevemente a seguir.

Partindo de uma perspectiva humanista Latino Americana do sentido da coesão social, a CEPAL (Comisión Económica Para América Latina) a define como sendo “a dialética entre mecanismos instituídos de inclusão/exclusão social e as respostas, percepções e disposições da cidadania, frente ao modo em que estes (mecanismos) operam”. (CEPAL, 2007).

Continuando, temos no conceito exposto por Tironi (2008) a perspectiva que mais nos parece se aproximar da complexidade do tema quando relaciona a coesão social ao desenvolvimento local, e que o descreve como sendo:

A capacidade de uma sociedade para absorver o câmbio e o conflito social, mediante uma estrutura

democrática de distribuição dos seus recursos socioeconômicos (bem-estar), sócio-políticos (direitos) e sócio-culturais (reconhecimento), através do Estado, o mercado, a família e outras redes comunitárias e da sociedade civil. (Tironi, 2008)

Aqui entendemos que para o autor citado a coesão social é algo que acontece através da interação de distintos atores, pelas vias democráticas, com objetivos comuns e previamente acordados por intermédio de um intenso diálogo na busca do compartilhamento dos recursos existentes no território. Com isto, fazemos a conexão entre a coesão social e o desenvolvimento local, porque, para que haja um efetivo desenvolvimento com autênticas conquistas sociais, econômicas, culturais e políticas, precisamos ter um território coeso. Portanto, a promoção da coesão seria a antecâmara do desenvolvimento local.

Voltando ao embasamento teórico, citando Eugênio Tironi e seu livro *Redes, Estado y Mercados* (2008), apresentamos agora uma visão europeia da coesão social. Em seu livro, Tironi apresenta um quadro amplo com várias perspectivas e objetivos relativos ao conceito de coesão social de várias partes do mundo, e no qual encontramos uma disposição que se refere, até então, a perspectiva apoiada pela União Europeia e com a descrição de seus objetivos, a qual ele nos apresenta da seguinte forma:

El objetivo de la cohesión social implica una reconciliación de un sistema basado en las fuerzas de mercado, libertad de oportunidad y de emprendimiento, con un compromiso con los valores de solidaridad y apoyo mutuo, lo cual asegura acceso abierto a los beneficios y provee protección para todos los miembros de la sociedad. (Tironi, 2008: 43)

Segundo o que nos apresenta Tironi (2008), para a União Europeia (UE), a coesão social implicaria em uma reconciliação de um sistema baseado nas forças do mercado, mas não só, com determinados valores sociais. Esta receita proposta pela UE parece não ter surtido o efeito desejado, principalmente diante do atual cenário de crise, onde vemos a deterioração do estado social em detrimento de uma economia de mercado cada vez mais opressiva e indiferente.

Concluindo, mais uma vez nos parece que o caminho mais adequado para prosseguirmos a partir daqui seria nos concentrarmos na perspectiva humanista da coesão social como base

para o planejamento de um desenvolvimento local realizado a partir dos princípios da sustentabilidade.

2.2.2 A Coesão Social como parte do Desenvolvimento Local

Com base nas definições acima citadas, podemos estabelecer uma clara conexão entre CS e o DL, bem como a exposição de uma relação simbiótica entre ambos, onde a existência simultânea não é imprescindível, mas que pode ser considerada um elemento fundamental para o sucesso de ambos. Contudo, é interessante notar que na abordagem da União Europeia, tanto o DL quanto a CS, tais conceitos parecem estar relacionados a elementos econômicos, e que tal ideia é igualmente compartilhada por alguns governos Latino Americanos. Por outro lado, dentro dos movimentos sociais e grupos da sociedade civil, esses processos estão relacionados às questões sociais e são, em grande parte, desencadeados por elementos, e, ou, motivações sociais, políticas, culturais, ambientais, etc.

É importante ressaltar que essas duas vertentes não se excluem, e que, pelo contrário, ambas poderiam coexistir de forma simbiótica, seja a partir de uma abordagem economicista, seja através de uma visão humanista, sendo que para que isso ocorra seria necessário a existência de um diálogo entre o Estado e os movimentos sociais. O DL promovido dentro dos preceitos humanistas propostos pelos autores antes mencionados poderia, como já dito, fortalecer o estado de coesão social dentro de um território; por outro lado, promover um desenvolvimento sustentável, sem o comprometimento ativo dos atores que habitam o território, é uma tarefa extremamente difícil, seja pela complexidade do processo em si mesmo, seja pela falta de legitimação necessária para que as ações que visem facilitar esse processo sejam instauradas. Tal legitimidade só pode ocorrer através do consentimento coletivo, que, por sua vez, só pode existir em um território coeso através de uma solidariedade orgânica, como descrita por Émile Durkheim.

2.3 O Desenvolvimento Local Sustentável

Historicamente, parece existir um consenso que foi a partir do conceito de

ecodesenvolvimento, apresentado pela primeira vez durante a Conferência das Nações sobre o Meio Ambiente (Estocolmo), em 1972, que surgiram os primeiros esboços para a criação do conceito que hoje conhecemos como desenvolvimento sustentável (Buarque, 2002; Ferreira, 2013), e que mais tarde viria a ser chamado de Desenvolvimento Local Sustentável. Contudo, foi a partir de 1987, com a apresentação do relatório *Our Common Future*, também conhecido como relatório Brundtland, elaborado pela *World Commission on Environment and Development*, comissão essa presidida pela então primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, é que o conceito de desenvolvimento sustentável começa a tomar forma e reconhecimento, sendo apresentado como um “processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão todos em harmonia visando aprimorar o potencial atual e futuro para melhor atender às necessidades e aspirações humanas” (WCED, 1987)⁴. Em Buarque (2002), encontramos uma menção do conceito do DLS apresentado no relatório Brundtland que é definido como sendo “aquele que satisfaz às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1987 in Buarque, 2002: 59)

Em contraponto a outras visões de desenvolvimento, o DLS traz, na sua base, as preocupações inerentes às questões éticas e ambientais, em um ecossistema renovável, porém limitado no tempo e no espaço. O que contradiz a visão economicista pregada anteriormente, onde o desenvolvimento fora atrelado a expansão econômica sem levar em consideração o esgotamento das reservas naturais, principalmente as de matriz energética e nas quais o desenvolvimento fora baseado. Metaforicamente dizendo, trocamos as casas de madeira pelas de concreto, mas mantivemos as bases de madeira, ou seja, completamente insustentável a longo prazo. Para autores como Sachs (1990) e Miranda (1998), o desenvolvimento sustentável há em si elementos que nos remetem a solidariedade, tanto para com a geração

4 O texto foi retirado do relatório original e traduzido pelo autor: “In essence, sustainable development is a process of change in which the exploitation of resources, the direction of investments, the orientation of technological development; and institutional change are all in harmony and enhance both current and future potential to meet human needs and aspirations” (World Commission on Environment and Development: *Our Common Future*, 1987).

atual, quanto para com as gerações futuras. Conforme Miranda (1998), a proposta de DLS “parte de uma base ética demandando uma solidariedade social e a necessidade de subordinação da dinâmica econômica aos interesses da sociedade e às condições do meio ambiente” (Miranda et al, 1998). Sachs (1990) nos diz que “enquanto a equidade social nos leva ao princípio ético de solidariedade sincrônica com a geração à qual pertencemos, a prudência ecológica evoca o princípio da solidariedade diacrônica com as gerações futuras” (Sachs, 1990: 117). Buarque (2002) acrescenta as palavras de Ignacy Sachs e diz que o “bem-estar das gerações atuais não pode comprometer as oportunidades e necessidades futuras, reduzindo as possibilidades de reprodução e desenvolvimento futuro; e o bem-estar de uma parcela da geração atual não pode ser construída em detrimento de outra parte, com oportunidades desiguais na sociedade” (Buarque, 2002: 60).

Por isso, o Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) não se trata de uma prática em si, mas de um conjunto de elementos – sociais, políticos, culturais e econômicos – que se encontram em um mesmo espaço e que atuam simultaneamente em diversas dimensões. Ou seja, não criamos o desenvolvimento sustentável em si, o que podemos criar são as condições sociais, políticas, econômicas e culturais, dentre outras, para que ele se desenvolva. Para Buarque (2002), o DLS resultaria da relação do trinômio (*figura 2.1*) qualidade de vida, eficiência econômica e gestão pública eficiente, medida através do que ele chama de os três pilares do desenvolvimento local:

Governança – transbordando da base econômica para as finanças e os investimentos públicos – pela *organização da sociedade* – orientando as políticas e os investimentos públicos locais – e pela *distribuição de ativos sociais* –, assegurando a internalização da riqueza e dos desdobramentos sociais da economia. (Buarque, 2002: 27)



Figura 2.1 - Esquema do DLS - Segundo Sérgio Buarque (2002)

Para Buarque (2002), o conceito do DLS resulta de uma série de elementos convergentes, dentre os quais podemos enfatizar o amadurecimento das consciências e dos conhecimentos dos problemas sociais e ambientais, e o intenso debate que pairou no meio acadêmico e técnico nas últimas três décadas. Este debate foi resultado de reflexões feitas a partir de várias experiências ao longo deste período e que culminou com o aparecimento de várias alternativas para o desenvolvimento. Dentre essas experiências, destacamos o Ecodesenvolvimento defendido por Ignacy Sachs na década de 70' e que pode ser considerado como precursor do desenvolvimento sustentável (Buarque, 2002: 58).

Ora exposta a visão destes autores, concluimos que seja justo pensar em um desenvolvimento que, assim como a Economia solidária, seja forjado sobre princípios solidários e todas as dimensões e responsabilidades que o termo reclama. Levando essa ideia para o início da nossa discussão, em termos globais, muito se fez desde Estocolmo 1972, Nova York 1987 e a ECO 92 no Rio de Janeiro. Porém, bem mais foi alcançado em termos locais, se considerarmos os avanços que o tema alcançou nos últimos anos. O desenvolvimento sustentável hoje é pauta determinante na maioria das discussões relacionadas com o desenvolvimento. Trazendo para a dimensão local, teríamos todas as complexidades que envolve o conceito de desenvolvimento sustentável, somado as dimensões que o conceito do desenvolvimento local nos traz, chegamos ao que podemos descrever como o desenvolvimento local sustentável.

Capítulo III – Os Prosumidores, as Redes e a Economia Solidária

Antes de apresentarmos alguns conceitos associados a terminologia de Redes, e que estão diretamente relacionados com o nosso tema, apresentaremos aqui uma breve introdução, dentro de uma abordagem histórica, do que buscamos comunicar ao utilizarmos a palavra Rede⁵, quando relacionada ao contexto social, para darmos a ideia de uma estrutura dinâmica e inter-relacionada através de seus integrantes.

3.1 As Redes – uma perspectiva histórica

Partindo então do ponto de vista histórico, segundo Euclides Mance, a noção de Rede começou a ser utilizada no início do século XX, e a sua difusão ocorre em meados daquele século baseando-se em parte na teoria dos grafos (Mance, 2012). Em 1736, Leonhard Euler idealiza a teoria dos grafos como solução para o problema matemático conhecido como “*Sete Pontes de Königsberg*”, e que posteriormente, como nos diz Mance, “o desenvolvimento dessa teoria potencializou a análise de redes, possibilitando determinar as propriedades estruturais de uma rede e a tipologia de conectividade entre seus nodos” (Mance, 2012: 2). Em 1908, George Simmel utiliza o termo 'Rede da Sociedade' (*Netzwerk der Gesellschaft*) para descrever como os indivíduos se relacionam entre si nas sociedades (Mance, 2012). Em 1940, Alfred Radcliffe-Brown descreve a sociedade como rede de relações, e em 1969 John Bards incorpora conceitos da teoria dos grafos na análise de redes sociais. Contudo, foi só a partir de 1993 que Ilse Scherer-Warren utilizou a noção de Rede para analisar os movimentos sociais (Mance, 2012: 7).

Para Mance, as Redes possuem pelo menos três princípios básicos. O primeiro é que elas funcionem como um sistema aberto que se auto reproduz, como um Sistema Autopoiético; o segundo diz respeito a Intensidade, o que significa que cada parte dessa rede deve alcançar e envolver um número cada vez maior de pessoas no lugar onde opera; o terceiro princípio seria o da Expansão, o que significa a criação de outras redes, expandindo para outros

5 A conceitualização do termo *Rede* não é o objetivo deste trabalho, portanto a apresentação aqui é feita apenas como suporte teórico a pesquisa.

territórios, e que cada nova rede seja parte de outra, conectadas entre elas, fazendo parte de uma única rede (Mance, 2002: 25).

Ainda citando Mance, em 1998 ele introduz o conceito de *Rede Colaborativa Solidária* descrevendo a “Rede como categoria analítica e estratégica para a análise e reorganização de fluxos econômicos, de conhecimento e poder para a construção de sociedades pós-capitalistas que assegurem o bem-viver⁶ de todos” (Mance, 2012).

Em seu livro *A Revolução das Redes* (1999), Mance nos apresenta uma definição mais precisa do que ele considera como *Rede*, e que nos parece a mais adequada para termos como referência em nosso trabalho, ao nos dizer que se trata de:

(...) uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou, manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nódulo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos. (Mance, 1998: 24)

Sendo assim, temos a partir deste conceito apresentado por Mance o caminho para adentrarmos mais especificamente em outras duas definições chaves, as quais acreditamos pertinentes de serem abordadas. A primeira é a de Rede de Colaboração Solidária apresentada por Mance; e a segunda é a Definição de Redes de Produção e Consumo Local, ou ainda, Rede Local de Prosumidores (RLP's) que é, junto com a economia solidária, um dos pilares de nossa pesquisa.

6 O bem-viver mencionado aqui por Mance não se trata do mesmo *buen-vivir* definido por Leonardo Boff no texto a seguir: “El «buen vivir» apunta a una ética de lo suficiente para toda la comunidad, y no solamente para el individuo. El «buen vivir» supone una visión holística e integradora del ser humano, inmerso en la gran comunidad terrenal, que incluye además de al ser humano, al aire, el agua, los suelos, las montañas, los árboles y los animales; es estar en profunda comunión con la Pachamama (Tierra), con las energías del Universo, y con Dios (BOFF, 2009, p. 1)”.

3.2 Redes de Colaboração Solidária (RCS)

Antes de discutirmos a conceitualização das Redes Locais de Produtores e Consumidores, mais tarde aqui referida como Redes Locais de Prosumidores (RLP's), iremos fazer uma breve introdução nas ideias relacionadas com os estudos de Euclides Mance e as Redes de Colaboração Solidária (RCS).

Para Mance (2002), a Colaboração Solidária é uma estratégia que articula os diversos atores solidários em um “movimento de realimentação e crescimento conjunto, autossustentável, antagônico ao capitalismo e que promove o bem-viver de todos que a ela se integram” (Mance, 2002: 37). Decidimos começar esta apresentação citando diretamente Euclides Mance por acreditarmos que a definição por ele apresentada no livro *Redes de Colaboração Solidária* (2002) é bem clara e, a o nosso entender, dispensa a discussão teórica. Sendo assim, ao invés de nos determos na construção conceitual das RCS, gostaríamos de nos dedicarmos aqui ao contexto prático estrutural.

A ideia que Mance apresenta em seu livro é a de uma estrutura, como ele mesmo define, autopoiese, em forma de Rede e que tem como uns de seus princípios básicos o de se auto reproduzir a medida em que as suas relações se integram, se fortalecem e se expandem criando um círculo virtuoso e descentralizado. É importante observar que o ser “descentralizado não é sem centro e sim com muitos centros” (Franco, 2012: 18). Por outro lado, o que Augusto Franco argumenta é que as pessoas não entendiam a noção de redes por não saberem a diferença entre descentralizado e distribuído (Franco, 2012: 18). Para ilustrar essa ideia, apresentamos a seguir o diagrama de Paul Baran (*figura 3.2*), onde estão representadas três formas organizativas de redes: centralizada, descentralizada e distribuída. Nesse sentido, Augusto Franco, em seu livro *A Rede* (2012), ao apresentar o diagrama faz o seguinte comentário, “Note-se que os nodos estão no mesmo lugar, o que muda nos três desenhos é a topologia, a configuração dos fluxos” (Franco, 2012: 18).

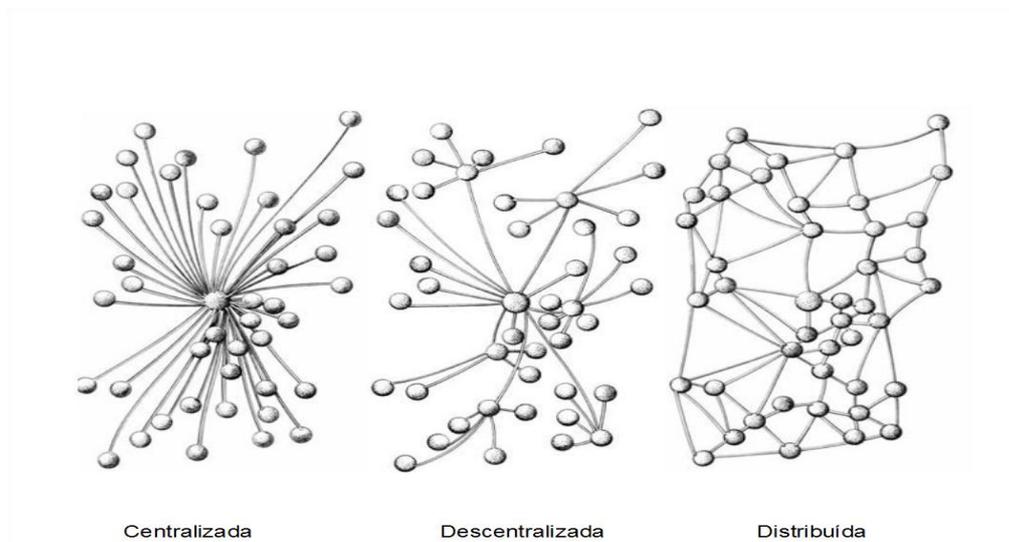


Figura 3.2 - Diagrama de Baran (1964)

Consideramos aqui importante a observação que Augusto Franco nos faz, pois ela localiza precisamente a noção estrutural de Rede que Mance procura nos descrever na sua definição. É importante pelo menos por dois aspectos, o primeiro por reforçar a ideia da integração e interação necessária para a sustentabilidade das Redes de Colaboração Solidária (RCS); segundo, por apontar uma das vantagens que a ES tem sobre outras iniciativas, do passado e do presente, para reconquistarmos o valor humano dentro da economia e da sociedade, e isto pelo fato de ser um organismo pluri central e com muitas matrizes. Em especial, gostaríamos de reforçar este segundo ponto, pois observamos aqui uma das forças inerentes contida na ES, que é precisamente, ao nosso ver, o que a tem tornado mais forte com o passar do tempo. Ao contrário de outras iniciativas, onde a centralização se transforma em uma fraqueza, pois uma vez extinto o centro, extingue-se muitas vezes o poder catalisador, agregador e propulsor, causando implosão, fragmentação e, conseqüentemente, a extinção da iniciativa. O que não ocorre na economia solidária. Como a ES e a RCS possuem o mesmo 'DNA' e são constituídas por inúmeros centros, todos autogeridos, independentes, mas sob regras e diretrizes bem precisas, a estrutura descentralizada e distribuída, faz com que a extinção de um centro (*nodo*) não interfira em outro, podendo ainda no mesmo espaço surgir um outro centro com as mesmas características, ou não, com o apoio dos outros centros, reforçando mais uma vez a

sua característica autopoietica.

A descentralização é, segundo nosso entender, uma das vantagens que confere a ES a mobilidade necessária para manter-se atual e poder, em muitos casos, intervir a curto, médio e a longo prazo, de forma localizada e com uma precisão que não encontramos em outras iniciativas.

3.3 Consumo Solidário

A evolução da humanidade passou por várias fases históricas, mas sem dúvida, nenhuma houve uma transformação tão rápida quanto a que estamos vivenciando neste período histórico. A tecnologia não nos trouxe apenas evolução, nos trouxe também revoluções Sociais, Políticas, Econômicas, Culturais, etc. O Homem deixou de ser um indivíduo localizado, no sentido de viver em função do local a que pertencia, para ser um indivíduo globalizado, vivendo e sendo influenciado por fenômenos mundiais a partir do momento em que as distâncias tornaram-se obstáculos transponíveis cada vez com maior facilidade. Tudo isso para então, na atualidade, voltar a ser local a partir de uma consciência global, ou seja, sendo Glocal⁷ (Franco, 2003; Sedda, 2008; Trivinho, 2001), vivendo o local de forma consciente e ativa, mas sem perder a relação com global, onde o agir localmente influencia globalmente e *vice-versa*.

Este novo indivíduo local, ou localizado, assume também uma outra conotação, além da que já foi antes mencionada, deixando de ser um ator passivo e passando a atuar ativamente, cada

7 Para Sedda (2008) podemos compreender como Glocal “a relação local global partindo do papel do corpo e da prática cotidiana na construção do sentido e então colocando e articulando os 'caminhos' que ligam (em ambas as direções) esse nível com as construções de identidade e de senso de pertencimento por meio da produção de 'histórias' ou, mais frequentemente, por meio de discursos sociais (desde os discursos 'históricos' e 'políticos' até aqueles representados pela 'mídia'): a produção, no interior do discurso, de 'tempos', 'espaços' e 'atores' é de fato a via para produzir subjetividade cultural e para definir espacialidade 'local' e 'global'” (Sedda, 2008). Ver também Eugênio Trivinho (2001 in Trivinho, 2006), onde ele descreve o glocal como: “O fenômeno glocal compreende a mescla inextricável entre o conteúdo global da rede (fincados em imperativos de mercado) e o espaço local de socialização e reprodução da existência cotidiana (então convertido em contexto de recepção e transmissão do conteúdo global)” (Trivinho, 2006).

vez mais influenciando nas decisões e assumindo, a partir daí, a responsabilidade pelo seu futuro. A partir deste ponto, essa mudança começa a causar rompimentos profundos na estrutura social, política, econômica e cultural. Mas como ocorre essa ruptura? Através do que Mance (1999) chama de consumo solidário. É através da revisão da nossa atividade mais essencial, ao lado do respirar, que ocorrerá essa evolução. Será reorganizando o sentido do consumir que poderemos migrar do atual sistema econômico capitalista em que vivemos para um outro sistema econômico, baseado na economia solidária.

O consumo, segundo Mance, é uma necessidade para todo ser vivente, sem ele a vida se exaure e advém a morte (Mance, 1999: 26). Contudo, prossegue, “no caso da vida humana, todavia, o consumo não visa apenas a satisfazer as necessidades biológicas e naturais, mas as necessidades culturais que qualquer sociedade produz segundo seu próprio modelo de vida” (Mance, 1999: 26). Mance nos dá uma ideia de como ocorre esse processo em seu livro *A Revolução das Redes* (1999), onde ele exemplifica o funcionamento de nossos hábitos de consumo dividindo-os em quatro formas distintas: o consumo alienante, o consumo compulsório, o consumo como forma do bem viver⁸ e o consumo solidário. Sem adentrarmos muito em cada tipologia, faremos uma breve descrição dos três primeiros tipos, segundo a visão que Mance (2002) expõe em seu livro para, em seguida, nos determos um pouco mais no consumo solidário.

Segundo Mance, o consumo alienante seria aquele que estaria vinculado àquele onde o ato seria mais estimulado pelos *inputs* recebidos através das campanhas de marketing do que pela busca da satisfação das necessidades básicas. Já o consumo compulsório seria aquele que, não havendo o consumidor condições para adquirir os produtos das marcas mais caras, buscaria maximizar o poder de compra do seu dinheiro. O terceiro tipo seria o consumo como mediação do bem-viver, ao qual Mance se refere como a busca pela “satisfação das necessidades e desejos, peculiares a singularidade de cada um, o refinamento dos prazeres

8 O bom viver referido por Mance não se trata do *buen vivir*, já referido anteriormente e originado a partir da cultura indígena na América Latina, e adotado por muitos como um estilo de vida consciente e próximo aos valores da Natureza.

possibilitados pelo consumo (Mance, 2002: 40)”. Mance ressalta que o consumo como mediação do bem-viver pode se transformar em consumo solidário, quando ele além de buscar o bem-viver individual for direcionado para se alcançar o bem-viver coletivo. Igualmente, o consumo compulsório torna-se solidário quando um grupo de pessoas se organiza para comprar coletivamente e o objetivo é o bem comum do grupo, podendo assim maximizar o poder de consumo do grupo, comprando melhor e em maior quantidade do que poderiam adquirir individualmente (Mance, 2002: 41).

Finalmente, chegamos a tipologia de consumo descrita por Mance que interessa diretamente ao nosso objeto de estudo. Segundo esse autor, no consumo solidário o que se busca é contribuir socialmente para o bem viver da coletividade, visto que é no consumo que a produção se completa, e que este tem impacto sobre todo o ecossistema e sobre a sociedade em geral (Mance, 2002: 40). É através do consumo solidário que conseguimos romper o ciclo vicioso que alimenta o capitalismo exploratório, onde os lucros são realizados em detrimento a miséria humana e a destruição do ecossistema. Cada vez que consumimos um produto que foi produzido com base nos princípios de uma economia solidária, estamos alimentando uma cadeia produtiva que trabalha para reverter os efeitos nefastos do capitalismo selvagem, ao mesmo tempo em que transferimos o capital da esfera da economia de mercado para a esfera da economia solidária. Conseqüentemente, agindo assim, contribuimos ao mesmo tempo para a redistribuição do capital de forma mais equitativa, para recuperação do ecossistema, para diminuição do trabalho exploratório, etc. Contudo, o consumo solidário só ocorre quando consumimos bens e serviços que sejam elaborados, ou comercializados de forma solidária (Mance, 2002).

Sendo assim, estamos tratando de um processo de reeducação dos nossos hábitos de consumo. Existe uma necessidade de se criar condições para que as gerações futuras tenham acesso a produtos e serviços solidários, mas, para que isso ocorra temos de construir, hoje, um mercado que seja voltado para dar suporte a esta nova economia. Trata-se aqui, acima de tudo, de educarmos no presente os pais daqueles que serão os consumidores do futuro, os verdadeiros consumidores solidários, e por que não dizermos, os prosumidores solidários. Prosumidores

que produzirão em rede, consumirão em rede, compartilharão em rede, num processo de autopeiose descrito por Euclides Mance, e que poderão ser chamadas de Redes Locais de Prosumidores. Atualmente, ou por não dispormos de uma gama de produtos que atendam todas as nossas necessidades, ou por não termos os recursos financeiros necessários para satisfazermos as nossas necessidades com produtos solidários, ou por ambos, não podemos ainda pensar em comunidades que possam praticar de forma integral o consumo solidário.

Mais uma vez, parece aqui nos aproximarmos da visão político pedagógica que encontramos nos textos de Gadotti (2009) e Singer (2002). É necessária a construção de processos pedagógicos que auxiliem na construção de uma educação voltada para a economia solidária.

Apenas para lembrarmos de Paulo Freire (1987) e a sua contribuição no processo da educação popular, e muitas vezes citado por Gadotti, a educação é a base do futuro, e é essa educação que estamos construindo através da prática (Freire, 1987), pois como conclui Gadotti, “a economia solidária é uma práxis pedagógica” (Gadotti, 2009: 23).

Capítulo IV - Rede de Produtores e Consumidores (Prosumidores)

Como já mencionado anteriormente, a abordagem deste tema seguirá uma linha descritiva teórico conceitual buscando enquadrar a definição abordada dentro de parâmetros científicos. Para tanto, faremos um parêntese para justificar o esforço hermenêutico despendido para apoiar o tema. Segundo Amaro (2003), para que seja cientificamente fundamentado, um conceito deve conter pelo menos dois critérios fundamentais: ser cientificamente fundamentado e ter reconhecimento institucional internacional. Sendo assim, quando falamos em Prosumidor, o termo nos deixa às margens dos critérios sugeridos pelo autor acima citado, porém, acreditamos ser uma questão de tempo até que o termo seja devidamente fundamentado e reconhecido tanto cientificamente quanto internacionalmente.

4.1 Prosumidores – aspectos históricos – e a Economia Solidária

Feito as devidas considerações, começamos por dizer que foi Alvin Toffler (1980) quem primeiro utilizou a palavra Prosumidor. Em seu livro *The Third Wave*, ele divide a história da sociedade humana em três períodos distintos e chamando-os de primeira, segunda e terceira onda. A primeira onda, segundo Toffler, seria aquela em que as pessoas produziam para o próprio consumo (Toffler, 1980). Foi com o advento da revolução industrial que esses dois processos foram separados definitivamente e deram origem ao que hoje conhecemos como produtores e consumidores, iniciando assim a Segunda Onda (Toffler, 1980: 266). Com a Segunda Onda, “saímos de uma sociedade agrícola baseada na 'produção para o uso' – uma economia de prosumidores, assim como era – para uma sociedade industrializada baseada na 'produção para a troca'” (Toffler, 1980: 266).

Contudo, ainda segundo Toffler, com essa transformação, a produção para o uso não deixa de existir, mas a relação a partir de então, de alguma forma, se tornaria mais complexa. O que ele argumenta em seu livro é que durante a segunda onda a produção para o próprio uso continuaria, mas de forma bem reduzida e, em muitos casos, ao interno de ciclos sociais restritos marcados por elementos não materiais – família, amigos, etc. O autor ainda sugere que a partir de uma visão economicista, poderíamos considerar dois setores distintos de

produção. O setor **A**, assim definido por ele, seria composto por todo tipo de trabalho não remunerado feitos pelas pessoas para elas mesmas, para suas famílias ou sua comunidade. Já no setor **B**, encontraríamos toda a produção de bens e serviços para serem vendidos ou trocados no mercado (Toffler, 1980). Em resumo, o que Toffler queria evidenciar era que durante a primeira onda, no setor **A**, formado por prosumidores, houve uma enorme produtividade se comparado com o setor **B**, quase inexistente; e que o inverso seria observado durante a segunda onda.

Considerando os argumentos de Toffler, durante a segunda onda, os economistas trataram de ignorar completamente a existência do setor **A**, ou seja, dos prosumidores. De fato, “ a própria palavra 'economia' foi definida para excluir todas as formas de trabalho ou de produção não destinados para o mercado, e o prosumidor tornou-se invisível” (Toffler, 1980: 267).

De acordo com Toffler, essa exclusão não seria acidental e a sociedade, como hoje a reconhecemos, viveria a partir de então sob dois modelos econômicos, um visível, que seria aquele exercido pelo mercado, e um outro invisível, formado por todos aqueles excluídos propositalmente deste mesmo mercado. Toffler não apenas considera e reconhece o que ele chama de economia invisível, mas também demonstra a sua relevância no que diz a seguir:

Isso significava, por exemplo, que todo o trabalho não remunerado das mulheres em casa, toda a limpeza, esfregando, criação dos filhos, a organização da comunidade, foi desdenhosamente dispensada como "não econômica", embora o Sector B - a economia visível - não poderia ter existido sem os bens e serviços produzidos no Setor A - na economia invisível. Se ninguém estivesse em casa cuidando dos filhos, não haveria próxima geração de trabalhadores pagos para o setor B, e o sistema cairia sob o seu próprio peso. (Toffler, 1980: 267)

Dito isto, Toffler nos dá duas ótimas contribuições para este nosso trabalho, e sobre dois aspectos: a) ao reconhecer a importância que a economia invisível teve para a consolidação do que hoje conhecemos como economia de mercado; b) quando ele nos fornece a base para começarmos a definir o que queremos admitir como prosumidor. Ou seja, todo aquele que produz para satisfazer as próprias necessidades, da família ou da comunidade, de forma não remunerada monetariamente, ou remunerada, mas sob o único objetivo de satisfazer as

necessidades existentes e nunca para o acúmulo de capital, e isto estaria enquadrado na ideia que Toffler expressou, e mais, completamente coerente com os princípios da economia solidária. Sendo assim, este produtor – consumidor, seria um *Prosumidor* e estaria do lado da economia invisível. Seria este, no caso das RLP's, o *link* que celebraria a relação entre a rede de prosumidores e a ES. Ambas admitem não só a remuneração, mas igualmente os excedentes como forma de auto financiamento para sua expansão e sustentabilidade, porém sob determinadas regras bastante delimitadas e que são comuns a ambas.

Segundo Melo Neto (2008), como um exemplo de prosumidores estabelecido dentro da economia solidária, podemos citar o caso dos mercados de trocas, também chamados de clube de trocas, onde os frequentadores levam os seus produtos, elaborados por eles mesmos, para serem trocados por outros, ou seja, consumindo as mercadorias dos outros. Desta forma, são eles produtores e consumidores ao mesmo tempo, logo, prosumidores. Em alguns casos essa troca é realizada com a utilização de moedas sociais. Nesse caso, o produtor ao apresentar-se ao mercado, recebe o valor correspondente ao seus produtos em moeda social, que poderá ser utilizada para adquirir outros produtos dentro do mercado, ou, em alguns casos, fora do mesmo, quando as atividades do mercado se estendem além dos dias em que o mercado esteja em funcionamento.

Ainda segundo Melo Neto, prosumidores são aqueles, dentro da economia solidária, que participam dos mercados de trocas, ou clube de trocas, e por estes exercerem ao mesmo tempo as funções de produtores e consumidores.

Contudo, apenas a título informativo, a existência de prosumidores não é limitada a economia solidária. A figura do prosumidor existe em vários segmentos do mercado convencional, principalmente nas áreas da tecnologia da informação e entretenimento.

4.2 Redes Locais de Prosumidores - RLP's

A partir daqui, podemos então traçar um padrão que une a ideia de Mance das Redes de Colaboração Solidária com as Redes de Prosumidores Locais – RLP's para a sustentabilidade

da Economia solidária. As RLP's seriam, neste caso, o equivalente ao que as Redes de Colaboração Solidária seriam para Mance na sua proposta de revolução através das redes, ou seja, a base para a sustentabilidade, porém em escala local. Para que haja a sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária, precisamos criar um mercado local para escoar sua produção. Mas sendo o primeiro objetivo o de satisfazer a próprias necessidades, não haveria excedentes. Para que haja excedentes, temos que expandir a produção a fim de atender a outros mercados, ou seja, outras comunidades. Ao atendermos a outras comunidades, estamos fortalecendo a economia local criando postos de trabalho e acrescentando capital na economia local. Essa dinâmica, igualmente encontrada na economia de mercado, aqui se difere por acontecer através das redes de colaboração solidária (RCS), que por sua vez são alimentadas pelas RLP's. As RCS além promover as relações entre as comunidades, redes, ela também serviria para estabelecer novos empreendimentos solidários nas comunidades atendidas, fortalecendo igualmente o comércio local e gerando postos de trabalho. Porém, para que tudo isso seja possível, temos ainda um outro desafio, que é fortalecer o consumo solidário.

4.3 Conclusões Preliminares

Durante o enquadramento teórico conceitual transitamos pelos conceitos e definições que acreditamos serem relevantes para a composição deste trabalho. Partimos do conceito de Economia Solidária e passamos pelo do Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Local Sustentável, Coesão Social e concluímos com a definição das Redes Locais de Prosumidores, incluindo o Consumo Solidário.

O objetivo tem sido fornecer a maior quantidade possível de elementos para possibilitar ao leitor uma leitura simplificada da base teórica deste trabalho. A Economia Solidária, como vimos, é apresentada aqui como uma alternativa, uma possibilidade real, para o resgate do tecido socioeconômico, político e cultural de uma sociedade contemporânea estagnada, e espremida contra o muro da miséria e verso ao abismo da desigualdade social, engendrado por um projeto deliberado de expansão economicista, sem fundamentos ético-morais, que

subtrai o futuro de todos os seres, incluindo daqueles que o executam enquanto projeto. A ES vem como um agente conciliador e agregador de elementos sociais, políticos, culturais, econômicos, dentre outros, proporcionando a possibilidade de um diálogo entre partes interessadas em reverter este processo autodestrutivo impulsionado por políticas neoliberais. Ela chega como instrumento restaurador e fomentador de iniciativas que buscam proporcionar uma transição de uma economia competitiva atual para uma economia colaborativa, em alguns casos também atual, visualizada em uma sociedade futura.

As Redes Locais de Prosumidores (RLP's) é uma das formas pela qual a Economia Solidária pode concluir e viabilizar essa transição, a partir do planejamento de um Desenvolvimento Local Sustentável (DLS). Essa relação, RLP x DLS, até certo ponto simbiótica, reflete a necessidade urgente de buscarmos soluções através de políticas adequadas para o fomento das iniciativas e dos empreendimentos de Economia Solidária (ES). A ES se apresenta como um modelo de desenvolvimento sócio e econômico, o DLS como parâmetro objetivo, e as RLP's como ferramenta executora e, ao mesmo tempo, financiadora deste modelo para o desenvolvimento.

PARTE II

Estudo de Caso

Capítulo V – Apresentação dos Casos

Apresentaremos agora uma breve introdução do contexto socioeconômico do ambiente onde acontecem as experiências aqui mencionadas e discutiremos alguns dos novos desafios econômicos enfrentados pela economia solidária para, em seguida, apresentarmos especificamente os dois casos que são objetos desta pesquisa. Tratando-se do contexto socioeconômico, tanto no Brasil quanto em Portugal, não serão focados os aspectos históricos, mas sim alguns pontos contemporâneos e estruturais que distinguem estes dois contextos com o objetivo de darmos ao leitor a possibilidade de ambientar-se em ambas situações. Para França Filho & Lavelle (2004), existem alguns aspectos que diferenciam as variantes da economia solidária e que são conhecidas como a versão Francófona e a Ibero-americana. Dentre estes aspectos podemos destacar o tipo de abordagem pela qual se realizam estas duas versões e o foco dado as suas atividades neste dois contextos. Na versão ibero-americana, representada aqui pelo Brasil, destacamos que as atividades relacionadas com a ES estão ligadas com maior frequência a questões que envolvem a erradicação da pobreza. Já na versão Francófona, bastante difundida em países como Canadá, Bélgica e França, e conseqüentemente no resto da Europa, tem sua ligação com o que França Filho & Lavelle chamam de reatualização da economia social e com foco na eliminação da exclusão social provocada, em grande parte, pela crise no Estado-providência (França Filho, 2004: 174). Além destas duas vertentes, se assim podemos chamar, temos ainda uma terceira vertente conhecida como a da Macaronésia, originada a partir de experiência observada no arquipélago dos Açores e que tem encontrado algum espaço no velho continente a partir de Portugal, podendo vir a se consolidar em mais uma versão encontrada na Europa (Amaro, 2009) e que está focada no empoderamento dos atores envolvidos (Empowerment).

5.1 O Contexto Socioeconômico da Economia Solidária no Brasil e em Portugal

Partindo do Brasil, a economia solidária tem recebido inúmeros contributos, tanto da sociedade civil quanto do poder público. Em 2003, durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi estabelecida a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), na qual, a frente foi colocado o professor Paul Singer, uns dos mais renomados promotores da ES no Brasil. Desde então, muitos avanços foram conseguidos, mas muito ainda tem de ser feito.

A Economia Solidária, como antes mencionado, surge como uma alternativa a forma predominante de como setores conservadores, tendencialmente de origem neoliberal, vem praticando a gestão dos recursos escassos. No princípio, essa alternativa foi chamada de economia popular, economia social, economia de proximidade, dentre outros nomes, e que a partir do primeiro Fórum Social Mundial (FSM), ocorrido em Porto Alegre (Brasil), em 2001, começa a ser mais conhecida como Economia Solidária. Porém, as propostas da economia solidária ainda se encontram em meio a um intenso debate para melhor definir as suas características e influências. Até mesmo a própria definição do conceito continua em formação, pois, como a sociedade, a economia solidária atualiza-se constantemente. Por esta razão, não procuraremos discuti-lo neste trabalho, tentar fazê-lo nos distanciaria do objetivo desta análise.

Contudo, como conceito aproximado, e que nos parece coerente com o objetivo deste trabalho, o professor Paul Singer cita no prefácio do livro *A Economia Solidária como Práxis Pedagógica*, de Moacir Gadotti (2009), é que a economia solidária “trata-se, na verdade, de uma desmercantilização do processo econômico, programa básico de construção de um novo socialismo hoje. Essa desmercantilização não significa uma desmonetarização ou o fim do mercado, mas sim ‘a eliminação do lucro como categoria’” (Singer *in* Gadotti, 2009: 26).

Nesse sentido, a economia, referindo-se aqui a economia solidária, seria o veículo pelo o qual indivíduos interagem dentro de um território, espaço, comunidade, ou ainda verso o externo, onde o objetivo é satisfazer as suas necessidades e não o acúmulo de capital. A Economia

Solidária surge no Brasil como uma outra forma de se fazer economia, um modelo restaurador e de resgate, tanto do indivíduo quanto da sociedade, numa perspectiva econômica, social e educacional. Estes três pontos são verificados na sua base, onde, posteriormente, foram acrescentadas dimensões políticas, culturais, ambientais e ecológicas, sustentáveis, e muitas outras que ainda possam vir a ser acrescentadas a essa lista, em consequência de tal conceito encontrar-se em construção. A ES também se apresenta como um agente catalisador de várias iniciativas que incorporam os princípios éticos inerentes nas dimensões que nela estão contidas. Alguns marcos da ES no Brasil serão apresentados a seguir.

Um dos marcos que aqui foram considerados foi a realização do Fórum Social Mundial (FSM). Esse foi, para muitos, um dos principais marcos desta outra forma de se fazer economia, ao menos para o Brasil. É um fato que o FSM veio apenas confluir inúmeras iniciativas que já aconteciam de forma espontânea em várias partes do Brasil e do mundo. Contudo, o FSM mostrou que estas iniciativas poderiam interagir, ao mesmo tempo que evidenciou a capacidade organizativa dos grupos que estavam a frente destas iniciativas. Outro marco foi a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo do maior país do continente sul americano, o que deu um ânimo a mais aos ativistas que estavam envolvidos nestes projetos, ânimo bem maior do que as próprias iniciativas do governo, mas que resultou em enormes avanços sociais e culturais para população e, de certa forma, também em alguns avanços econômicos.

O primeiro FSM foi uma referência para ativistas do mundo inteiro e um divisor de águas para a economia mundial, do ponto de vista social. É a partir do FSM que os governos começaram a considerar e a reconhecer a força dos movimentos sociais, pois até então era evidente o descaso que autoridades davam aos movimentos populares que circundavam a economia solidária pelo mundo. Com o sucesso do FSM, apoiado pelo então governo do PT no estado do Rio Grande do Sul, o fórum teve alcance internacional e passou a ser um acontecimento paralelo e em oposição ao Fórum Econômico Mundial de Davos (Cattani *et al.* 2009: 12). A realização do primeiro FSM, em 2001, no Brasil, sinalizou também para os ativistas um possível comprometimento do governo brasileiro com o que parecia ser um salto

para as políticas públicas que viriam apoiar e fomentar a ES em todo território. Porém, ainda levaria algum tempo até que o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2002 e assumindo em 1 de Janeiro de 2003, desse um passo rumo a outra economia possível almejada pelo FSM.

Foi só a partir da implementação da SENAES que o Brasil passou a ser finalmente um dos poucos países a ter um órgão governamental, de abrangência nacional, especificamente criado para tratar do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a difusão da Economia Solidária. À frente da secretaria foi oficializado o Professor Paul Israel Singer, reconhecido ativista da então chamada economia popular. Foi Paul Singer quem utilizou em público a expressão Economia Solidária pela primeira vez no Brasil em um de seus artigos intitulado “Economia Solidária contra o desemprego” (1996), publicado no jornal Folha de São Paulo, na sessão “Opinião” (Folha de São Paulo, 1996). A expressão foi utilizada para descrever as atividades que se desenvolviam em apoio as iniciativas populares de inclusão social, combate ao desemprego e de fomento da economia popular, e desde então Paul Singer tem publicado vários artigos sobre o tema.

Foi também a partir do primeiro mandato do presidente Lula que o governo brasileiro passou a implementar programas sociais voltados para a geração de empregos e a garantia da renda mínima, instituindo um dos principais programas de combate a pobreza, o Fome Zero (Mance, 2004). Posteriormente, estas iniciativas viriam a ser concentradas todas em uma única, e seria instituído o programa Bossa Família. Em seu livro *Fome Zero e Economia Solidária* (2004), Euclides André Mance, descreveu todo processo de implementação do programa detalhadamente, pois, como Frei Beto descreve na apresentação do livro, ele participou diretamente de todo o processo. Com a criação da SENAES, essas ações foram integradas com a difusão da economia solidária por governos municipais e estaduais, em grande parte, em cidades administradas pelo Partido dos Trabalhadores. Em 2011, a presidente Dilma Rousseff lançou o programa Brasil Sem Miséria (PBSM), dando continuidade às iniciativas que tiveram início no mandato de seu antecessor, incorporando programas já existentes tais como o Bolsa Família que garantiu uma renda mínima para

grande parte da população que vivia abaixo da linha de pobreza.

Dentro das suas atribuições no PBSM, a SENAES está centrada em três objetivos, como bem está relacionada no 54º relatório elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Aplicadas (IPEA), intitulado *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, na sessão dedicada a Economia Solidária e políticas Públicas. Como ressalta os autores da sessão, Silva e Schiochet (IPEA, 2013), que assim descrevem os objetivos: contribuir com o esforço nacional para a superação da pobreza extrema por meio de iniciativas econômicas solidárias de ocupação e renda; contribuir com a capacidade de auto-organização e autogestão de grupos populacionais e comunidades caracterizadas por vulnerabilidades sociais; e fortalecer e expandir a ES como estratégia emancipatória de desenvolvimento sustentável e solidário (IPEA, 2013: 73). O Processo de institucionalização da ES no Brasil está sendo realizado lentamente por intermédio da SENAES, e se isso é uma coisa positiva para a ES ou não, teremos que aguardar ainda algum tempo para sabermos.

No entanto, outras iniciativas receberam apoio através do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), órgão que a SENAES está subordinada, através do qual o governo brasileiro tem implementado uma série de medidas visando a expansão dos empreendimentos de economia solidária (EPES) e, através de bancos e órgãos públicos, tem destinados fundos exclusivamente para serem aplicados nos empreendimentos de economia solidária. Desde a implementação do PBSM, a SENAES tem desenvolvido uma série de iniciativas, incluindo a formação de parcerias com outros ministérios e empresas públicas, para implementar ações transversais de apoio à ES e promover o diálogo com a sociedade civil (IPEA, 2013). Entre 2011 e 2012 foram apoiados 116 projetos de fomento a ES para a superação da pobreza extrema onde foram destinados mais de 220 milhões de reais, dos quais 123 milhões já foram empenhados (IPEA, 2013). A parceria SENAES/TEM, em fevereiro de 2013, na data do 54º Boletim do Mercado de Trabalho (BMT) utilizado neste trabalho, estava próxima de atingir a sua meta de favorecer a 260 mil famílias dentro do pacto do PBSM (IPEA, 2013). A meta estabelecida para ser atingida até 2014, quando se espera que o programa beneficiará 151 mil pessoas de forma direta, é de beneficiar mais de 450 mil pessoas de forma indireta (IPEA,

2013). Ainda há muito a ser feito, mas a implementação de políticas públicas voltadas a difusão da ES tem ajudado de forma efetiva a promover a inclusão social e a combater a pobreza extrema em todo o Brasil.

A SENAES, por sua vez, é responsável por várias iniciativas para a promoção da ES no Brasil, as quais queremos destacar a parceria com o Instituto Banco Palmas para a expansão dos Bancos comunitários no Brasil. O Banco Palmas é considerado o pioneiro do gênero no Brasil e talvez um dos primeiros no mundo a utilizar um tipo de sistema. A metodologia criada pelo Banco Palmas hoje é replicada, através do Instituto Banco Palmas e de parcerias públicas e privadas, em centenas de bancos comunitários espalhados pelo Brasil e fora do país, como é o caso da Venezuela, e é considerada uma referência para o gênero (Paulino, 2012a: 43).

Em Portugal, como nos alude Rui Namorado, “a Economia Solidária designa um conjunto de organizações e práticas que está longe de estar estabilizado e de ter um âmbito bem definido” (Namorado, 2009). Mas apesar dessa aparente situação indefinida, em um evidente processo de construção, o autor nos remete a uma presente ambiguidade que ele identifica no caso Português ao descrever a economia solidária como algo sinonímico à economia social, e nos diz:

Por isso, quando falamos em economia solidária em Portugal, devemos valorizar, ao lado dos seus méritos presentes, as suas virtualidades futuras. Nesta perspectiva, parece mais fecundo apontar para uma noção abrangente de economia solidária do que restringi-la a um reduto mais reduzido de práticas e de entidades, em que seja mais forte a marca solidária. Sendo assim, pelo menos no caso português, faz todo o sentido que, na conjuntura actual, se encare a economia solidária como uma expressão que no essencial é sinónima de economia social. (Namorado, 2009)

Nos parece claro que para o autor existe de fato uma certa ambiguidade na forma de compreender e de dar sentido a economia solidária, seja no meio acadêmico, seja no meio promotor das atividades, ao reconhecê-la como sinônimo da economia social, o que seria, sempre segundo o mesmo autor, legalmente conveniente para a economia solidária em se tratando do caso Português. Ora, se partirmos apenas deste ponto de vista, encontraremos essa

ambiguidade em outros países onde a existência de um forte estado providência pode causar uma certa rejeição ao que não for apresentado como uma ação assistencialista, tão desvirtuada e ambígua que seria a relação estado, instituições versus população em situação de exclusão. Sendo assim, torna-se necessário salientar que não se trata apenas de uma questão de aparência, mas de uma ambiguidade concreta e gerada a partir da sua integrabilidade, aplicabilidade e da agilidade de promover resposta a curto, médio e a longo prazo que a economia solidária possui por abranger um vasto campo de práticas e iniciativas no contexto sócio e econômico, dificultando a sua distinção da economia social.

Ainda citando Namorado (2009), e fazendo referimento ao que acabamos de dizer quanto a capacidade da economia solidária de gerar respostas rápidas, ele acrescenta, “a economia solidária está geneticamente vocacionada para o curto prazo, uma vez que é ágil a responder no imediato as questões concretas, podendo, por isso, dizer-se que não há nenhum problema social que verdadeiramente lhe seja alheio” (Namorado, 2009). Por esta capacidade de enquadrar-se e de se inserir em inúmeros contextos, é que existe certa dificuldade em defini-la de forma precisa, principalmente em Portugal, onde a legislação em vigor, criada a partir de referimentos oriundos da economia social, facilita as iniciativas da economia solidária, ou pelo menos daquelas que se enquadram no setor cooperativo e social (Namorado, 2009), se dermos como fato a sinonímia entre esta e a economia social, tendo esta última seu direito assegurado na Constituição Portuguesa⁹.

Contudo, Amaro (2009) nos traz uma outra perspectiva da economia solidária em Portugal, nomeadamente o caso da Macaronésia. Essa experiência tem sua origem a partir da região autônoma dos Açores e onde estiveram concentradas principalmente entre três grupos considerados de alto nível de exclusão. Nomeadamente, esses grupos foram as famílias pobres de pescadores, nos indivíduos portadores de deficiência e os repatriados, esses últimos

⁹ Em Portugal, tem alguma vigência no discurso corrente uma visão da economia solidária que reduz o seu âmbito às IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social). Com alguma conexão com ela, embora juridicamente mais consistente, há a perspectiva que tende a ancorar a economia solidária no subsector solidário do sector cooperativo e social, constitucionalmente consagrado (Namorado, 2009, p. 68)

indivíduos, de origem açoriana e emigrados para os EUA e Canadá e repatriados após terem cometido crimes considerados graves nesses países (Amaro, 2009). As ações tiveram seus focos em duas comunidades consideradas de alto índice de exclusão social, foram elas a freguesia de Rabo de Peixe e o conselho de Lagoa, na Ilha de São Miguel.

As experiências começaram a surgir com a congruência de uma série de oportunidades, as quais, segundo Amaro, merece destaque a entrada de Portugal nas Comunidades Europeias e que possibilitou acesso a fundos para a execução de projetos de combate à pobreza e ao conhecimento e experiências e métodos de intervenção inovadores de combate à pobreza e exclusão social (Amaro, 2009). Amaro resume bem o caráter destas ações ao descrever da seguinte forma uma das ações que deram origem ao que hoje é conhecida como uma das vertentes da economia solidária:

É neste cruzamento de problemas e oportunidades que se vão situar algumas iniciativas de organizações da sociedade civil de S. Miguel (ligadas à Igreja Católica e ao associativismo de técnicos e pais de pessoas portadoras de deficiência mental), convertendo a sua lógica assistencialista tradicional numa outra de formação e reforço de competências («empowerment») de pessoas provenientes dos grupos sociais referidos. (Amaro, 2009)

É dentro dessa perspectiva que outros projetos são desenvolvidos e outros grupos são inseridos. Contudo, uma vez reforçadas as competências dos atores, faltava-lhe o mercado onde aplicá-las. É a partir daí que nos anos 90 surgem as primeiras experiências voltadas ao desenvolvimento econômico da região focadas nas especificidades dos grupos locais, onde foi utilizada a expressão economia solidária como referência tiveram suas atividades basicamente focadas nas atividades criadas a partir da cooperativa KAIRÓS e pela associação AURORA SOCIAL (Amaro, 2009). Posteriormente, com o sucesso das experiências nos Açores, as atividades foram expandidas para outras regiões da Macaronésia, o que resultou no surgimento desta variante da economia solidária em Portugal

Ainda se tratando da economia solidária em Portugal, mais recentemente veio a ser criada a Rede Portuguesa de Economia Solidária (RPES). Concebida em agosto de 2015, a rede traz na sua constituição objetivos bem específicos na tentativa de congruir as iniciativas de ES em

solo português. Nesse sentido, como exprime em seu manifesto, a RPES surge para, dentre outras coisas, fortalecer a identidade da ES em Portugal, reforçar e capacitar seus grupos, promover a ES junto a sociedade, etc. Isto vem confirmar, como sugeriu Namorado, a ambiguidade existente entre a economia social e a economia solidária em solo português, e quanto da necessidade de se clarificar junto a sociedade portuguesa do que se trata realmente a economia solidária, afastando-a de possíveis influências negativas produzidas por essa ambiguidade.

5.2 Novos Desafios Econômicos da Economia Solidária

Uns dos nossos grandes desafios atuais, pensando em termos globais, talvez seja conciliar o desenvolvimento social, cultural e político com o desenvolvimento econômico, tendo como base a sustentabilidade e a preservação do planeta. Sabemos que para se desenvolver novas tecnologias há um alto custo, erradicar a pobreza idem, sanear as mazelas sociais requer estratégias de curto, médio e de longo prazo, e tudo isso requer processos sustentáveis em todos os níveis. Logo, não basta resolver os problemas existentes se para isto destruímos o planeta.

Sendo assim, aqui estamos falando em sustentabilidade em um amplo sentido e a curto, médio e a longo prazo. Para melhor ilustrar a ideia de sustentabilidade que queremos envolver a economia, fomos buscar no sentido mais estrito da palavra essa conexão, quando ainda na sua origem. A palavra Economia vem do grego *Oikos* (casa) e *Nomos* (gestão), logo, tomamos aqui para a simplificação do termo a definição de Gestão Doméstica, tendo o planeta como domicílio comum a todos os seres. É disso que estamos falando: gerir da melhor forma possível os nossos recursos escassos e fundamentar o nosso desenvolvimento em recursos renováveis e de forma sustentável. A seguir iremos apresentar o contexto econômico da nossa pesquisa focando na problemática da sustentabilidade do processo de desenvolvimento local sustentável baseado na economia solidária.

A Economia Solidária apresenta-se como uma alternativa a forma autodestrutiva que o desenvolvimento, com base no capitalismo neoliberal, sustentado pelo consumo de massa,

impõe a sociedade. Esta alternativa, ou pelo menos uma de suas variantes contemporâneas, surge como uma forma de articulação entre redes autônomas, de produção e consumo local, e interligadas por nodos exteriores que, por sua vez, representam redes em sobreníveis responsáveis pelo fluxo de informações e de atividades que alimentam as redes em subníveis, contemplando uma relação simbiótica e autopoietica (Mance, 2002).

A proposta de economia que tratamos neste trabalho é uma proposta multidimensional, multicultural e pluriforme. Ela é única enquanto proposta, ao mesmo tempo em que engloba outras propostas, baseadas nos mesmos princípios, e com objetivos em comum, os quais podemos resumir através do que na América Latina é conhecido como o *Buen Vivir*¹⁰. Ela é única por buscar a articulação inter espacial entre o Local e o Global, quando esses assumem uma nova identidade e passam a ser pensados como *Glocal*¹¹; onde não podemos conceber o local sem contemplarmos o global; ao passo em que o global não pode ser percebido se for desvinculado do local.

Contudo, é de uma estrutura socioeconômica que estamos falando e de mecanismos de produção e consumo, legitimamente vinculados às questões sociais, mas sobretudo, sujeitos às interferências ligadas ao mercado, ou seja, à lei da oferta e demanda. A ideia que temos atualmente de mercado foi concebida para existir em função do valor de troca em uma dimensão mercantil. Já a ideia proposta pela ES, sendo ela uma ruptura a partir do momento em que a própria ideia concebe um outro mercado, passa a existir em função do valor de uso e desconsidera a mercantilidade do processo. A troca existe, mas não existe a ideia de multiplicação do capital como objetivo primário e de acúmulo.

Pois bem, se existe produção, consumo, troca e capital envolvidos, estamos falando de economia *lato sensu*, e estamos falando de mercado. Nesse sentido, o local, espaço específico e delimitado, assume aqui o sinônimo de mercado. É dentro deste espaço que acontecerão os

10 Esse *Buen Vivir* aqui referido não deve ser confundido com o referido por Euclides Mance quando trata da questão do consumo para o bem viver. O *buen vivir* referido aqui é aquele apresentado por Leonardo Boff (2009). (Ver nota n. 8)

11 Ver nota de rodapé n. 7.

processos de produção, consumo e trocas. Sendo assim, quanto maior for o 'local', maior serão as complexidades referentes a este mercado. O que a ES busca é, fundamentalmente, reconstruir o tecido socioeconômico com base na sustentabilidade e na preservação do planeta. Logo, para atingir esse objetivo é necessário reorganizar, ou reinventar, os processos de produção e consumo adequando-os aos princípios da economia solidária.

A partir daqui, consideramos que para fortalecermos a ES temos que nos preparar para coexistir paralelamente a Economia de Mercado (Capitalismo), uma vez que esta ainda detém a maior parte dos meios de produção e do capital produtivo. Atualmente, a ES não possui meios para substituir o sistema capitalista pelo solidário. E se isso será possível, só o tempo poderá dizer. O que podemos fazer é criar condições para que cada vez mais produção e consumo possam existir a partir de empreendimentos de ES para suprir as demandas criadas a começar por uma sociedade construída sob princípios econômicos solidários.

Ao criarmos um novo espaço, ou mercado, voltado a produção e ao consumo solidário, criamos oferta e demanda, realizando trocas neste espaço. Sendo assim, criamos uma poupança interna vinculada a este novo mercado e que dará base para que outros empreendimentos produtivos sejam criados para atender ao aumento da demanda. Uma vez aumentada a poupança interna do território, será aumentado também o poder de compra dos habitantes, o consumo, e daí o processo segue em um círculo virtuoso. Ora, voltando mais uma vez ao campo econômico, aqui estamos falando de investimento, e para alguns economistas, investimentos têm de ser financiados por poupança (Krugman, 2007: 531). Neste caso específico, os investimentos são as unidades produtivas dentro do mercado específico, e a fonte de financiamento é poupança gerada a partir dos excedentes oriundos das unidades produtivas e das poupanças pessoais realizadas pelos habitantes daquele território.

Abrindo um parêntese, segundo Paul Krugman (2007), existem dois tipos de poupanças, uma doméstica e outra estrangeira, ou seja, formada pelo capital externo; e existem dois tipos de economia, uma fechada e outra aberta. Na economia fechada existe apenas um tipo de poupança, a doméstica, já que o capital estrangeiro não tem acesso ao mercado interno, logo não há a poupança estrangeira. Sendo assim, apresentamos aqui mais uma ruptura proposta

pela ES. Considerando o mercado em questão como parte de uma economia restrita, ou seja, nem aberta e nem fechada, mas com inúmeras restrições para o capital proveniente de fora deste mercado, temos aqui uma nova variável. Não se trata de uma economia fechada, pois o mercado em questão admite o ingresso de capital externo, e nem tão pouco aberta, pois, como já dito, o ingresso desse capital normalmente é regulado por inúmeras restrições baseadas nos princípios da ES. Estaríamos aqui falando de um terceiro tipo de economia? Um híbrido entre a economia aberta e a fechada? Seria então uma economia mista? Tais questões sugerem um estudo mais aprofundado para futuras pesquisas.

Outra observação mencionada por Krugman (2007) e que nos parece importante destacar por encontrarmos pertinência no contexto da ES é que para que haja um crescimento econômico é necessário que existam uma série de circunstâncias que alicercem esse crescimento, dentre os quais, o aumento do capital físico – o que para ele seria os aspectos estruturais e de infraestrutura – e do capital humano – o que seria a criação de mão de obra especializada através da formação adequada. Esse aqui seria mais um desafio para a ES, uma vez que tanto as áreas envolvidas, quanto as pessoas que são alcançadas pelas práticas e as iniciativas da ES possuem, em via de regra, um baixo nível de capital, tanto físico quanto humano, para não mencionar o financeiro. Ou seja, para que as práticas e as atividades da ES sejam eficazes enquanto respostas aos problemas gerados por anos de exploração capitalista, serão necessários outras dezenas de anos preparando as novas gerações para coabitarem em uma sociedade voltada para a cooperação ao invés da competição e baseada em uma economia solidária ao invés de uma economia de mercado, tal qual foi praticada até agora e que se baseia na competitividade ao invés da cooperatividade.

Voltando à nossa questão, é dentro deste contexto econômico que surgem as Redes Locais de Prosumidores como agentes integradores do território e promotores da sustentabilidade financeira dos empreendimentos locais. As RLP's proporcionam para ES a possibilidade de organizar de forma eficaz a sustentabilidade financeira necessária para que os empreendimentos solidários cresçam e deem suporte a criação de outros empreendimentos. A formação de um mercado próprio para o escoamento da produção dos bens e serviços dos

empreendimentos de ES tem um duplo valor para o território em questão, o valor social e o econômico. O valor social por elevar o nível de coesão no território enquanto alimenta e estimula a interação dos habitantes através das trocas solidárias, dos mercados solidários, e de outras atividades desenvolvidas a partir da ES. O valor econômico seria por recuperar o tecido socioeconômico do território através da criação de postos de trabalhos no próprio território, aumentando, assim, a possibilidade de os habitantes permanecerem no território e sobreviverem a partir de atividades geradas por meio da utilização de forma sustentável dos recursos endógenos.

5.3 A Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras

Conjunto Palmeiras é um bairro localizado ao Sul da cidade de Fortaleza, no estado Ceará, no Nordeste brasileiro. O bairro, com 33 anos de existência, conta com uma população de aproximadamente 32 mil habitantes em uma área de 120 hectares (ASMOCNP, 2015).

O Conjunto Palmeiras surge no início dos anos 70's, em plena ditadura militar, em consequência das políticas de desenvolvimento adotadas pelo Estado do Ceará e que foram chamadas de 'limpeza sanitária' pelos que hoje contam a história do Conjunto Palmeiras. Isso em virtude das razões apresentadas pelo Estado para justificar a implementação de tais políticas, pois diziam que as comunidades, favelas, que se encontravam próximas ao centro comercial da cidade causavam enormes problemas sanitários, e constantes alagamentos por conta da obstrução que tais construções causavam no rio que corta a cidade de Fortaleza (ASMOCNP, 2015). Valendo-se de tais políticas, outros grupos ligados à exploração imobiliária aplicaram-na em outras áreas de maior valorização comercial. Foi assim que, em 1973, chegaram, para o lugar onde hoje é conhecido como Conjunto Palmeiras, os primeiros habitantes vindos de despejos realizados na região litorânea da cidade.

Mas o processo de assentamento do Conjunto Palmeiras, como era previsto inicialmente, resultou no remanejamento de outras populações residentes em áreas de risco e provenientes de favelas situadas no centro da cidade, às margens do Rio Cocó (ASMOCNP, 2015). Nestas ações foram removidas, pela Prefeitura de Fortaleza, por intermédio da Fundação do

Serviço Social de Fortaleza (FSSF), 1500 famílias provenientes destas áreas, além das que se encontravam nas áreas litorâneas de maior valor comercial. Pela política implementada, cada família recebia um lote, material para construir e um prazo de 30 dias para concluir a obra ou, em caso contrário, perderiam o direito a posse do terreno. A questão que surgiu foi que poucos, ou quase nenhum, dos assentados possuíam conhecimentos e técnicas necessárias para construir as casas. Desta forma, os moradores foram construindo espontaneamente seus barracos, com a ajuda uns dos outros, e deram origem a uma grande favela, sem nenhuma rede de saneamento básico, água tratada, energia elétrica, escola ou outro serviço público (ASMOCONP, 2015). Em 1977, as famílias se unem para lutar por melhores condições para o bairro, e em 1978 conseguem as primeiras conquistas importantes: uma escola de 1º Grau, um centro social e um posto de saúde (ASMOCONP, 2015).

A partir de 1979, o bairro começa sua expansão e são abertas novas quadras residenciais, o que dá início à mobilização para se obter os serviços básicos, água, esgoto e energia elétrica. É também nesse período que se consolida a ASMOCONP – Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, e que resultará no registro de seu estatuto no dia 2 de fevereiro de 1981, seguida por uma campanha de mobilização pela construção de sua sede própria, pois funcionara até então na casa do presidente. Todo este processo contribuirá para o fortalecimento da comunidade e por mais mobilizações para lutar por outros serviços que faltavam no bairro (ASMOCONP, 2015).

Em 1988, a luta pela conquista da água teve seu auge, o que nos parece ser relevante ser mencionado com algum detalhe. Após uma intensa mobilização que culminaram em duas passeatas à CAGECE, companhia responsável pela distribuição da água, e uma grande concentração em frente a sede do Governo do Estado, as lideranças locais deram um ultimato: “... ou se implantava a rede de água do Conjunto ou explodiriam a tubulação da dutora que abastecia a cidade de Fortaleza e que passava sob a área do Conjunto Palmeiras” (ASMOCONP, 2015).

Após o feito, os moradores temiam por represália da parte dos Governos, tanto Estadual, quanto Federal, principalmente pelo fato de terem ameaçado explodir, o que seria pouco

provável pois eles não possuíam explosivos. Mas mesmo assim decidiram que seguiriam em frente, sem explosivos e sem a menor ideia de como poderiam realizar a sabotagem. Uma série de tumultos se seguiram após as manifestações e, com o término do prazo, os moradores resolveram cumprir a promessa. No dia previsto, o Governo estadual enviou a polícia e, sob um intenso debate, os moradores, que não faziam a menor ideia de onde passasse a adutora, resolveram com picaretas e outras ferramentas de trabalho, começar a escavar de forma aleatória. A polícia tentou impedir, e sob a ameaça de explodir tudo, os moradores conseguiram convencer os policiais a negociarem com o governador a autorização das obras (ASMOCONP, 2015).

Este fato talvez tenha sido o marco que consolidou a união dos moradores definitivamente e os tenham feito perceber que unidos poderiam conquistar muitas outras melhorias para o bairro, e assim o fizeram, como nos mostra a descrição feita a seguir: “O Conjunto Palmeiras guarda muita semelhança com bairros pobres das grandes cidades brasileiras, distinguindo-se destes, pelas amplas avenidas e ruas de fácil acesso e circulação. A maioria das vias de circulação são de terra batida grande parte possuindo asfalto ou pavimentadas com pedra tosca” (ASMOCONP, 2015).

A partir de 1981, com a fundação da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras - ASMOCONP, deu-se início o processo de organização das famílias. Em 1997, os moradores do bairro se organizaram e fundaram o que é atualmente uma das instituições mais importantes do lugar: o Banco Palmas (ASMOCONP, 2015).

5.4 A Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo

A Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo é, como definida em seu Blog, “uma rede de cidadãos, aberta, diversa, democrática e apartidária, que pretende exercer a sua cidadania participativa para a construção de um futuro mais solidário, sustentável e próspero em Montemor-o-Novo” (RCM, 2010).

Como salientam os *redistas*¹² a RCM não tem na sua origem a ideia de ser um grupo associativista, no sentido institucional do termo, pois a ideia surge como um movimento horizontalizado e democrático, o que contraria o conceito institucional do associativismo, onde é exigido uma estrutura hierárquica para que haja a sua formalização. A RCM, “está interessada em participar na da Agenda 21” (RCM, 2010), sempre que as ações de ambas coincidam, pois, como definido em seu blog, o grupo é constituído “por um grupo de cidadãos cujo único objetivo é o de promover ações de âmbito local” (RCM, 2010). A estrutura organizativa utilizada pela rede é a proposta pelo movimento de transição, ou seja, um grupo organizador que promove o diálogo entre os atores envolvidos e que conecta vários grupos temáticos. O grupo organizador é composto de três a cinco membros, e a cada seis meses, dois integrantes são renovados (RCM, 2010). Por sua vez, os grupos temáticos são abertos, com finalidade específica e que se articulam com o grupo organizador normalmente uma vez por mês (RCM, 2010). Atualmente, a rede conta com aproximadamente 40 redistas que participam ativamente nas atividades da RCM.

Dentro de seu campo ideológico, RCM surge como um movimento que busca dar uma resposta à necessidade de seus participantes de assumirem, como está definido em seu manifesto, a responsabilidade de seus destinos e a qualidade de vida desta e das gerações futuras. Através da promoção de um diálogo local, a RCM visa a dinamizar a realização de projetos na área econômica, social, cultural e ambiental. A RCM busca atuar na promoção da autonomia da comunidade local e da sua capacidade de promover respostas, frente aos acontecimentos locais e globais que resultam nos efeitos que hoje nos deparamos tais como a “estagnação econômica, a exclusão social, os problemas ambientais e a excessiva dependência dos combustíveis fósseis” (RCM, 2010). Procurando através de ações coletivas viabilizar um processo de diálogo entre vários setores da comunidade, ela tem como seus objetivos chamar a população para a participação, através de processos democráticos, na gestão da comunidade; promover a consciência coletiva para as questões voltadas a sustentabilidade; formular propostas concretas e desenvolver ações para a sua implementação.

12 A expressão é utilizada pelos membros para se referirem aos participantes da Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo.

Contando com o apoio do poder local, ao menos no que diz respeito às questões voltadas para as iniciativas comunitárias, a RCM busca apoiar as ações, como antes mencionado, promovendo o diálogo entre as partes, principalmente agindo como interlocutor entre os grupos locais e o poder público. Mesmo que tal interlocução não ocorra de forma explícita, a RCM, ao longo de sua existência, tornou-se o referencial para uma parte da comunidade local, conquistando principalmente espaço entre a população de meia idade e idosos.

Atuando principalmente através do ponto referencial, como é pelo grupo indicado, a partir do mercado público, a rede revitalizou, em termos sociais, e reinseriu o mercado dentro de suas funções elementares, que é servir como ponto de encontro de cidadãos para o lazer, comércio e discussões sócio políticas sobre questões que dizem respeito à comunidade. O ponto de encontro, localizado dentro do mercado público, possibilita aos frequentadores da feira semanal que se inteirem quanto às atividades da comunidade e da própria rede, bem como lhes proporcionem a possibilidade de participarem de algumas atividades propostas pela rede, tais como o mercado de troca e o convívio entre os frequentadores.

A RCM tem como um de seus referimentos o Movimento Cidades em Transição, iniciativa que surge a partir 2005, na cidade de Kinsale, Irlanda, e é baseado nos princípios da permacultura. Outras referências importantes, segundo alguns redistas, são a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Princípios da Carta da Terra (RCM, 2010).

Dentro das iniciativas que orbitavam em torno da rede de Cidadania de Montemor-o-Novo até meados de 2015, estavam¹³: Km Zero, Banco da Terra, Troca em Rede para livros, Talões de Natal, Colecionismo, Moeda Social e o Almoço de Natal. A rede ainda promove algumas atividades voltadas a divulgação da RCM como um programa na rádio local e a publicação mensal de um artigo no jornal local. No momento da nossa visita estava em formação uma nova iniciativa, chamada também de Rede de Trocas, voltada para a troca de serviços.

13 A iniciativa Km0 da Rede Cidadania de Montemor-o-Novo consiste na adoção por parte dos parceiros, nomeadamente alguns restaurantes locais, de um cardápio baseado em produtos elaborados localmente.

5.5 A relação entre os casos

Sem dúvida, um dos desafios desta pesquisa é relacionar a experiência da ASMOCONP com a da RCM. Como demonstrado na apresentação feita anteriormente, ambas partem por motivações claramente distintas, e buscam atingir objetivos comuns, que é a melhoria da qualidade de vida dos atores envolvidos nessas experiências. Poderíamos relacioná-las a partir desse objetivo comum, porém nos parece de maior utilidade buscarmos esta relação através do percurso evolutivo que ambas possuem e que iremos demonstrar na conclusão deste trabalho.

Buscamos a relação entre estas experiências por acreditarmos existir algumas constantes no processo construtivo de iniciativas deste gênero. Para citar algumas, podemos começar pelo fato de ambos os casos aqui analisados partirem de iniciativas cidadãs, de cunho popular e, até certo ponto, a margem do poder público. Outro fator relevante, apesar de terem acontecido em situações sociais distintas, é que ambas as iniciativas partem sem qualquer tipo de recursos financeiros, e sem poder contar com financiamentos externos por se tratarem de iniciativas fora do sistema legal, ou seja, ainda não formalizados. Isso nos diz que não necessariamente iniciativas deste gênero dependem da vontade ou do apoio do poder público para existirem. O apoio pode facilitar, mas não é determinante. E isso fica ainda mais visível se observarmos quantas iniciativas exitosas neste campo começam à margem das instituições públicas, e em muitos casos, justamente para ocupar um espaço deixado por elas mesmas. Em outro contexto, o processo de institucionalização deste tipo de iniciativa, muitas vezes realizada como forma de obter acesso a financiamentos, pode desencadear um processo de esvaziamento da iniciativa e conseqüentemente a perda de força para seguir suas atividades, causando, em muitos casos, a extinção da prática.

A maneira pela qual o Conjunto Palmeiras conseguiu financiar suas iniciativas estão descritas em inúmeros artigos e entrevista disponibilizados em livros e pela internet. Contudo, identificamos, através de pesquisa bibliográfica, que a existência de uma rede local de produção e consumo é nomeadamente uma das bases do êxito dessa experiência. Como

destaca Joaquim Melo¹⁴, a criação de uma rede local de produção e consumo, prosumidores, é de vital importância para a sustentabilidade dos empreendimentos do Conjunto Palmeiras (Melo Neto, 2008). Daí procuramos entender se existe a possibilidade do mesmo ocorrer com a Rede Cidadania de Montemor-o-Novo, o que responderia a nossa questão de partida: *dentro do contexto da Economia Solidária, qual o papel exercido pelas Redes Locais de Prosumidores no Desenvolvimento Local Sustentável?* A RCM é, se comparada com a ASMOCONP, uma experiência em estado embrionário. Tendo praticamente cinco anos de existência, não podemos compará-la com os quase cinquenta anos de história do conjunto, desde que os seus primeiros habitantes chegaram para ocupar seus lotes de terra. Porém, vale destacar que apesar de recente, a RCM alcançou, em seu poucos anos de existência, o apoio não só dos habitantes, mas igualmente do poder público local. Por outro lado, a informalidade da RCM impede que a mesma assuma determinadas posições dentro do território, como por exemplo, de interlocutor e representante da comunidade junto a outras comunidades e outros grupos fora do território. Como foi mencionado por alguns dos membros entrevistados, a rede é aquilo que vem sendo e não há o interesse, a princípio, de ser mais do que já é (Anexo D2, 2015, Áudio II). Contudo, a RCM é um importante interlocutor dentro de seu território, e exerce um papel relevante na construção de novas atividades e na conscientização dos habitantes de Montemor-o-Novo para essa nova realidade de vivermos integrados, em rede.

14 Bairros Pobres Ricas Soluções: Banco Palmas Ponto a Ponto (Melo, 2008).

Capítulo VI – Metodologia: recolha dos dados e métodos de análise

A pesquisa etnográfica, associada a pesquisa bibliográfica, seria a metodologia de pesquisa que acreditamos melhor proporcionar a obtenção dos resultados pretendidos neste trabalho. Segundo o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, a palavra etnografia é descrita como sendo um “estudo descritivo de um ou mais aspectos sociais e culturais de um povo, grupo social, etc” (Ferreira, 2006: 383). Para Paulino (2012a; 2012b), dentro do contexto dos seus estudos do conjunto Palmeiras e da ASMOCONP, a etnografia é compreendida “como um recurso que proporciona, a partir do olhar por dentro de uma microesfera, a provocação de reflexões mais amplas, inclusive sobre questões que não são determinadas exclusivamente no campo da cultura”. A escolha da pesquisa etnográfica, para realização do estudo de campo, nos levou a eleição de dois casos específicos para fazerem parte deste estudo, a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e a Rede Cidadania de Montemor-o-Novo (RCM), ambos apresentados anteriormente.

O processo metodológico para o estudo do caso ASMOCONP foi baseado exclusivamente em pesquisa bibliográfica, através de vasto material encontrado em livros e artigos. Para o caso da Rede Cidadania Montemor-o-Novo (RCM), a observação *in loco*, caracterizada pela observação flutuante associada a pesquisa de campo, ambas apoiadas por técnicas de trabalho etnográfico (Paulino, 2012a: 68), nomeadamente entrevistas abertas, primeira fase, e com perguntas semiestruturadas, na segunda fase, foram os métodos aplicados. Os dados foram coletados durante visitas pontuais em datas específicas, sempre nos dias da realização da feira local, quando na ocasião, além da observação direta, foram também realizadas as entrevistas semiestruturadas¹⁵ com alguns membros da RCM durante as visitas ao Mercado municipal de Montemor-o-Novo. O material produzido *in loco* constitui a maior parte do que foi utilizado em nossa análise da RCM, sem contudo, deixarmos de utilizar o conteúdo disponibilizado online, bem como aquele recolhido durante as visitas.

A pesquisa bibliográfica e o trabalho de campo realizados de forma, sistemática e

15 Ver Bardin (2014: 89), entrevistas semidirectivas, também chamadas semiestruturadas.

independente, possibilitaram produzir e refinar o conteúdo do material recolhido de forma rápida e eficiente, sem que fosse comprometida a qualidade e a validade do trabalho de campo, o que auxiliou de forma significativa na análise dos dados.

Quanto ao método de avaliação utilizado no tratamento dos dados, por se tratar de uma pesquisa qualitativa no campo sócio econômico, utilizamos uma grelha para a análise de conteúdo por nos parecer a técnica mais adequada para este caso.

6.1 Coleta de dados

As técnicas escolhidas para a coleta de dados utilizadas nesta pesquisa podem ser divididas em dois grupos. O primeiro é constituído por dados obtidos através de revisão bibliográfica, o segundo, dados primários, obtidos através de entrevistas e da observação flutuante. Ambos os grupos serão apresentados a seguir.

A pesquisa bibliográfica é uma parte fundamental deste trabalho, pois através dela foi possível construir e descrever a estrutura conceptual e metodológica, dos casos de estudo, objeto desta pesquisa, e analisar e produzir conclusões a partir das experiências aqui observadas. Por limitações que serão detalhadas mas adiante, foi necessário optar exclusivamente pela pesquisa bibliográfica na abordagem do caso da ASMOCONP. Quanto às entrevistas, algumas foram realizadas a nível exploratório durante as primeiras visitas. Contudo, foi necessário, ao longo do trabalho, a realização de novas entrevistas, utilizando as mesmas técnicas, com alguns entrevistados ou utilizando questões semiestruturadas, para outros, incluindo aos nodos externos da RCM.

6.1.1 Pesquisa Bibliográfica

Partindo das razões pelas quais optamos pelo estudo bibliográfico para fazer referimento ao caso específico do Conjunto Palmeiras, ASMOCONP, sendo esse o modelo de referimento para este estudo, destacamos duas razões. A primeira pela distância geográfica, dados aos

recursos financeiros limitados para a realização deste trabalho, optamos pela realização de um estudo extensivo, e exaustivo, do caso em questão, o que nos leva a segunda razão. Durante o período de pesquisa exploratória ficou constatado que a experiência do Conjunto Palmeiras já havia sido exaustivamente explorada, o que não significa que se tenha exaurido as possibilidades de pesquisa em relação a essa prática. Contudo, ao nosso entender, sendo este caso o elemento de referimento, como um meio comparativo e modelo estrutural, as informações encontradas já constituíam material suficiente e relevante para justificar a nossa escolha. Dentre as razões que baseamos a nossa escolha, podemos destacar ao menos três aspectos, todos interligados e bem definidos, descritos brevemente a seguir.

Primeiro, pela extensa gama de material produzido e catalogado de forma sistemática por aqueles que gerem a ASMOCNP, o que possibilita e facilita a realização de trabalhos acadêmicos e o acompanhamento das experiências criadas a partir dessa associação. O segundo aspecto, esse como um caso concreto, é o visível êxito desta experiência, e isso podemos constatar através da catalogação sistemática das iniciativas geradas na comunidade desde a fundação das ASMOCNP e que continuam em atividade. O terceiro aspecto, e talvez aquele que mais merece a nossa atenção, é a capacidade que esta experiência criou de se replicar em outras comunidades e transferir sistematicamente o conhecimento adquirido ao longo dos anos para outras comunidades em situação de empobrecimento.

Tudo isso mencionado anteriormente foi notado a partir de pesquisa bibliográfica feita por meio de inúmeros livros, revistas, vídeos, etc. Alguns desses materiais publicados pela Fundação Banco Palmas e outros por editoras universitárias e privadas, dando destaque aqui aos livros de Joaquim Melo, porta-voz da Fundação Banco Palmas, hoje a principal ferramenta de replicação e transferência das técnicas desenvolvidas a partir da experiência do Banco Palmas para outras comunidades e ao livro de George Paulino, do título *Economia Solidária como Projeto Cultural e Político: a experiência do Banco Palmas* (2012a), sendo este objeto de sua tese de doutorado, posteriormente reeditado em forma de livro e inteiramente dedicado a experiência do Conjunto Palmeiras.

Quanto ao caso da Rede Cidadania de Montemor-o-Novo, a pesquisa bibliográfica limitou-se

ao material fornecido pela rede, o blog online e o material colhido durante as nossas visitas à Montemor-o-Novo.

6.1.2 Observação Flutuante e Entrevistas

No que diz respeito à observação flutuante e às entrevistas, ao optarmos pelo estudo etnográfico da Rede Cidadania de Montemor-o-Novo, elegemos a relevância empírica de se observar *in loco* uma experiência em fase embrionária, o que se revelou como uma experiência impar enquanto pesquisador. Os dados coletados ao longo das várias visitas à cidade de Montemor-o-Novo foram de suma importância para a realização deste trabalho. Durante as visitas foram coletados dados através do método de observação flutuante e de entrevistas, as quais optamos por realizá-las de maneira informal, em busca da maior espontaneidade possível.

A Observação Flutuante¹⁶, utilizada nesta pesquisa e descrita por Colette Petonnet em seu artigo *L'observation flottante* (1982), “é aquela realizada de forma em que o observador permanece inteiramente livre e disponível, sem ter mobilizada a sua atenção em um objeto preciso, mas se deixando levar de maneira que as informações penetrem sem filtros” (Petonnet, 1982: 39). Desta forma, as informações são coletadas em um contexto espontâneo e realístico, sem qualquer interferência do observador, possibilitando uma descrição muito próxima do que seja o ambiente observado, através dos olhos do pesquisador (Goldman, 1999; Gutwirth, 1987).

No que diz respeito às entrevistas, a opção por realizá-las informalmente, com questões abertas e semiestruturadas, deu-se pelo fato de procurarmos, como já dito, a maior espontaneidade e independência nas respostas obtidas dos entrevistados. Como parte de uma pesquisa etnográfica, os dados coletados devem demonstrar a realidade e o cotidiano no ambiente pesquisado, longe da interferência do pesquisador. Sendo assim, como nos sugere Gil (2008) quando se refere a entrevistas informais, “o que se pretende com entrevistas desse

16 Para um aprofundamento sobre o tema *Observação Flutuante* ver também Jacques Gutwirth (1987) e Marcio Goldman (1999).

tipo é a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado, bem como a identificação de alguns aspectos da personalidade do entrevistado” (Gil, 2008: 111).

Para Gil (2008), a entrevista informal é recomendada para estudos exploratórios onde o pesquisador possui pouca familiaridade com o ambiente pesquisado e que pretende obter uma visão aproximativa do objeto pesquisado (Gil, 2008: 111). Nesse sentido, introduzindo a questão da observação flutuante e relacionando-a com a entrevista, o observar é, sem dúvida, uma técnica complementar adequada para ser aplicada neste tipo de pesquisa.

Por outro lado, Paulino (2012a), em seu livro já aqui mencionado anteriormente, ao citar o antropólogo Marcio Goldman (1999)¹⁷, procura justificar a complexidade de se fazer pesquisa antropológica em áreas urbanas, evocando o citado autor como referência para a escolha metodológica aplicada em seus estudos do Conjunto Palmeiras, e que aqui pretendemos mencionar na nossa pesquisa. Porém, vale ressaltar que se tratando do caso específico, a Rede Cidadania Montemor-o-Novo, para quem conhece a realidade urbana portuguesa nesse aspecto não podemos comparar diretamente com a realidade brasileira, uma vez que muitos dos bairros periféricos brasileiros possuem número de habitantes superior as populações de muitas cidades, tanto portuguesas quanto de outros lugares da Europa. A nossa simetria nesse sentido será a de observarmos as duas experiências através de elementos que as aproximam, e não através dos que as separam e isso tanto da perspectiva do estudo dos casos, quanto do trabalho do pesquisador. Sendo assim, ao seguirmos o percurso de Paulino, vemos relação entre a experiência vivida por ele e a nossa, pois pela impossibilidade de residir longos períodos no território, mesmo que por razões diversas, considero as condições como análogas. Por essa razão, optamos por realizar visitas informais e colher o máximo de informações possíveis durante as visitas.

O método escolhido para a coleta destes dados foi a gravação de entrevistas através de

17 O texto foi citado por George Paulino (2012) no livro *Economia Solidária Como Projeto Social e Político: a experiência do Conjunto Palmeiras*, contudo fazemos aqui referimento igualmente ao que foi descrito por Goldman (1999) no livro *Alguma antropologia*, no capítulo VII, p. 93 (97), na sessão *Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões*.

recursos digitais, mais precisamente o telefone celular, também conhecido em Portugal como telemóvel. O uso de tal tecnologia revelou-se extremamente eficaz por dois aspectos. Primeiro, pela praticidade e qualidade final na coleta dos dados; segundo, pelo carácter informal que o aparelho deu as entrevistas, deixando os entrevistados à vontade para se expressarem e, em alguns casos, diria, pareciam ter até mesmo esquecido que estavam sendo gravados.

Quanto às perguntas, não houve, num primeiro momento, um guião específico com questões padronizadas. O que houve foi um ponto de partida comum a todos os entrevistados, partindo sempre pela pergunta de como a Rede Cidadania de Montemor-o-Novo havia chegado até eles, e a partir daí o diálogo fluía de forma espontânea e produtiva. Contudo, ao longo da realização do trabalho, verificou-se a necessidade de ser elaborada uma nova etapa de entrevistas, desta vez com a utilização de um guião, para a obtenção de informações complementares. As perguntas, em anexo, realizadas durante essa segunda etapa de entrevista, tiveram como objetivo verificar os nodos existentes a partir da RCM e testar o nível de conectividade entre eles. Ao todo foram realizadas doze entrevistas, seis abertas e seis com a utilização do guião. Durante a gravação do áudio número VII, houve o registro de duas entrevistas simultâneas e que, posteriormente, no tratamento dos dados, foram divididas nos áudios VII e VIII e descritas nos anexos E1 e E2, respectivamente relacionados na listagem dos anexos.

6.2 Método de Análise

O método de análise escolhido para esta pesquisa constitui um processo dividido em três estágios: pré-análise, exploração do material, o tratamento dos resultados e interpretação. Entretanto, antes de introduzirmos brevemente tais estágios, faremos uma rápida consideração quanto à estrutura do *Corpus* utilizado comumente em pesquisas qualitativas com o objetivo de termos como método a análise de conteúdo. Para Laurence Bardin, uma vez estabelecido o universo documental sobre o qual iremos trabalhar, devemos estar atentos para alguns aspectos, os quais ele descreve como regras, importantes na construção do *Corpus* da

pesquisa. As principais regras citadas por Bardin (2014) são a exaustividade, o que consiste em considerar todos os elementos do *Corpus*; a representatividade, ou seja, a análise pode ser feita a partir de uma amostra do universo pesquisado; a homogeneidade, quer dizer, o material deve obedecer a critérios precisos de escolha; e a regra da pertinência, o que significa a adequação dos documentos. Feita a devida consideração, quanto à estrutura do *Corpus*, faremos uma breve introdução, partindo da pré-análise, dos três estágios acima mencionados.

De acordo com Silva (2013), que toma como referimento o trabalho de Laurence Bardin, a pré-análise “é desenvolvida para sistematizar as ideias iniciais colocadas pelo quadro referencial teórico e estabelecer indicadores para a interpretação das informações coletadas” (Silva, 2013). No nosso caso específico, iremos considerar as seguintes etapas do processo de pré-análise: a leitura flutuante, escolha dos documentos, formulação das hipóteses e elaboração dos indicadores (Silva, 2013). Para Laurence Bardin, uma outra etapa a ser considerada seria a preparação do material, o que consistiria na preparação material dos dados coletados, e eventualmente uma preparação formal, dito por ele, edição (Bardin, 2014: 126). Neste trabalho nos concentraremos nas quatro primeiras etapas deste processo, pelo fato de considerarmos que a preparação do material ocorreu naturalmente ao longo do processo de construção da análise.

O segundo estágio, descrito por Bardin e referido por Silva (2013), diz respeito à exploração do material, o que consiste, segundo Silva, “na construção das operações de codificação, considerando os recortes do texto em unidades de registros, a definição de regras de contagens e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas (Silva, 2013: 4). Para Bardin, tendo sido o estágio de pré-análise realizado de forma eficaz, a exploração do material nada mais é do que um processo mecânico, regido por regras preestabelecidas (Bardin, 2014).

O terceiro e último estágio refere-se ao tratamento e a interpretação. Esse estágio consiste na análise comparativa das informações captadas durante a exploração realizada no *corpus* da pesquisa. A avaliação é feita a partir das similaridades ou divergências encontradas no material analisado. Segundo Silva, esta “análise comparativa é realizada através da

justaposição das diversas categorias existentes em cada análise, ressaltando os aspectos considerados semelhantes e os que foram concebidos como diferentes” (Silva, 2013).

Após concluída a fase de análise, iremos prosseguir com a interpretação dos resultados e, conseqüentemente, iremos confirmar, ou refutar as hipóteses elaboradas na busca de encontrarmos uma resposta para a nossa pergunta de partida. Finalizando, na conclusão iremos explorar a relação entre as experiências, objeto deste trabalho, e as possibilidades que possam surgir a partir dos exemplos concretos.

6.3 Vantagens e Limites da Metodologia

Os métodos aplicados nesta pesquisa portaram inúmeras vantagens para este trabalho. Uma das vantagens que vale salientar é quanto à proximidade do pesquisador do objeto pesquisado, possibilitando uma leitura em primeira pessoa dos dados coletados diretamente no campo. A proximidade com os atores em seu próprio ambiente possibilitou a espontaneidade pretendida durante a preparação da pesquisa, o que foi muito enriquecedor para o trabalho. Outra vantagem que merece ser referida é a análise dos resultados. Durante o processo de avaliação, ficou evidente que a metodologia escolhida foi a mais apropriada por ter conseguido captar, aos olhos do pesquisador, a essência das informações fornecidas durante as entrevistas.

Quanto aos limites, podemos dizer que estariam, aos olhos do pesquisador, diretamente relacionados com a tipologia da pesquisa, qualitativa ou quantitativa, do que com o método em si. Por se tratar de um ambiente socioeconômico, a obtenção de dados quantitativos relacionados ao desempenho das atividades, como por exemplo, saber se os comerciantes e os produtores tiveram um aumento nas suas vendas e produções, fez falta. O que poderia demonstrar efetivamente as vantagens que as atividades de economia solidária trouxeram e se haveria, ou não, contribuído para o desenvolvimento econômico sustentável do território. Uma outra questão que limitou a pesquisa, de certa forma, foi o tempo escasso para a realização de uma coleta de dados mais aprofundada e, conseqüentemente, uma análise mais detalhada das atividades e do território pesquisado.

Capítulo VII – Análises das Entrevistas e Apresentação dos Resultados

As entrevistas foram divididas em dois blocos. O primeiro bloco, de carácter exploratório, foi realizado no início da pesquisa, utilizando entrevistas abertas e espontâneas; o segundo bloco, foi necessário a partir da análise das primeiras entrevistas como forma de aprofundamento em algumas questões que surgiram durante o processo e foi realizado com a utilização de um guião a começar por perguntas direccionadas à obtenção dos esclarecimentos necessários. Após a análise das entrevistas, fizemos o cruzamento do resultado da análise relacionando os dois casos de estudo, de um lado a Rede Cidadania de Montemor-o-Novo, Caso B, e de outro o Conjunto Palmeiras – ASMOCNP, agora chamado de Caso A.

7.1 Análise das Entrevistas

Ao decidir pela realização de entrevistas exploratórias como primeiro contato com a Rede Cidadania de Montemor-o-Novo, a partir de agora tratado aqui como o Caso B, buscamos encontrar os primeiros indícios de atividades que pudessem ser caracterizadas como enquadradas dentro dos princípios da economia solidária. O que foi extremamente proveitoso do ponto de vista de pesquisador. A busca por elementos da ES em um universo sem limites físicos, ou seja, a limitação imposta foi meramente teórica, serviu para experimentar na prática os conhecimentos adquiridos durante a preparação desta pesquisa. Sendo assim, procuramos identificar dentro das falas dos entrevistados elementos fonéticos que nos direccionassem para o universo da ES e das Redes Locais de Prosumidores.

A nossa constatação foi de que a atuação da RCM ao longo de sua existência obteve inúmeras conquistas do ponto de vista social e econômico. Partindo da experiência da revitalização do mercado público, as entrevistas demonstraram que, desde que a RCM começou a ter presença constante, o local ganhou vida e voltou a fazer parte do calendário cultural durante os eventos na cidade¹⁸. As atividades da RCM proporcionaram, nos últimos anos, uma mudança em, pelo menos, naqueles que passaram e tiveram contato com a rede, na forma de como viver e ver o

18 Observação feita pelo entrevistado II e registrada como entrevista N. 2 no material anexo.

mercado e aquele espaço público. Alguns acreditam que poderia ter sido feito bem mais. Outros que muito foi feito, tendo em vista os recursos financeiros escassos que a rede possui, pois a mesma é financiada em sua totalidade pelos seus membros. Para os integrantes, pelo menos aqueles entrevistados, a falta de financiamento público é uma das maiores vantagens da rede, pois lhe proporciona uma liberdade para gerir melhor as suas atividades. Outro ponto de congruência entre seus membros é a questão da informalidade. Durante as entrevistas ficou bem claro que, para todos aqueles que foram entrevistados, a informalidade será mantida por tempo indeterminado. O que, de certa forma, limita a RCM de assumir posições de maior influência perante os órgãos públicos, o que pareceu conveniente para as forças políticas locais, uma vez que afasta uma possível influência política partidária por parte da RCM.

Quanto aos aspectos econômicos, a RCM tem procurado, através de suas atividades, incentivar a produção e o consumo de produtos locais. Foi a partir desse aspecto que constatamos a necessidade de retornarmos ao campo e realizarmos uma segunda rodada de pesquisas, isso para nos aprofundarmos quanto aos aspectos socioeconômicos gerados a começar pelas atividades da rede. O segundo bloco foi organizado em quatro grupos que representam os conceitos e o pré-conceito abordados neste trabalho. Por essa razão, não iremos descrever questão por questão, mas sim apresentar uma visão geral de todo o bloco, a partir de cada grupo de questões específicas, relacionando os textos às questões, quando for assim necessário. Quanto ao resultado e sua análise, optamos por criar uma tabela onde apontamos apenas os itens relevantes e finalizamos por classificá-los como positivos, caso os resultados trouxessem benefícios, e negativos, no caso contrário. Quando os resultados apontaram para ambas alternativas, classificamo-nos como positivos e negativos, por apresentarem aspectos em ambos os lados.

O primeiro grupo, Q1 a Q6, está relacionado ao conceito de economia solidária, onde fomos buscar dentro da dimensão social, política, educacional, cultural e econômica os indícios que nos confirmassem a existência de elementos ligados a ES no território pesquisado. O que foi revelado pelos resultados é que efetivamente as atividades têm contribuído para o fortalecimento dos laços sociais dentro do território e que elementos de uma democracia

participativa, no que diz respeito ao processo de tomadas de decisões no ambiente estudado, tem acontecido e é reconhecido pelos atores envolvidos. O que é muito importante do ponto de vista social por reforçar o sentimento de pertencimento entre os atores. Contudo, uma questão que chamou a atenção foi o fato de que a maioria das pessoas envolvidas nas atividades tomou conhecimento do processo por meio dos amigos mais próximos. O que nos revelou um *deficit* na comunicação da RCM. De certa forma, se por um lado a comunicação de proximidade, ou boca a boca, traz uma qualidade maior nos relacionamentos e nas interações, por outro diminui o nível de transparência e esclarecimento para o público em geral, podendo causar um endurecimento nas relações interpessoais de dentro para fora da rede e uma resistência à expansão das atividades de fora para dentro.

No segundo grupo, Q7 a Q10, relacionado com as redes locais de prosumidores, fomos observar a conectividade, expansibilidade e extensibilidade das relações em rede. Mais uma vez os resultados revelaram que há, de fato, um nível alto de conectividade entre os atores atuantes no território e a RCM, dentro da própria RCM e entre os vários nodos (grupos organizados e descentralizados) atuantes no território. Quanto à expansibilidade, percebemos alguma resistência para a ideia de ampliar as atividades para outras áreas, notadamente no campo da política em relação a RCM. Sobre a extensibilidade, podemos dizer que a RCM tende a se estender ao passo que se torne mais conhecida pelo público em geral, o que dependerá das formas como se comunicará com o externo.

Outra questão levantada foi quanto à existência de outras redes, grupos ou atividades voltadas para a economia solidária dentro do território e se essas redes, grupos ou atividades estavam relacionados ou interligados de alguma forma¹⁹.

O que ficou demonstrado, durante a análise, foi a existência de vários produtores locais que vendem seus artigos dentro e fora do mercado, vendedores que comercializam mercadorias locais, mas que não as produzem, e comerciantes que não produzem mas que consomem os produtos locais, bem como aqueles que trocam entre eles. Ou seja, há, de fato, uma rede

19 Ponto observado na questão Q10 do guião de entrevistas.

interligada de produtores e consumidores informalizada sob o espaço do mercado público. Essa rede funciona a nível de proximidade baseada em laços de amizade e coleguismo dentro do mercado, entre vizinho e entre familiares. Contudo, isso ocorre desarticuladamente, o que torna o acesso restrito a um círculo muito próximo, não chegando ao segundo nível de relacionamentos, ou seja, os amigos dos amigos.

O terceiro grupo, Q11 a Q13, está ligado aos conceitos de desenvolvimento local e desenvolvimento local sustentável, observados a partir do nível de endogeneidade e de sustentabilidade presentes no território. A partir dos resultados, vimos que entre as pessoas ativas sociopoliticamente dentro e fora da RCM essa questão é bem clara e presente. Quanto àqueles que se beneficiam diretamente das atividades, os comerciantes e o público em geral, parecem ainda não reconhecerem diretamente a conexão entre as atividades organizadas para promover o DL e o DLS e as melhorias no ambiente do entorno. Sendo assim, um dos pontos verificados no segundo grupo, associado ao terceiro, e que não havia ficado evidente nas entrevistas abertas, foi quanto à presença de produtos e de produtores locais no mercado²⁰. O que caracteriza uma melhora evidente no nível de conscientização e de endogeneidade na produção local, melhorando os níveis sociais e econômicos em todos os sentidos. Durante as nossas visitas a Montemor-o-Novo, tivemos contatos com grupos de cidadãos que organizam entre eles o acesso a produtos locais, como por exemplo, a compra de cestas básicas de hortifrutis produzidas por uma moradora e vendidas informalmente para um pequeno grupo de amigos. Outra experiência que merece destaque é o restaurante aberto dentro de um dos espaços sociais da cidade que prepara o seu cardápio utilizando os produtos hortifrutis locais. Todas estas atividades paralelas a RCM podem, no nosso entendimento, ser classificadas como nodos participantes de uma mesma rede informal de produção e consumo, o que caracteriza a propensão no território para que surjam experiências que dinamizem ainda mais as redes locais, formalizadas ou não, contribuindo para um desenvolvimento local sustentável e baseado nos recursos endógenos.

O quarto e último grupo está relacionado ao conceito de coesão social. Retornamos ao campo

20 Ponto observado nas questões Q7, Q8 e Q9 do guião de entrevistas.

para verificar o nível de democracia existente dentro dos processos decisórios sob o mercado. Isto porque na própria RCM já havíamos conseguido constatar no primeiro bloco de entrevistas. Mas quanto à relação RCM x Externo? A questão Q2 do guião de entrevistas esclareceu essa indagação e consolidou o caráter democrático no processo decisório adotado pela rede, bem como o reconhecimento do processo pelos atores envolvidos, interna e externamente. Porém, foram as questões Q14 a Q16 que nos revelou o nível de interesse dos entrevistados em participarem das atividades e dos processos que as envolvem. Os resultados mostraram que os atores internos e externos da RCM têm total disponibilidade em participar. Questão que surgiu é que os atores externos são reativos, enquanto que os internos são proativos. O ponto a ser considerado é a causa dessa ação posterior dos atores externos. Mas uma vez os resultados nos sugerem que se trata de uma questão de comunicação do interno versus o externo. Contudo, não ficou claro se o território seria coeso, do ponto de vista social, ou disperso, para as atividades desenvolvida pela RCM fora do ambiente do mercado. A nossa conclusão, a partir das observações realizadas, é de que o território encontra-se fragmentado do ponto de vista sociopolítico, o que reflete no equilíbrio entre os grupos, mas não na capacidade de atuarem juntos em temas específicos.

7.2 Apresentação dos Resultados

Como última etapa do processo de pesquisa, iremos relacionar as duas experiências abordadas neste trabalho para, a seguir, fazermos uma análise geral dos resultados da nossa pesquisa dentro da conclusão.

O quadro demonstrativo abaixo mostra, sob a luz dos mesmos conceitos e pré-conceito, a perspectiva de um observador externo ao ambiente pesquisado, Caso B, em relação a um ambiente observado e descrito por terceiros, Caso A. A origem dos dados observados no Caso A não diminuem a relevância das informações obtidas, visto que todas as fontes foram apresentadas e defendidas em trabalhos acadêmicos, bem como produzidas e fornecidas por um representante do próprio objeto aqui pesquisado, no caso a Fundação Banco Palmas, através de material publicado e disponibilizado ao público.

Para relacionar esses dois casos, partiremos da perspectiva temporal de ambos os casos. Teremos o caso A como referência e o caso B como experiência paralela, separados pelo tempo de existência de ambos. O caso A, consolidado. O caso B, em construção. O nosso objetivo não é fazer uma crítica ao processo construtivo de ambos, mas, sim, traçar um paralelo entre os processos a partir da evolução de ambas experiências ao longo do tempo. O quadro apresentado abaixo procura realizar um mera descrição das impressões formuladas pelo pesquisador a partir do material analisado. Procurou-se observar os casos de forma a transpassar para o leitor que o caso A demorou anos até alcançar uma maturidade e se consolidar como experimento exitoso. Entendemos que o caso B, por ser uma experiência recente, se comparada com o caso A, é, sem sombra de dúvida, exitosa, apesar das limitações impostas por sua estrutura.

O quadro abaixo é composto por três colunas. Na primeira coluna estão expostos os conceitos e o pré-conceito utilizados nesta pesquisa. Na outras colunas apresentamos as conclusões relacionadas aos respectivos casos de estudo.

QUADRO EXPOSITÓRIO		
Conceitos	Caso A	Caso B
Economia Solidária	À luz do conceito da ES, podemos dizer que A é efetivamente uma experiência consolidada num amplo sentido. Não apenas por conter todas as dimensões consideradas nesta pesquisa, mas igualmente por englobar outras dimensões presentes dentro do conceito abordado. A constatação se deu através de uma pesquisa aprofundada com base em trabalhos acadêmicos e publicações disponibilizadas pela Fundação Banco Palmas.	A pesquisa de campo realizada no caso B nos mostrou que se trata de atividade de ES. Contudo, foi observado que o aspecto informal nesse caso parece favorecer uma fragmentação das atividades, ocasionando uma descentralização do processo de construção de uma economia alternativa. O que pode ser um aspecto positivo ou negativo, e que necessitaria de um acompanhamento mais efetivo.
Redes de Prosumidores Locais	A existência de uma cadeia produtiva voltada ao abastecimento do comércio local, bem como o consumo de bens e serviços produzidos localmente, garantem a sustentabilidade dos empreendimentos de ES dentro do território. O que possibilita a criação de outras redes que se interligam e se alimentam simbioticamente.	Foi verificada a existência de pequenas redes locais em desenvolvimento que atuam na produção de bens e serviços, o que poderá, eventualmente, vir a ser a base para a sustentabilidade de futuros empreendimentos solidários. Dentro das experiências observadas, destacamos a criação de uma cooperativa de produtores locais, conhecida em nossa última visita, e um projeto para criação de uma cooperativa habitacional.

Tabela 7.1 – Quadro expositório com os resultados da análise.

QUADRO EXPOSITÓRIO		
Conceitos	Caso A	Caso B
Desenvolvimento Local & Desenvolvimento Local Sustentável	Através da literatura observada, podemos concluir que o caso A se trata de uma experiência exitosa no objetivo de promover o desenvolvimento local e sustentável do território envolvido. A criação de atividades produtivas possibilitou o melhoramento da qualidade de vida dos moradores. Quanto à sustentabilidade com base nos recursos endógenos, percebemos uma escassez dos recursos naturais no território, o que faz com que boa parte da produção seja realizada com matéria-prima adquirida fora da comunidade, reduzindo os benefícios trazidos pelas atividades.	Foi observado que, por se tratar de uma experiência relativamente recente, se comparada com outras neste campo que atingiram uma maturidade, o caso B nos mostra uma efetiva melhora no consumo de produtos locais. A pesquisa apontou para uma crescente procura por produtos locais, de cultura biológica, o que, consequentemente, leva-nos a concluir que houve um crescimento do mercado para os produtos locais, aumentando a produção e revitalizando a economia local, tudo feito de forma sustentável.
Coesão Social	A própria existência, há décadas, da ASMOCONP por si só já poderia ser considerado um aspecto importante na coesão do território. Contudo, a participação comunitária nas atividades, o consumo local, o apoio dos moradores as atividades da associação, etc; são elementos importantes para identificarmos o nível de coesão existente no território. A geração de empregos e a promoção de atividades culturais voltadas para o fortalecimento do sentimento de pertença contribuem para a manutenção do estado de coesão.	Como observado anteriormente, foi constatada a fragmentação na execução das atividades dentro do território, o que pode caracterizar uma dispersão a nível de uma relação social dentro do mesmo. Isso pode ser causado pela imaturidade das atividades, por serem relativamente recentes, pela falta de um canal adequado de comunicação, dentre outras causas, criando, assim, uma certa resistência dentro da comunidade.

Tabela 7.2 – Quadro expositório com os resultados da análise(continuação).

A partir das observações apresentadas no quadro expositório, concluímos que o caso B é uma experiência exitosa e de enorme potencialidade, criada em um ambiente propício e com inúmeras possibilidades. Quanto ao caso A, se esse pode ou não ser uma referência para outros territórios, caberá sempre aos atores envolvidos nos processos construtivos de que maneira outras experiências podem ou não contribuir na criação de uma nova.

Conclusão

Começamos aqui fazendo um referimento quanto ao quadro teórico adotado nesta pesquisa. Os conceitos e o pré-conceito abordados no estudo foram fundamentais para a realização do trabalho e para a sua conclusão. Com base nos conceitos e no pré-conceito a análise dos dados foi realizada para chegarmos às conclusões agora apresentadas. Os termos aqui utilizados, nomeadamente Economia Solidária, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Local Sustentável, Coesão Social, Prosumidores e Redes Locais de Prosumidores formam a estrutura central desta pesquisa e que juntos constituem a base para o modelo de desenvolvimento e de sustentabilidade de que trata este trabalho.

Quanto aos resultados obtidos, através da análise, foi possível concluir que a Rede Cidadania de Montemor-o-Novo exerce um papel importante para a promoção do desenvolvimento local sustentável, embora limitado por questões estruturais e legais. Dentro do contexto e dos objetivos procurados pela RCM, podemos considerá-la uma experiência exitosa do ponto de vista socioeconômico, isso por ter alcançado, ao longo de sua breve existência, evidência e reconhecimento pelo papel exercido perante a comunidade.

Nesse sentido, podemos perceber alguma relação no processo de construção de ambas experiências, pois, assim como a RCM, a ASMOCONP surge como ponto de congruência de várias ideias e disposições partidas de cidadãos comuns em busca de melhores condições de vida. De um lado, partindo do ponto ideológico até chegar a necessidade de fazer algo em resposta às condições sociais e financeiras trazidas pelas últimas crises, e do outro, partindo da necessidade de subsistir até alcançar patamares ideológicos e de conscientização sociopolítica.

A ASMOCONP surge da necessidade de resistir e de sobreviver. A RCM surge da necessidade de resistir e de progredir. Ambas conectam cidadãos comuns dentro de um mesmo território. Ambas buscam, através de uma estrutura em forma de rede, alcançar seus objetivos. É aqui que ambas se aproximam, na busca, organizadas sob a forma de redes locais, as respostas para

as questões que nascem das necessidades comuns aos seus participantes. É na organização em forma de rede que ambas encontram suas respostas, partindo de realidades muito distantes, e é ainda nas redes que elas encontram a sustentabilidade para as suas atividades.

A RCM utiliza uma rede local de pessoas que compartilham interesses comuns para promover uma mudança de atitude e a conscientização política quanto às responsabilidades para com os deveres de cidadão. Mas quem são esses cidadãos? Eles são os que aqui chamamos de Prosumidores Locais. Cidadãos que produzem e consomem dentro do mesmo território, de forma consciente, visando promover a economia local. Estes prosumidores estão conectados em rede, consciente ou inconsciente, pois, em muitos casos, as redes são formadas por pessoas próximas, amigos e parentes, colegas de trabalho e espontaneamente.

Justamente, como nos referiu Alvin Toffler, os prosumidores não surgem na contemporaneidade. Eles estiveram presentes ao longo da história na sociedade pré-capitalista. O uso do termo na contemporaneidade encontrou espaço em vários segmentos, desde o marketing a tecnologia da informação, onde é amplamente utilizado. O uso do termo associado a economia solidária ainda é encontrado em poucas publicações, mas a tendência é que seja cada vez mais utilizado a partir do momento em que a ideia de produtor-consumidor para atender as necessidades próprias encontre maior espaço no cotidiano dos cidadãos. E parte deste novo produtor-consumidor a necessidade de interagir em rede, com aqueles que lhe estão próximos, para intercambiar os excedentes de sua produção por bens e serviços que lhe sejam necessários, dando início, assim, às redes de prosumidores locais.

E com isto chegamos a questão central do nosso trabalho: o papel destas redes no desenvolvimento local sustentável. Ficou claro, durante a realização deste trabalho, que as redes locais de prosumidores podem ser um elementantíssimo para promover a sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária, bem como um instrumento de transferência de renda para os pequenos produtores, criando assim uma economia mais justa e solidária. A sustentabilidade de uma economia solidária passa pela criação de mercados que atendam a demanda e sejam compatíveis com seus princípios, promovendo a redistribuição de capital, a democratização dos meios de produção e a reestruturação dos pequenos produtores

de bens e serviços em escala local.

Sendo assim, concluímos que as hipóteses levantadas ao longo deste trabalho se confirmaram amplamente. Na primeira hipótese, considerando o caso B, verificamos que existe, de fato, a predisposição para que surja uma rede de prosumidores locais a partir da conectividade existente entre os grupos em atividade no território. Quanto à segunda hipótese, verificamos que já existe uma dinâmica de utilização dos recursos endógenos na produção local e que os grupos ativos fazem uso desses recursos para promover a economia local.

No que concerne à nossa questão de partida, conseguimos respondê-la ao longo deste trabalho, demonstrando que as RLP's possuem o papel de promover a sustentabilidade financeira dos empreendimentos de economia solidária, bem como fortalecer os aspectos sociopolíticos nos territórios onde elas se encontram, promovendo a coesão social. Com isto, nos parece claro que o papel das Redes Locais de Prosumidores no Desenvolvimento Local Sustentável é o de promover e dar sustentabilidade a curto, médio e a longo prazo ao desenvolvimento com base nos recursos endógenos. Estamos falando de assegurar, a longo prazo, o futuro dos nossos filhos e netos, e dos netos dos nossos netos.

Tratando da realização da pesquisa em si, acreditamos pertinente acrescentarmos algumas observações quanto às limitações e dificuldades encontradas durante esta pesquisa. Primeiramente, acreditamos que teria sido enriquecedor para o nosso trabalho ter permanecido por um longo período no campo para poder aprofundar melhor em algumas questões relacionadas à forma de comunicação da RCM com a população local. Igualmente, a permanência teria criado oportunidades de proximidade. O que não aconteceu. Isso significou um acesso limitado às impressões pessoais e, de certa forma, menos apuradas dos atores locais.

Outro ponto relevante é que a permanência no território possibilitaria participar de atividades sociais e culturais no território, o que seria igualmente enriquecedor para a pesquisa e para o pesquisador, pois esse último poderia captar com mais riqueza de detalhes os elementos que compõem os grupos sociais e a estrutura sociopolítica da comunidade, os aspectos

socioeconômicos e as forças sociais que atuam no território. E por fim, seria possível proceder com um mapeamento dos recursos endógenos disponíveis no território, como forma de identificar possíveis alternativas para o melhor aproveitamento dos recursos existentes em benefício do desenvolvimento local sustentável.

Para concluirmos, é, ao nosso ver, importante registrar aqui algumas sugestões de futuras ações e/ou pesquisas que poderiam contribuir para a consolidação da economia solidária no território. Partindo das ações e pesquisas, acreditamos que seria muito importante a realização do estudo de produção e consumo local para um planejamento e gestão adequada dos recursos existentes no território, o que possibilitaria a criação de políticas públicas específicas e voltadas para a expansão da economia solidária. Outra questão que nos parece relevante é a criação de ações para a sensibilização da sociedade local quanto ao que vem a ser a economia solidária, pois seria através destes atores que o poder público se sensibilizaria e direcionaria a criação de políticas para o fomento de empreendimentos de economia solidária.

Uma outra questão é a realização de um trabalho em conjunto com o poder público para a criação de políticas públicas de fomento da economia solidária. É essencial promover, através de políticas adequadas à expansão dos empreendimentos, e que eles possam operar em rede contínua de fluxo e refluxo, a sustentabilidade dos empreendimentos e da economia solidária a nível local. Isso poderia ter início a partir da adoção, pelo poder local, de orçamentos participativos ou da utilização de produtos locais pelas escolas, hospitais, creches e repartições públicas. Medidas que visam à participação maior dos cidadãos no processo administrativo local e criação de um mercado local para o escoamento da produção hortifrutis pelos produtores locais.

BIBLIOGRAFIA

Amaro, Rogério Roque (2003), “Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? - Da teoria à prática e da prática à teoria”, *Cadernos de Estudos Africanos*, (Online), 4 (35-70).

Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3186>

Amaro, Rogério Roque (2009), “A Economia Solidária da Macaronésia – um novo conceito”, *Revista de Economia Solidária*, Ponta Delgada, ACEESA, N. 1 (11-28)

AMOCNP (2015), “Historia do Conjunto Palmeiras”, Banco Palmas, (Online).

Disponível em: www.bancopalmas.org

Bardin, Laurence (2014), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.

Buarque, Sergio C. (2002), *Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável*, Rio de Janeiro, Garamond.

Boff, Leonardo (2009), “¿Vivir mejor o «el buen vivir»?”, *América Latina en movimiento*, ALAI-Agencia Latinoamericana de Información, (Online).

Disponível em: <http://alainet.org>

CEPAL/SEGIB (2007), *Coesão Social – Inclusão e Sentido de Pertencer na América Latina e no Caribe*, Santiago do Chile, LC/G.2334/REV.1; 2007 © Nações Unidas, (Online).

Disponível em: <http://repositorio.cepal.org>

Cattani, Antonio David *et al* (2003) (orgs), *A Outra Economia*, Porto Alegre, Veraz, 1^a edição.

Cattani, Antônio David *et al* (2009) (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, São Paulo, Almedina.

Durkheim, Émile (1999), *Da Divisão do Trabalho Social*, São Paulo, Martins Fontes.

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda, (2006), *Míni Aurélio*, Curitiba, Editora Posivo.

Ferreira, Bárbara (2008), *Notas sobre a evolução do(s) conceitos de Desenvolvimento – um roteiro crítico por algumas por algumas das suas principais perspectivas*, Doutorado em Sociologia Econômica e das Organizações, Lisboa, ISEG.

Fragoso, António (2005), “Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: um ensaio baseado em experiências investigativas”, *Revista Lusófona de Educação*,

- (Online), 63-83, (5).
- Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt>
- França Filho, Genauto Carvalho de & Jean-Louis Laville (2004), *Economia Solidária: uma abordagem internacional*, Porto Alegre, UFRGS.
- Franco, Augusto de (2012), *A Rede, Série Fluzz*, Volume 1, São Paulo, Escola de Redes.
- _____ (2003), *A Revolução do Local – Globalização, Glocalização, Localização*, São Paulo, Escola de Redes.
- Freire, Paulo (1987), *Pedagogia do oprimido*, 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Gadotti, Moacir (2009), *A Economia Solidária Como Práxis Pedagógica*, São Paulo, Instituto Paulo Freire.
- Gasser, Martin *et al* (2004) (orgs.), *Desarrollo Económico Local em Situaciones de Post Crises: guía operacional*, Genebra, OIT-Organização Internacional do Trabalho.
- Disponível em: <http://www.ilo.org>
- Gil, Antonio Carlos (2008), *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 6^a ed. São Paulo, Editora Atlas.
- Goldman, Marcio (1999), *Alguma antropologia*, Rio de Janeiro, DUMARÁ.
- Gutwirth, Jacques (1987) Introduction, *In: Jacques Gutwirth e Colette Pétonnet (orgs.), Chemins de la Ville, Enquêtes Ethnologiques*, Paris, Éditions du CTHS, 1987, p. 1-12.
- Disponível em: halshs.archives-ouvertes.fr
- IPEA (2013), Conjuntura e Análise, Boletim Mercado de Trabalho, Brasília, nº 54.
- Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>
- Jara, Carlos Julio (1998), *A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local: desafios de um processo em construção*, Recife, IICA.
- Krugman, Paul e Robin Wells (2007), *Introdução à Economia*, São Paulo, ELSEVIER.
- _____ (2013), *Economics*, 3rd Edition, New York, Worth Publishers.
- Mance, Euclides André (1999), *A Revolução das Redes – A Colaboração Solidária como uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual*, Petrópolis, Vozes.
- _____ (2002), *Redes de Colaboração Solidária. Aspectos Econômico-Filosóficos: Complexidade e Libertação*, Petrópolis, Vozes.

- _____ (2004), *Fome Zero e Economia Solidária: o desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural do Brasil*, Curitiba, IFL – Instituto de Filosofia da Liberdade. Editora Gráfica Popular.
- _____ (2012), “Teorias de Rede - Introdução Conceitual e Elementos Organizativos”, Porto Alegre, Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos, (Online). Disponível em: <http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br>
- Marques, António Pedro Sousa (2010), “Da Construção do Espaço à Construção do Território”, *Fluxos & Riscos*, (1), pp. 75-88. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt>
- Martins, Sergio Ricardo Oliveira (2002), “Revista de Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas”, *Revista de Desenvolvimento Local*, Volume 3, pp. 51-59. Disponível em: <http://www3.ucdb.br/>
- Melo Neto, João Joaquim e Sandra Magalhães (2008), *Bairros Pobres Ricas Soluções: BANCO PALMAS ponto a ponto*, Fortaleza, Expressão Gráfica.
- Miranda, Carlos *et al* (1998) (orgs), *Planejando o Desenvolvimento Sustentável: a experiência recente no Nordeste do Brasil*, Brasília, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).
- Namorado, Rui (2009), “Para uma economia solidária – a partir do caso Português”, *Revista Criticas de Ciências Sociais*, 84, pp. 65-80. Disponível em: www.ces.uc.pt
- Paulino, António George Lopes (2012a), *Economia solidária como projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas*, Fortaleza, Edições UFC, 2012.
- _____ (2012b), *Banco Palmas: elementos para uma reflexão acerca da institucionalização da economia solidária no Brasil*, Grupo de Trabalho: Antropologia e Políticas Públicas, Fortaleza, Universidade Federal do Ceara – UFC. 2013
- Pétonnet, Colette (1982), “L'observation flottante. L'exemple d'un cimetière parisien”, *L'Homme*, 22 (4): 37-47. Disponível em: www.persee.fr
- RCM (2010), Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo, *Manifesto*.

Disponível em: www.redemontemor

Razeto, Luis M. (1999), “La Economía De Solidaridad: concepto, realidad y proyecto”, Santiago do Chile, Persona y Sociedad, Volumen XIII, N.2.

Disponível em: www.luisrazeto.net

Sachs, Ignacy (1990), *Recurso, Emprego e Financiamento do Desenvolvimento: produzir sem destruir – O Caso Brasil*, Revista de Economia Política, Volume 10 (1).

Disponível em: <http://www.rep.org.br>

Sedda, Franciscu (2006), Reflexões acerca do glocal: com base no estudo semiótico da cultura, Matrizes, Ano 2.

Disponível em: www.matrizes.usp.br

Silva, Andresa Hennig e Maria Ivete Trevisan Fossá (2013), “Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos”, Anpad, Online

Disponível em: www.anpad.org.br

Singer, Paul (1996), Economia solidária contra o desemprego, Folha de São Paulo, (Online).

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/11/opiniaio/9.html>

_____ (2002), *Introdução à Economia Solidária*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

Tironi, Eugênio (2008), *Redes, Estado y Mercado*, Santiago do Chile, Uqbar Editores.

Toffler, Alvin (1980), *The Third Wave*, New York, William Morrow & Co.

Trivinho, Eugênio (2006), *A Cidadania na Civilização Midiática Avançada: glocalização, democratização e transpolitização da experiência urbana contemporânea*, UFRGS, Porto Alegre, Intexto.

WCED – World Commission on Environment and Development (1987), *Our Common Future*, United Nations, New York.

ANEXOS

Lista dos Anexos

Anexo A –	Grelha para a Análise de Conteúdo
Anexo B –	Tabela com a Síntese da Análise dos Resultados
Anexo C –	Guião para as Entrevistas
Anexo D – Entrevistas Abertas	D1, D2,D3,D4,D5 e D6
Anexo E – Entrevistas com Guião	E1, E2,E3,E4,E5 e E6
Anexo F – Áudio das Entrevistas	Áudio 1, Áudio 2, Áudio 3, Áudio 4, Áudio 5, Áudio 6, Áudio 7, Áudio 8, Áudio 9, Áudio 10, Áudio 11 e Áudio 12.

Anexo A

Modelo para Análise de Conteúdo

Pré-análise				Exploração do material			Tratamento dos Resultados & Interpretação						
Questão de Partida	Hipóteses	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Conceitos & Pré-conceitos	Dimensões da Análise	Indicadores	Fontes	Resultados					
								Caso A	Caso B				
<p>Dentro do contexto da Economia Solidária, qual o papel exercido pelas Redes Locais de Prosumidores no Desenvolvimento Local Sustentável?</p> <p>A) Dentro do tecido socioeconômico local existe a predisposição para a formação de uma rede local de prosumidores verificada a partir da dinâmica e conectividade existente entre os grupos.</p> <p>B) Essa rede contribui para o desenvolvimento local sustentável a partir do momento que fomenta a utilização dos recursos endógenos.</p>		<p>Relacionar a experiência do Conjunto Palmeiras e da Rede Cidadania de Montemor-o-Novo</p>	<p>1. Verificar a presença da economia solidária e de prosumidores no território à luz dos conceitos e do pré-conceito abordado.</p> <p>2. Determinar o papel da Redes Locais de Prosumidores no processo de desenvolvimento local sustentável.</p>	<p>Economia Solidária</p>	<p>Social Política Cultural Educativa Econômica</p>	Desenvolvimento social das populações locais	<p>Secundárias (livros, artigos e documentos)</p> <p>Observação <i>in loco</i></p> <p>Entrevista abertas</p>	<p>À luz do conceito da ES, podemos dizer que A é efetivamente uma experiência consolidada num amplo sentido, isso não apenas por conter todas as dimensões consideradas nesta pesquisa, mas igualmente por englobar outras dimensões presentes dentro do conceito abordado. A constatação se deu através de uma pesquisa aprofundada com base em trabalhos acadêmicos e publicações disponibilizadas pela fundação Banco Palmas.</p>	<p>A pesquisa de campo realizada no caso B nos mostrou que há uma forte tendência para que esta experiência seja identificada como uma relacionada com a ES. Contudo, foi observado que o aspecto informal neste caso parece favorecer para uma fragmentação das atividades, ocasionando uma descentralização do processo de construção de uma economia alternativa. O que pode ser um aspecto positivo ou negativo, e que necessitaria de um acompanhamento mas efetivo.</p>				
						Presença de processos democráticos participativos nas atividades							
						Métodos tradicionais dos meios de produção							
						Ações pedagógicas no âmbito da economia solidária formativa ou informativa							
				Processos econômicos baseados na economia de reciprocidade e/ou cooperativismo									
				<p>Redes de Prosumidores Locais</p>	<p>Conectividade Expansibilidade Extensibilidade</p>	Existência de produtores locais	<p>Secundárias (Livros, artigos e documentos)</p> <p>Observação <i>in loco</i></p> <p>Entrevista abertas</p>			<p>A existência de uma cadeia produtiva voltada ao abastecimento do comércio local, bem como o consumo de bens e serviços produzidos localmente, garantem a sustentabilidade dos empreendimentos de ES dentro do território. O que possibilita a criação de outras redes que se interligam e se alimentam simbioticamente.</p>	<p>Foi verificada a existência de pequenas redes locais em desenvolvimento que atuam na produção de bens de serviços, o que poderá eventualmente vir a ser a base para a sustentabilidade de futuros empreendimentos solidários. Dentro das experiências observadas, destacamos a criação de uma cooperativa de produtores locais, constatada em nossa última visita, e o projeto para criação de uma cooperativa habitacional.</p>		
						Presença de consumidores locais							
						Capilaridade da rede							
						Presença de prosumidores dentro do mercado							
				<p>Desenvolvimento Local & Desenvolvimento Sustentável</p>	<p>Endogeneidade Sustentabilidade</p>	Existência de nodos e de outras redes	<p>Secundárias (Livros, artigos e documentos)</p> <p>Observação <i>in loco</i></p> <p>Entrevista abertas</p>					<p>Através da literatura observada, podemos concluir que o caso A se trata de uma experiência exitosa no objetivo de promover o desenvolvimento local e sustentável do território envolvido. A criação de atividades produtivas dentro do território possibilitou o melhoramento da qualidade de vida dos moradores. Quanto à sustentabilidade com base nos recursos endógenos, percebemos uma escassez dos recursos naturais no território, o que faz com que boa parte da produção seja realizada com matéria-prima adquirida fora da comunidade, reduzindo os benefícios trazidos pelas atividades.</p>	<p>Foi observado que por se tratar de uma experiência relativamente recente, se comparada com outras neste campo que atingiram uma maturidade, o caso B nos mostra uma efetiva melhora no consumo de produtos locais. A pesquisa apontou para uma crescente procura por produtos locais, de cultura biológica, o que consequentemente nos leva a concluir que houve um crescimento do mercado para os produtos locais, aumentando a produção e revitalizando a economia local, tudo feito de forma sustentável.</p>
						Atividades baseadas na utilização dos recursos endógenos							
						A sustentabilidade dos processos produtivos a partir da preservação e manutenção dos recursos endógenos							
Presença de atividades socialmente, ecologicamente e economicamente sustentáveis													
<p>Coesão Social</p>	<p>Sociopolítica Socioeconômica Sociocultural</p>	Existência de processo que resguardem a sustentabilidade das gerações futuras	<p>Secundárias (Livros, artigos e documentos)</p> <p>Observação <i>in loco</i></p> <p>Entrevista abertas</p>	<p>A própria existência há décadas da ASMOCONP por si só já poderia ser considerado um aspecto importante na coesão do território. Contudo, a participação comunitária nas atividades, o consumo local, o apoio dos moradores as atividades da associação, etc; são elementos importantes para identificarmos o nível de coesão existente no território. A geração de empregos e a promoção de atividades culturais voltadas para o fortalecimento do sentimento de pertencimento contribuem para a manutenção do estado de coesão.</p>	<p>Como observado anteriormente, foi constatada a fragmentação na execução das atividades dentro do território, o que pode caracterizar uma dispersão a nível de uma relação social dentro do mesmo. Isto pode ser causado pela imaturidade das atividades, por serem relativamente recentes, pela falta de um canal adequado de comunicação, dentre outras causas, criando, assim, uma certa resistência dentro da comunidade.</p>								
		Exercício da cidadania											
		Redução da pobreza											
								Exercício da cidadania					
								Redução da pobreza					
								Fomento a Cultura local					

Caso A: Conjunto Palmeiras (ASMOCONP)

Caso B: Rede Cidadania de Montemor-o-Novo (RCM)

Anexo B**TABELA DE ANÁLISE DOS RESULTADOS**

	Síntese da Análise dos Resultados	+	-
Q1	Como você descreveria o Mercado Público antes e depois das mobilizações promovidas pela RCM?	*	
Q2	Você participa de alguma forma, direta ou indiretamente, na programação da RCM?	*	
Q3	Existe a consulta aos frequentadores do Mercado quanto às atividades a serem implementadas?	*	
Q4	O espaço dado aos produtos locais aumentou ou diminuiu desde o início das atividades da RCM?	*	
Q5	Como você tomou conhecimento da existência da RCM?		*
Q6	Do ponto de vista pessoal, o que mudou desde que a RCM passou a atuar neste espaço?	*	
Q7	Você é produtor?	*	
Q8	Você consome produtos locais?	*	
Q9	Você conhece algum produtor local?	*	
Q10	Você conhece outras redes ou grupos envolvidos em atividades sociais e/ou comerciais em Montemor-o-Novo?	*	
Q11	Quais os produtos locais que você conhece e recomendaria?	*	
Q12	Qual a sua ideia de um ambiente economicamente sustentável?	*	*
Q13	Qual a sua ideia de uma ambiente socialmente sustentável?	*	*
Q14	Você participa das atividades promovidas pela RCM?	*	
Q15	Você deu alguma sugestão a RCM?	*	
Q16	O que você sugeriria a RCM se tivesse oportunidade?	*	

Anexo C

Guião para as entrevistas

Objetivos Específicos	Conceitos	Dimensões	Indicadores	Método	Perguntas
Verificar a presença da economia solidária e de prosumidores no território à luz dos conceitos e do pré-conceito abordado.	Economia Solidária	Social Política Educativa Cultural Económica	Desenvolvimento social das populações locais Participação nos processos sociais Presença de processos democráticos participativos nas atividades Recuperação do tecido microeconómico dentro do território Ações educativas e informativas Beneficiamento da população local	<ul style="list-style-type: none"> Entrevistas com Gião Resposta gravadas com recursos digitais 	Q1. Como você descreveria o Mercado Público antes e depois das mobilizações promovidas pela RCM? Q2. Você participa de alguma forma, direta ou indiretamente, na programação da RCM? Q3. Existe a consulta aos frequentadores do Mercado quanto às atividades a serem implementadas? Q4. O espaço dado aos produtos locais aumentou ou diminuiu desde o início das atividades da RCM? Q5. Como você tomou conhecimento da existência da RCM? Q6. Do ponto de vista pessoal, o que mudou desde que a RCM passou a atuar neste espaço?
	Rede Local de Prosumidores	Conectividade Expansibilidade Extensibilidade	Existência de produtores locais dentro do mercado Presença de consumidores locais Capilaridade da rede Existência de nodos e de outras redes		Q7. Você é produtor? Q8. Você consome produtos locais? Q9. Você conhece algum produtor local? Q10. Você conhece outras redes ou grupos envolvidos em atividades sociais e/ou comerciais em Montemor-o-Novo?
Determinar o papel da Redes Locais de Prosumidores no processo de desenvolvimento local sustentável.	Desenvolvimento Local & Desenvolvimento Local Sustentável	Endogeneidade Sustentabilidade	Existência de atividades que contribuem para o desenvolvimento local Atividades baseadas na utilização dos recursos endógenos Presença de atividades socialmente, ecologicamente e economicamente sustentáveis		Q11. Quais os produtos locais que você conhece e recomendaria? Q12. Qual a sua ideia de um ambiente economicamente sustentável? Q13. Qual a sua ideia de uma ambiente socialmente sustentável?
	Coesão Social	Participabilidade	Interatividade com o território Senso de pertencimento Domínio do território		Q14. Você participa das atividades promovidas pela RCM? Q15. Você deu alguma sugestão a RCM? Q16. O que você sugeriria a RCM se tivesse oportunidade?

Anexo D – Entrevista I

NOTAS DE ÁUDIOS REGISTRADOS					
BLOCO I – Entrevistas Abertas					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
I: Verificar a presença da economia solidária e de prosumidores no território à luz do conceito e do pré-conceito abordado. II: Determinar o papel da Redes Locais de Prosumidores no processo de desenvolvimento local sustentável.				Objetivos	
Descrição		Pontos Observados	I	II	
Áudio I 2'25"	Sempre gostei dos mercados ... vendia frutas ... há dez anos por intermédio de um armazenista ... e gosto deste convívio, deste meio ... também entrei na Rede ... tentar ajudar as pessoas ... neste ... os hortelãos ... os comerciantes ... eu entrei na rede ... houve a iniciativa 'do colecionismo'... como todas as coisas ... se trata de não desistir na primeira ... cromos da bola, selos e pacotes de açúcar, que é o meu forte ... as pessoas que não vinham ao mercado, vinham pelos filhos ... essa é a ideia 'do colecionismo'... trazer as crianças e os pais atrás das crianças ...	<ul style="list-style-type: none"> - Interesses pessoais - Interesses profissionais - Sociabilidade - Interesse Coletivo - Atividades de fomento 	<ul style="list-style-type: none"> * * * * * 	<ul style="list-style-type: none"> * 	

Anexo D – Entrevista II
Página I

NOTAS DE ÁUDIOS REGISTRADOS					
BLOCO I – Entrevistas Abertas					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
I: Verificar a presença da economia solidária e de prosumidores no território à luz do conceito e do pré-conceito abordado. II: Determinar o papel da Redes Locais de Prosumidores no processo de desenvolvimento local sustentável.				Objetivos	
Descrição		Pontos Observados	I	II	
Áudio II 27'37"	<p><i>Segundo o entrevistado, durante o tempo de existência, tem permanecido sempre as mesmas pessoas no núcleo da Rede, com poucas variações. ... A Rede não existe, pelo menos legalmente – O entrevistado é membro da rede desde sua criação – a rede, são as pessoas, um Blog, um endereço de e-mail, e os cidadãos. As pessoas se aproximam ou se afastam de acordo com a disponibilidade pessoal e conforme o interesse que tenham nas ações que estejam ocorrendo. Quanto à questão da gestão das tarefas, ele observa – precisaríamos de mais pessoas para facilitar a gestão das tarefas. Apesar do número limitado de pessoas, a Rede mantém uma banca regularmente no mercado há cinco anos. Na impressão do entrevistado, o mercado está mais vivo e mais frequentado desde que começou a Rede – está mais alegre... faltava barulho, chiado, agora está mais vivo... o mercado transformou-se num ponto... voltou a geografia da cidade... o mercado voltou a fazer parte do cotidiano dos moradores e quando há eventos, o mercado passou a ser incluído como local para apresentações. Uma das questões levantadas pelo entrevistado seria a falta dos jovens ... falta gente nova ... precisamos de mais gente nova ... Contudo, não foram encontradas até o momento da entrevista sinais de atividades com o objetivo de atrair os jovens de Montemor-o-Novo. A faixa etária média dos participantes da Rede está acima dos 40 anos e chegando a ser acima dos 60 anos para os comerciantes que trabalham no mercado. Quanto à intensão da Rede – queremos exercer o nosso dever de cidadania ... não é falarmos apenas em direto de cidadania, mas é falarmos em deveres de cidadania ... sermos proativos ... Quanto ao apoio recebido por parte do poder público local – de não haver oposição ... quando a Rede apareceu, foi olhada com muita desconfiança ... pensava-se que isso era uma plataforma de acesso político, que isso fosse um movimento que tivesse pretensões a nível de política local ... quando começaram a perder ... este temor ... este medo ... aí a relação tornou-se muito mais simples ... aí começou a colaborar ... mas no início olhávamo-nos com desconfiança ... o entrevistado observa que no início houve uma resistência em apoiar, por parte do poder local, por não ter a certeza de que não se tratava de um projeto de pretensões políticas partidárias, mas que logo desfeita a dúvida, o poder público local passou a apoiar, institucionalmente, as atividades.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Consciência política - Liberdade de ir e vir - Independência - Voluntariado - Sustentabilidade - Continuidade - Fomento - Interesse Coletivo - Institucionalidade - Autonomia política - Aspecto político apartidário - Autonomia financeira - Coesão dos atores - Desenvolvimento comunitário - Espaço local - Territorialidade - Desenvolver de forma sustentável - Futuro, sustentabilidade - Desenvolvimento Sustentável - Decrescimento Sustentável 	*	*	

Anexo D – Entrevista II
Página 2

NOTAS DE ÁUDIOS REGISTRADOS						
BLOCO I – Entrevistas Abertas						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS						
I: Verificar a presença da economia solidária e de prosumidores no território à luz do conceito e do pré-conceito abordado. II: Determinar o papel da Redes Locais de Prosumidores no processo de desenvolvimento local sustentável.				Objetivos		
Descrição		Pontos Observados	I	II		
Entrevista II 27'37"	<p><i>Quanto ao financiamento das atividades</i> – a Rede não tem orçamento... e quando nós olhamos para estes oito anos ... é menos do que aquilo que nós queríamos ... mas já foi alguma coisa ... e com orçamento direto zero ... <i>o entrevistado observa que todas as atividades são financiadas pelos membros da rede. Segundo ele, pelo fato de não serem uma associação de fato, juridicamente constituída, o acesso a financiamentos públicos se torna impossível. Contudo, ele deixa bem claro que nunca houve a pretensão de se constituir em uma associação jurídica com o propósito de se recorrer a fundos públicos para o financiamento das atividades. Quanto aos fundos da UE</i> – Mas esse dinheiro que vem da Europa... são tipos... vamos dá-lhes... para que se vão entretendo a falar em economia social, a falarem em moedas comunitárias, a falarem em sustentabilidade... vamos entretendo-os... desde que não interfiram em nosso sistema financeiro... é o mesmo sistema financeiro que dão dinheiro a estas associações poderem fazer alguma coisa à margem... mas é o mesmo poder financeiro... por isso que a Rede sempre assumiu que não queria ser mais do que isso... não queria ser mais do que cidadãos... criamos um e-mail... mais tarde, o blog, já foi uma discussão... mas tarde, o Facebook, já foram pessoas que até não queriam... o nosso caminho é esse... provavelmente algumas pessoas que estavam no início... eventualmente, digo eu... teriam gostado de uma coisa mais interventiva... o caminho que foi feito foi este... estamos felizes.</p> <p><i>Quanto à visão do grupo</i> – aqui, aquilo que digo, digo enquanto cidadão... outro cidadão pode ter ideias diferentes... e que em dada altura convergimos... e nesse ponto trabalhamos em comum... a frente podemos divergir... enquanto cidadão, aqui o que eu vejo na rede cidadania... é de exercer, mais do que o direito, o dever de cidadania... é não esperar que os outros façam por nós... o dever de fazer... de maneira a desenvolver a comunidade... aqui muito bem delimitada no espaço... o nosso Conselho... desenvolvê-lo de maneira sustentável por que acreditamos... tememos que dentro de duas, três gerações seja muito complicado... não podemos estar num tipo de consumo, num tipo de economia como a que está a acontecer agora... nós andamos a consumir demasiados recursos da Terra... os nossos netos, ou os filhos dos nossos netos, ou os netos dos nossos netos não irão ter terra... temos que pensar de maneira muito objetiva em como vamos reduzir o nosso consumo da Terra... temos que reduzir a nossa pegada ecológica para que haja futuro ... dentro em breve neste rimo de economia, não vamos ter futuro ... começar a agir no decrescimento sustentável... reduzindo o consumo dos recursos... de uma maneira controlada... para que o choque não seja muito extremo... quando esses choques existem, quem paga a fatura são sempre os mais pobres... caminhar para uma economia mais local, uma economia mais sustentável, uma economia socialmente mais solidária e mais justa, sempre dentro de nossa comunidade... perdemos os pilares da sociedade... da religião... da justiça... de tudo... importante... as comunidades... se identificar com algo... criar identidade... a globalização levou... os interesses comunitários...</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir consumo - Economia Socialmente Solidária - Economia Local - Combate a exclusão social - Reduzir os efeitos da globalização. 	*	*	*	*

Anexo D – Entrevista III
Página 2

NOTAS DE ÁUDIOS REGISTRADOS					
BLOCO I – Entrevistas Abertas					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
I: Verificar a presença da economia solidária e de prosumidores no território à luz do conceito e do pré-conceito abordado. II: Determinar o papel da Redes Locais de Prosumidores no processo de desenvolvimento local sustentável.				Objetivos	
Descrição	Pontos Observados			I	II
Entrevista III Entrevistados A, B e C. 75'29"	<p>A. ... nós não temos um local... e não é preciso ... as pessoas acham que o fato de ser uma associação... nós precisamos da estrutura... as pessoas perdem imenso tempo a manter as estruturas e não os objetivos... e a Rede, nós estamos todos de acordo, não precisamos de estrutura ... no fim da primeira reunião, o grupo que saiu dali constituído foi o grupo do mercado ... era óbvio ... éramos ali quarenta e tantas pessoas ... era óbvio que esse grupo ia nascer ... o único grupo que nasceu desde o início e ainda existe ... as ideias que guardamos do movimento de transição é o grupo coordenador ... que muda de seis em seis meses e os grupos temáticos ... quando alguém pergunta quem é o nosso presidente ... nós não temos ... temos um grupo coordenador ... ah, mas as pessoas não vão perceber ... vão ... agora elas já perguntam: quem é que está no grupo coordenador? ... as mudanças têm que se fazer mudando ... mas não podemos querer mudar exatamente com a mesma estrutura ... não é um trabalho sobre soberania alimentar ... é um trabalho sobre a estrutura ... reunir as pessoas em volta de um projeto concreto, as pessoas se reúnem ... depois, refletir sobre a maneira como nós nos reunimos ... e na maneira como nós transmitimos a nossa mensagem ... temos a agenda vinte e um ... <i>Quanto ao orçamento participativo</i> ... voltando ao orçamento participativo ... mas essa é uma opinião pessoal, não é a opinião da Rede ... é uma forma meio fácil de acalmar o cidadão ... não quero ser completamente negativa, acho que tem o lado positivo, com certeza, mas é um bocadinho ... maneira que o sistema tem de acalmar os mais agitados ... aqui ... nasceu ... a Rede ... é mais ideológica do que necessidade ... como não é uma necessidade ... a forma como se generaliza ... generalizou-se ... conseguiu se passar a etapa seguinte ... de fato, há pessoas, como há em todos os grupos, que estão apertados ... C. ... uma das coisas mais bonitas é facilidade ... facilidade que nós encontramos muito ... encontramos em grupos de trabalhos ... grupo de coordenação ... é uma estrutura muito adaptável, muito móvel ... muito flexível ... sustentabilidade ... que se sustenta ... B. ... há pessoas que tem ideias ... ainda não conseguimos transmitir para fora da rede ... ainda há coisas que não são óbvias para as pessoas ... não é que as pessoas não perceberam, nós não conseguimos transmitir que esse almoço tem algo diferente ... é um almoço de convívio, não é nós a fazer caridade ... não é evidente ... pode ser evidente na cabeça ... dez pessoas ... mas termina por ser minoria ...</p>				

Anexo D – Entrevista IV
Página 1

NOTAS DE ÁUDIOS REGISTRADOS					
BLOCO I – Entrevistas Abertas					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
I: Verificar a presença da economia solidária e de prosumidores no território à luz do conceito e do pré-conceito abordado. II: Determinar o papel da Redes Locais de Prosumidores no processo de desenvolvimento local sustentável.				Objetivos	
Descrição		Pontos Observados	I	II	
Áudio IV 108'42"	... as pessoas querem fazer, mas há poucas pessoas que querem pensar sobre a forma como fazemos, sobre a forma como poderíamos melhorar ... vivemos num mundo muito individualista ... vivemos num mundo onde cada um tem seus caminhos, suas preocupações ... os nossos graus de tolerância são diferentes ... é isso que não se consegue cá, falar sobre essas coisas que são óbvias ... tínhamos o grupo da comunicação ... <i>quanto à introdução dos jovens no contexto da rede</i> ... temos a Juju ... é uma das jovens ... esta é uma vitória da rede ... o fato dos pais dela serem velhos ... ela está aqui ... tinha a preocupação de como vou conseguir manter ... 6'21" ... depois temos outros tipos de pessoas ... com produções próprias ... os mais novos ... já não são pessoais ... já são coisas que eles compram ... - <i>Quanto à comunicação com o mercado</i> - ... as pessoas fazem pelos outros, não fazem com os outros ... por exemplo, nós temos uma iniciativa aqui que é dos talões de venda do mercado, nós achamos que era giro fazermos talões de ofertas para o Natal, vendemos aqui e fora, mas que ... obriguem as pessoas a vir ... a troca só se pode fazer aqui ... no primeiro ano ... ainda não éramos conhecidos ... foi um bocadinho difícil ... agora eu sinto que há uma necessidade, se nós quisermos continuar ... temos que incluir as pessoas para quem nós fazemos ... nós não podemos continuar ... nós de fora ... eu já não considero a rede de fora ... já estamos aqui ... nós fazemos parte do mercado ... mas, se calhar, a nossa ligação, além de comprador, se pensarmos no mercado ... se calhar tem que ser um bocadinho mais forte, do que uma vez por ano ir perguntar se eles querem por um papel na banca a perguntar se eles aceitam os talões ... fizemos um programa de rádio ... a falar das receitas ... e consumir os produtos da época ... mas se calhar as pessoas que andam aqui não oíçam a rádio ... o km0 foi um bocadinho uma aprendizagem dessa ... de adaptar ... quando se começou com a ideia ... tava tudo com muitas regras ... foi promover a soberania alimentar do conselho ... depois nos apercebemos ... a partir das conversas ... isso era muito regulamentado ... e pros restaurantes, com essas regras, não conseguiam entrar nesse esquema ... aí, o grupo foi forçado ... de fato ... falando com os restaurantes ... readaptar ... e fazer um projeto ... com a contribuição de quem iria se beneficiar ... agora temos ... cinco restaurantes ... que participaram na discussão do quê é possível pra que se realize ... do projeto inicial ... bonito, no papel ... cheia de regras ... hoje em dia temos uma coisa concreta ... a rede não é fundamentalista ... nós promovemos de fato o biológico (13'07") ... promovemos o bom uso do solo ... a ideia é tendencialmente ir para esse caminho ... as hortas ... o banco de sementes ... houve um incentivo muito grande ... as pessoas não usam químicos (13'27") ... cursos de formação para as pessoas não usar ... <i>Quanto à moeda local</i> (14'54") ... O Mor ... tem que haver consistência ... tem que haver persistência ... não se pode fazer um mercado ... aqui, nesse dia ... onde se faz em Mor ... mas depois no fim do dia ... as pessoas não vão guardar em Mor ... tem que haver um circuito permanente de troca em Mor ... muitas das pessoas já pensavam no assunto ... as pessoas já vêm com uma ideia ... o mais difícil neste momento ... exercer a democracia ... não há urgência ... não há uma situação crítica ... as pessoas não querem perder este tempo ... uma das dificuldades da rede é o tempo de reflexão ... não partimos	<ul style="list-style-type: none"> - Organização comunitária - Processo comunicativo - A sucessibilidade dentro do mercado local - Produção local - Consumo local - Dispersão social - Fragmentação social - Fomentação do comércio local - Atividades comunitárias - Pertencimento - Continuidade das atividades - Assiduidade das atividades - Incentivar o consumo local - Comunicação de massa - Promoção dos produtos locais - Adaptabilidade 	*	*	*

Anexo D – Entrevista IV
Página 2

NOTAS DE ÁUDIOS REGISTRADOS					
BLOCO I – Entrevistas Abertas					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
I: Verificar a presença da economia solidária e de prosumidores no território à luz do conceito e do pré-conceito abordado. II: Determinar o papel da Redes Locais de Prosumidores no processo de desenvolvimento local sustentável.				Objetivos	
Descrição		Pontos Observados	I	II	
	pedras juntos ... o Km0 já tá um bocadinho melhor ... como há pessoas de fora ... temos que partir pedras ... uma ideia em circuito fechado não muda ... quando temos que fazer em parcerias ... e aqui como não conseguíamos fazer isto sozinhos ... os restaurantes ... em parcerias ... aí fomos obrigados ... enquanto estamos na banca é uma coisa ... quando temos uma ideia que vai repercutir sobre os outros ... acho que deveria haver mais participação de todos ... aqui, neste caso, vendedores e produtores ... este é um assunto em que debatemos muito ... como é que nós chegamos a mais pessoas? ... estas ideias continuam sendo as ideias de uma minoria ... como alargarmos? ... a rede não ... falta essa parte da comunicação ... a rede não são um grupo de amigos ... quem são as pessoas da rede? ... 'não perdemos tempo' ... para discutir entre nós ... (30'19") ... se calhar deveríamos ... organizarmos ... para perceber isso melhor ... acho que se nós nos comunicarmos melhor, nos organizarmos melhor ... se calhar podemos ter essa evolução ... nós estamos mesmo, mesmo, muito no início ... a realidade portuguesa é muito diferente ... há uma grande dificuldade cá das pessoas partir pedras ... de sentar a mesa e conversar ... as pessoas têm as suas ideias feitas ... não querem mudar ... não têm a capacidade de sentar a mesa e ouvir o que o outro tem a dizer ... a rede funciona bem porque ainda não houve confrontos ... a rede tem aproximadamente 60 pessoas ... (50'00" +-) ... não é uma associação, não há sócios ... não há inclusão, não	<ul style="list-style-type: none"> - Contato com os comerciantes locais - Promover o bom uso do solo - Sustentabilidade ambiental - Cursos de formação - Moeda Local - Economia Local - Problemas de comunicação - Pouca abertura para o externo - Identidade local - Participação coletiva - Aprimorar o trabalho em grupo 	<ul style="list-style-type: none"> * 	<ul style="list-style-type: none"> * 	

Anexo D – Entrevista V

NOTAS DE ÁUDIOS REGISTRADOS					
BLOCO I – Entrevistas Abertas					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
I: Verificar a presença da economia solidária e de prosumidores no território à luz do conceito e do pré-conceito abordado. II: Determinar o papel da Redes Locais de Prosumidores no processo de desenvolvimento local sustentável.				Objetivos	
Descrição		Pontos Observados	I	II	
Áudio V 7'42"	<p><i>Como a sra. ficou sabendo da Rede Cidadania ...</i> foi de uma forma muito informal ... eles foram dando a conhecer as atividades que estavam a desenvolver e eu fui tomando conhecimento ... uma questão que é muito importante de referir ... é que Montemor já tinha desde a revolução de 25 de Abril uma grande tradição do ponto de vista de participação dos cidadãos e há aqui também esse ambiente favorável para que possa surgir este tipo de participação ... com naturalidade que a Rede cidadania também encontrou aqui possibilidade de se poder constituir e de poder surgir ... depois consideramos ... o que estavam sendo apresentadas ... que era importante haver uma estreita colaboração, obviamente respeitando sempre a independência e as ideias todas que eles pretendem desenvolver ... mas achamos que era aqui importante haver uma colaboração também com a câmara municipal ... sempre que eles são uma rede informal ... um grupo informal ... não veem qualquer constituição formal ... na minha opinião acho que se devem manter assim ... com esse espírito e com essa característica ... mas foi um pouco de maneira informal ... tomei conhecimento do que eles estavam a juntar e estavam a desenvolver algumas atividades ... nós consideramos que é uma iniciativa importante que haja grupos de cidadãos com as características que este tem ... por que muitas vezes, e neste caso em particular, são cidadãos que até têm alguma formação e alguns interesses específicos nalgumas que tenham muito a ver com as questões locais, nomeadamente todo trabalho que têm feito, do ponto de vista da investigação ... e que é importante por esta informação e este conhecimento ao serviço local ... dos projetos locais ... 2'00"</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Organização social e política no território - Tradição política - Colaboração do poder público - Territorialidade 	*	*	*

Anexo E – Entrevista III
Página 1

BLOCO II – Entrevistas Guiadas					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
- Verificar a presença da economia solidária e de prosumidores no território à luz dos conceitos e do pré-conceito abordado. - Determinar o papel da Redes Locais de Prosumidores no processo de desenvolvimento local sustentável.				Resultados	
Indicadores				+	-
Audio IX 27'18"	<p>Q1. Eu não vinha muito ao mercado... não tinha tempo para vim ao mercado... só venho mesmo porque juntei-me a este grupo de amigos e venho fazer a banca... eu acho que o mercado tá bom, mas não posso compará-lo... sei que ele evoluiu... começam a trazer as empadas e pães feitos em casa... dos produtores locais vejo mais ou menos os mesmo... o que vejo é que antes tinham algumas bancas ali, e hoje já fecharam, mas estes não eram produtores locais... eu acho que as pessoas deixaram de vir ao mercado e vão aos supermercados... os compradores, sejam ou não assumidamente da rede, vêm a mesma aos produtores locais... por exemplo, eu vou a esta senhora pois a conheço, não vou aos outros pois não sei se seus produtos são locais... vou porque a conheço...</p> <p>Q2. Sou a escadadora mor ... sou eu que faço as escalas... fico mais na retaguarda... quando não há ninguém mais para substituir, venho eu...</p> <p>Q3. Sim, sim... a rede é no mercado, mas não trabalha só no mercado... tem outros projetos pontuais... tem a feira anual, tem a moeda local ... o Mor ... Eu acho que sim ... estão muito mais atentos ao que é local ... vejo a maioria dos meus colegas, não têm nada a ver com a rede, e vêm aos locais, vêm comprar os locais...</p> <p>Q4. ... isso sim, eu acho que sim ... as pessoas estão mais atentas ao que é local ... vejo pessoas que não têm nada a ver com a rede comprarem produtos locais ... a maioria dos meus colegas ... eles não têm nada a ver com a rede ... mas vem aqui também ao local ...</p> <p>Q5. Pequenos cartazes, conheço ... há um monte de tempo ...</p> <p>Q6. Senti a preocupação do comprar local, do fazer eu mesma ... tenho mais amigos ...</p> <p>Q7. Produzo um monte de coisas ... nozes ... uma parte das uvas fiz vinho, eu fiz ... as nozes damos como prendas de natal ... eu faço trocas com dois casais ... quando não tenho alfaces, dão-me alfaces e eu dou-lhes nozes ... aqui no mercado nunca fiz trocas ... mas tenho intenções ... montar uma banca de nozes, por que não ... tenho oliveiras ... ainda não tentei fazer o azeite ... mas estou a estudar ... estou a tentar ser autossuficiente ...</p> <p>Q8. Consumo o mais que possível ... as empadas, o azeite ... agora mesmo o meu marido me mandou comprar vinho ...</p> <p>Q9. Sim, conheço ...</p>	<p>- Desenvolvimento social das populações locais</p> <p>- Participação nos processos sociais</p> <p>- Presença de processos democráticos participativos nas atividades</p> <p>- Recuperação do tecido microeconómico dentro do território</p> <p>- Ações educativas e informativas</p> <p>-Beneficiamento da população local</p> <p>- Existência de produtores locais dentro do mercado</p> <p>- Presença de consumidores locais</p> <p>- Capilaridade da rede</p>	<p>*</p>		

Anexo E – Entrevista III
Página 2

BLOCO II – Entrevistas Guiadas			
OBJETIVOS ESPECÍFICOS			
- Verificar a presença da economia solidária e de prosumidores no território à luz dos conceitos e do pré-conceito abordado. - Determinar o papel da Redes Locais de Prosumidores no processo de desenvolvimento local sustentável.			Resultados
<p>Q10. Porta aberta ... a Marca, uma agência de desenvolvimento local ... Oficinas do Convento ... Espaço do Tempo ...</p>	<p>- Existência de nodos e de outras redes</p>	*	
<p>Q11. Mel, azeitona e vinho ...</p>	<p>- Existência de atividades que contribuem para o desenvolvimento local</p>	*	
<p>Q12. Está muito no embrião, mas eu acho que sim, aqui podemos fazer isso, mais alargado ... mesmo em meio a produtores com menos cultura há muito boa vontade ... e isso é o importante, o começo, se a pessoa não tiver desperto ...</p>	<p>- Atividades baseadas na utilização dos recursos endógenos</p>	*	
<p>Q13. A rede tentou fazer isso ... trocas de serviços ... um precisa apanhar aqui, outro ali ... pequenos produtores ... nós vamos apanhar a ti, tu vens apanhar a mim ... mas não funcionou muito ... tem que ser convite direto ...</p>	<p>- Presença de atividades socialmente, ecologicamente e economicamente sustentáveis</p>	*	
<p>Q14. Aos jantares ...</p>	<p>- Interatividade com o território</p>	*	
<p>Q15. Sim. Vendas de roupa usadas ...</p>	<p>- Senso de pertencimento</p>	*	
<p>Q16. Explorar a ideia da participação das pessoas nos cultivos dos outros ... conjugação de ideias e recursos, a maneira de fazer que cada um aprendeu, acaba por potencializar aquela coisa ... uma coisa que iria dar uma grande visibilidade, mesmo do interior para o exterior, da rede ... dava-lhe um bom aspecto de que estamos pondo isto a funcionar.</p>	<p>- Domínio do território</p>	*	

Anexo E – Entrevista V

BLOCO II – Entrevistas Guiadas					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
- Verificar a presença da economia solidária e de prosumidores no território à luz dos conceitos e do pré-conceito abordado. - Determinar o papel da Redes Locais de Prosumidores no processo de desenvolvimento local sustentável.				Resultados	
	Indicadores			+	-
Áudio XI 06'44"	<p>Q1. Tem melhorado ... agora já não noto tanto ... mas faziam a troca das sementes ... chamavam a atenção para a agricultura ... faziam uma vez por mês ... mas já não é como era antes ...</p> <p>Q2. Não!</p> <p>Q3. Sim ... distribuem panfletos ...</p> <p>Q4. Procuram ... os pequenos produtores ... os velhotes ... são as coisas mais procuradas ... vendem tudo muito rápido ...</p> <p>Q5. Quanto vim pra cá ... antes não conhecia ...</p> <p>Q6. ... se calhar ... são meus clientes ...</p> <p>Q7. Produzo linguiças, farinheiras ... temos o nosso azeite ...</p> <p>Q8. Sim.</p> <p>Q9. Sim.</p> <p>Q10. Não.</p> <p>Q11. Mel, os enchidos ... as hortaliças daqui ...</p> <p>Q12. Sim, já ouvir falar ...</p> <p>Q13. Não.</p> <p>Q14. Não!</p> <p>Q15. Não!</p> <p>Q16. Não ... eles têm ideias pra tudo ...</p>	<p>- Desenvolvimento social das populações locais</p> <p>- Participação nos processos sociais</p> <p>- Presença de processos democráticos participativos nas atividades</p> <p>- Recuperação do tecido microeconômico dentro do território</p> <p>- Ações educativas e informativas</p> <p>-Beneficiamento da população local</p> <p>- Existência de produtores locais dentro do mercado</p> <p>- Presença de consumidores locais</p> <p>- Capilaridade da rede</p> <p>- Existência de nodos e de outras redes</p> <p>- Existência de atividades que contribuem para o desenvolvimento local</p> <p>- Atividades baseadas na utilização dos recursos endógenos</p> <p>- Presença de atividades socialmente, ecologicamente e economicamente sustentáveis</p> <p>- Interatividade com o território</p> <p>- Senso de pertencimento</p> <p>- Domínio do território</p>	*	*	*

Anexo E – Entrevista VI

BLOCO II – Entrevistas Guiadas					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
- Verificar a presença da economia solidária e de prosumidores no território à luz dos conceitos e do pré-conceito abordado. - Determinar o papel da Redes Locais de Prosumidores no processo de desenvolvimento local sustentável.				Resultados	
	Indicadores		+	-	
Áudio XII 03'12"	Q1. ... trouxe mais pessoas para o mercado ...	- Desenvolvimento social das populações locais	*		
	Q2. Não!	- Participação nos processos sociais			*
	Q3. Vêm conversar conosco ...	- Presença de processos democráticos participativos nas atividades	*		
	Q4. Não respondeu!	- Recuperação do tecido microeconômico dentro do território			*
	Q5. Aqui no mercado.	- Ações educativas e informativas			*
	Q6. Sim, sempre que vierem mais pessoas ... melhor pra nós ...	- Beneficiamento da população local	*		
	Q7. Produzo tudo isto (<i>a banca estava cheia de verduras e legumes</i>)	- Existência de produtores locais dentro do mercado	*		
	Q8. Com certeza ...	- Presença de consumidores locais	*		
	Q9. Sim, com todos ...	- Capilaridade da rede	*		
	Q10. Não!	- Existência de nodos e de outras redes			*
	Q11. As verduras ... frutos ... tomates, pintos ...	- Existência de atividades que contribuem para o desenvolvimento local	*		
	Q12. Não tou eu dentro do assunto ... seria muito melhor ...	- Atividades baseadas na utilização dos recursos endógenos			*
	Q13. Não estou dentro do assunto!	- Presença de atividades socialmente, ecologicamente e economicamente sustentáveis			*
	Q14. Não!	- Interatividade com o território			*
	Q15. Sim, damos sempre sugestões ... quando elas vêm ... pedem a nossa opinião ... damos ...	- Senso de pertencimento	*		
	Q16. Tudo o que eles possam fazer é bom ...	- Domínio do território	*		